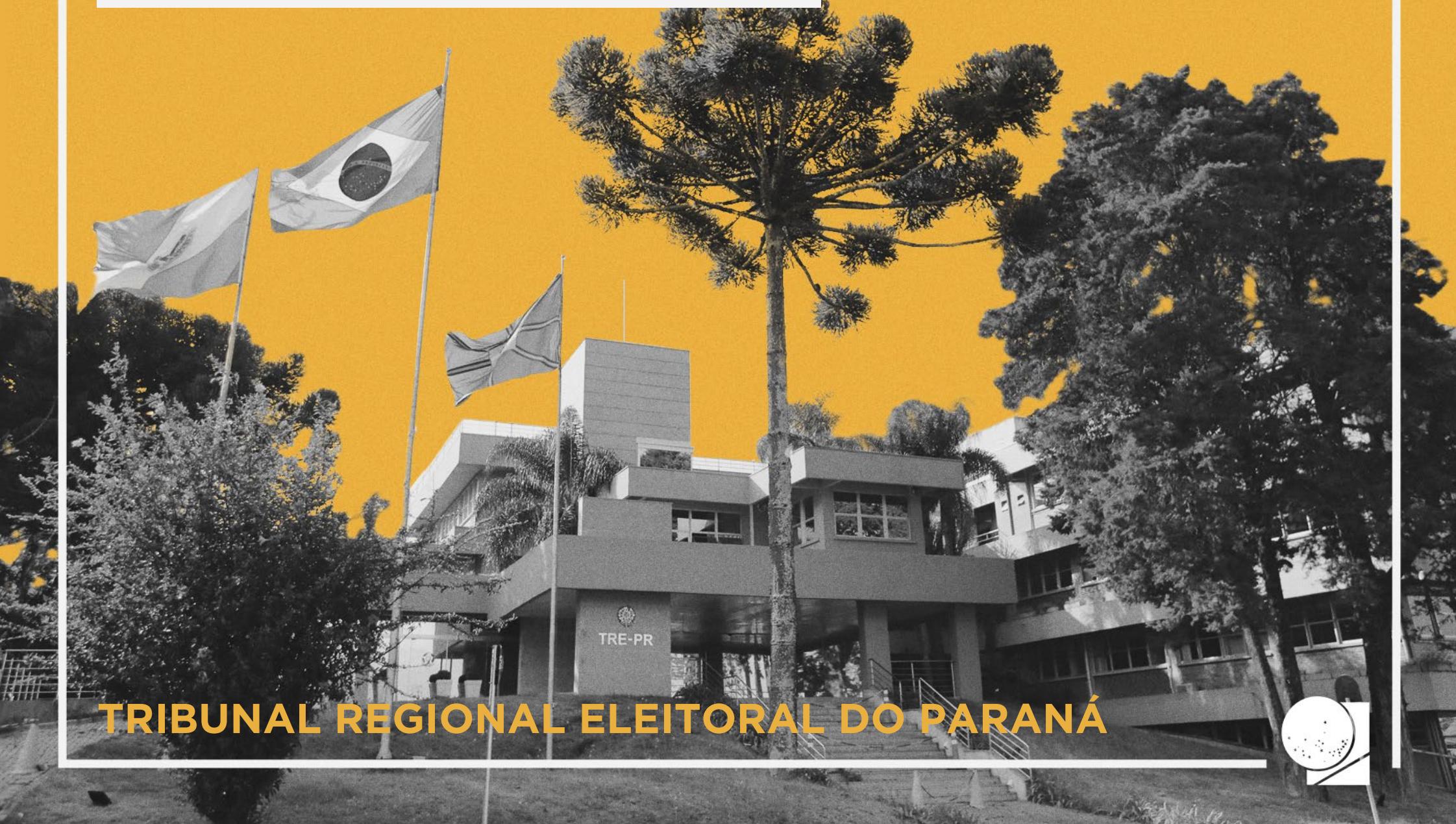


RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Rua João Parolin, 224 - Prado Velho - CEP 80.220-902 | (41) 3330-8500

Visite a página do TRE-PR para obter contatos e outras informações: www.tre-pr.jus.br

A reprodução de parte ou do todo desta publicação está permitida desde que citada a fonte.

Diagramação: Coordenadoria de Planejamento Estratégico - COPE e Seção de Design Visual – SDV

Projeto Visual: Seção de Design Visual – SDV

Fonte dos dados: setores diversos do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Tribunal Superior Eleitoral e Conselho Nacional de Justiça (Relatório Justiça em Números).

Brasil.

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Prestação de Contas Ordinária Anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2020. – Paraná: TRE-PR/COPE, 2020.
235 p.

APRESENTAÇÃO

Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - Exercício 2020

O presente relatório, elaborado de acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União (Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e Decisão Normativa TCU nº 187/2020), tem como objetivo apresentar à sociedade e ao TCU os resultados da gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no exercício de 2020.

ESTRUTURA

- Mensagem do presidente
- Visão geral organizacional e ambiente externo
- Riscos, oportunidades e perspectivas
- Governança, estratégia e desempenho
- Informações contábeis, financeiras e contábeis
- Anexos e apêndices

MENSAGEM DO PRESIDENTE

DESEMBARGADOR TITO
CAMPOS DE PAULA

O Relatório de Gestão 2020 do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, que ora apresenta-se, traz informações fidedignas, precisas e completas das atividades das várias áreas deste Tribunal, cotejando-as com os valores desta instituição, com nossas metas e nossos objetivos estratégicos.

Foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa TC nº 84/2020, na forma de relato integrado, contemplando informações concisas, relevantes e estratégicas, com o objetivo de demonstrar de forma transparente, não apenas as atividades desenvolvidas e os recursos nelas empregados, como também o modo como nossa estrutura de governança está dedicada a conduzir o Tribunal

de forma a manter a excelência dos seus serviços.

Neste ano em especial o relatório apresentado, muito mais do que números, objetivos e gráficos, demonstra, de forma pormenorizada, o trabalho árduo e contínuo de superação executado por todas as áreas do Tribunal Regional Eleitoral com o objetivo comum de garantir a soberania dos cidadãos paranaenses.

Quando, no mês de março de 2020, nos deparamos com o olho do furacão da pandemia do coronavírus, tudo parecia perdido. Alguns chegaram a até mesmo cogitar da prorrogação de mandato dos atuais prefeitos e vereadores, pois a realização das eleições municipais não seria possível,



não seria segura.

Mas nos pilares do Estado Democrático de Direito não se mexe. Eles têm como fundamento a soberania. Soberania é poder. Todo o poder emana do povo. O povo paranaense precisava ter garantido o seu direito ao voto, forma máxima de expressão da sua soberania.

A partir de março de 2020 todas as ações da gestão do TRE-PR foram destinadas a uma única finalidade: garantir a realização de eleições limpas, probas, inclusivas e seguras.

Os desafios foram muitos e renovavam-se a cada dia. A cada etapa vencida outras barreiras e outras incertezas apareciam. Passou-se, então, a focar em cada etapa do processo eleitoral à luz do objetivo final da re-

alização das eleições e dos objetivos estratégicos que continuavam a pauxar as ações da alta administração e de todos os dedicados magistrados e servidores.

O planejamento cuidadosamente realizado ao longo do ano de 2019 passou por adaptações, alterando-se os meios, preservando-se os resultados.

O primeiro grande desafio foi manter as atividades e serviços do Tribunal, garantindo-se a segurança de magistrados, servidores, estagiários, terceirizados, colaboradores e eleitores. A Secretaria de Tecnologia da Informação providenciou, em poucos dias, os equipamentos e a infraestrutura necessários para que os servidores pudessem continuar

sus suas atividades em trabalho remoto. Disponibilizou, em pouquíssimo tempo, plataforma para a realização de reuniões, audiências e sessões por videoconferência sem descuidar da segurança cibernética. Forneceu todo o suporte necessário para o que TRE-PR não parasse.

Se as portas físicas do TRE-PR tiveram que ser fechadas, era necessário garantir-se o atendimento aos eleitores, candidatos e partidos políticos por outros meios. A adoção de ferramentas tecnológicas para o atendimento ao eleitor se impôs e o Tribunal Superior Eleitoral desenvolveu soluções para que, por meio do Título Net, os eleitores tivessem acesso aos serviços de alistamento, transferência e revisão. Foram recebidas 56.714 so-

licitações por meio do aplicativo.

A excelência do atendimento, entretanto, não se obteve apenas com o aplicativo, mas também por meio dos 14.970 atendimentos prestados pela Ouvidoria, quatro vezes o volume de 2019 e um incremento de 54,60% em relação a 2018, último ano de eleição. A avaliação positiva dos eleitores demonstra o sucesso do trabalho realizado. Por meio do disque-eleitor, disponibilizado na semana anterior ao pleito, foram realizados 14.510 atendimentos, de eleitores de todo o Brasil.

A mesma preocupação que tivemos no momento de instituir o trabalho remoto, tivemos no retorno gradual das atividades presenciais, que foi acompanhado pela Secretaria de Gestão de Pessoas, com vistas à saúde física e mental dos magistrados e servidores.

Todos os prédios do TRE-PR foram higienizados e/ou adaptados às

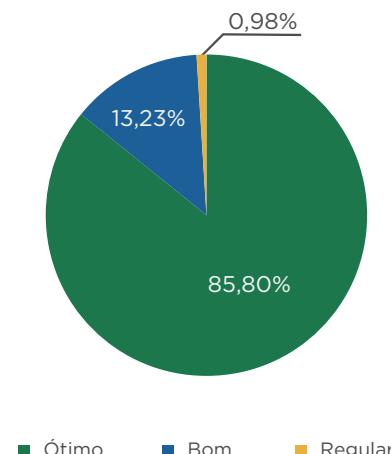
novas necessidades de biossegurança. Foram instaladas pias, pedestais e dispensers de álcool gel, placas acrílicas e tudo o que se fez necessário para garantir o retorno seguro.

Foram adquiridos diversos materiais até então impensáveis para viabilizar a realização das eleições. Para o estrito cumprimento dos protocolos sanitários adotados pelo Tribunal Superior Eleitoral, houve a necessidade de contratação de materiais, EPI's e embalagens próprias para o envio às 186 zonas eleitorais do estado.

Até mesmo o recebimento de uma grande quantidade de materiais doados pela iniciativa privada, por intermédio do Tribunal Superior Eleitoral, exigiu a soma de esforços de diversos setores deste Tribunal para elaborar um plano logístico capaz de distribuir a todos os municípios, em tempo hábil, o material necessário.

Todas essas contratações imprevistas foram possíveis, em um cenário

QUALIDADE DO ATENDIMENTO



Fonte: Ouvidoria TRE-PR

de restrições orçamentárias, graças a uma gestão financeira austera, pautada no controle de gastos e focada na eficiência da execução financeira.

Destaca-se, nesse ponto, a redução nos gastos com horas extras em relação às eleições de 2018, em razão da implantação de um sistema rigoroso de controle da realização de serviço extraordinário; e a redução no pagamento de diárias e deslocamento para a substituição de chefes de cartório, em virtude da implantação de um sistema de substituição por meio remoto.

O controle de gastos exercido de forma minudente nos permitiu direcionar os investimentos para a melhoria de nossa estrutura, sempre com a finalidade de proporcionar um local adequado aos magistrados, servidores e eleitores. Executamos necessária obra de contenção de cheias no Fórum Eleitoral de Curitiba e de

adequação da segurança de trabalho na sede e em 48 fóruns eleitorais. Também iniciamos a implantação de dois importantes projetos: prevenção de incêndios na sede e no Fórum Eleitoral de Curitiba e readequação e acessibilidade dos fóruns eleitorais do interior.

As muitas dificuldades enfrentadas na consecução de nossa finalidade pública não fizeram com que o TRE-PR olvidasse daqueles que precisam de especial atenção. Neste ano foi criada a Assistência de Acessibilidade e Inclusão que, em conjunto com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, foi responsável por grandes inovações: a inserção de audiodescrição em vídeos e publicações institucionais; a utilização de intérprete de libras nas sessões de julgamentos e eventos oficiais do Tribunal; e a criação da figura do Coordenador de Acessibilidade, que se

fez presente em todas as zonas eleitorais do estado, com o objetivo de facilitar o acesso dos deficientes às seções de votação.

Embora todas as ações aqui mencionadas tenham sido de extrema importância para o sucesso das atividades do TRE-PR em 2020, elas dependiam dos nossos esforços. Havia, no entanto, um elemento essencial para o sucesso das eleições, que não dependia apenas de nós: o engajamento e a participação do eleitor.

Para alcançar o maior número de eleitores, então, o grande foco de nossas ações se voltaram a alguns dos objetivos estratégicos já traçados: fomentar a aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade e aprimorar os mecanismos de transparência.

Por meio de um trabalho incessante de comunicação social, contamos com duas valiosíssimas aliadas: as redes sociais e a imprensa. A am-

pliação e a renovação do trabalho por meio das redes sociais nos renderam o engajamento da sociedade com a eleição, especialmente, do segmento mais jovem.

Fruto desse intenso trabalho foi o sucesso dos projetos Mesário Voluntário e Universidade Amiga da Justiça Eleitoral – este reconhecido pelo Tribunal Superior Eleitoral como boa prática na Justiça Eleitoral, que recomendou sua adoção em outros Regionais –, que permitiram que as eleições transcorressem dentro da normalidade, sem que a Covid impactasse na formação das seções eleitorais. O temor de que os mesários não comparecessem no dia do pleito não se confirmou, pois grande parte dos mesários não foram impositivamente convocados, mas tornaram-se nossos parceiros durante o processo que levou à realização das eleições. Não foram mesários por convocação,

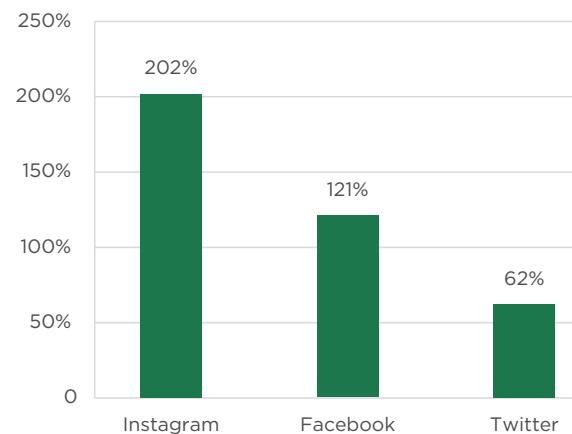
mas sim por convicção.

O contato próximo com a imprensa permitiu que o TRE-PR adentrasse aos lares em todos os rincões do nosso estado. Foram inúmeras entrevistas em rádio e TV, fornecidas por magistrados e servidores. Cada uma das emissoras, das menores às maiores, formou conosco uma parceria baseada em confiança, que nos permitiu estar presentes na vida dos eleitores paranaenses.

Mais do que o alcance, o bom relacionamento com a imprensa, universidades e outras instituições, nos auxiliou no combate à desinformação. O projeto Gralha Confere foi responsável por 33 checagens de notícias e boatos relativos ao processo eleitoral, que tiveram 14.596 visualizações, nos diversos canais de comunicação mantidos pelo TRE-PR.

O trabalho foi árduo, mas os resultados compensadores. As eleições

CRESCIMENTO NAS REDES SOCIAIS



Fonte: CCS TRE-PR

2020 transcorreram dentro da normalidade, tiveram um índice de abstenção dentro do esperado em comparação com os anos anteriores e em 15 de novembro quase todos os municípios do Paraná conheciam seus futuros dirigentes. No município de Ponta Grossa tivemos segundo turno, disputado por duas candidatas. O único município do Brasil em que apenas mulheres disputaram a prefeitura em segundo turno.

A pandemia nos ensinou que as dificuldades nos exigem reações imediatas. Mas 2020 também nos ensinou que a colheita de frutos de um bom trabalho depende de dedicação e paciência.

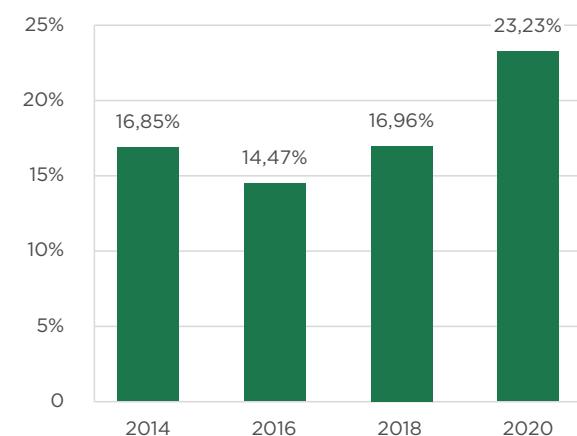
Em 2020 fomos agraciados com o “Selo CNJ de Desburocratização” em razão da implantação do Infodip, um sistema desenvolvido em conjunto pela Corregedoria Regional Eleitoral e pela Secretaria de Tecnologia da Informação no ano de 2013 e que, des-

de então, é motivo de grande orgulho para este Regional. Por meio dessa ferramenta conseguimos reduzir o tempo para atualização do cadastro eleitoral de 30 dias para 3 horas úteis. O sucesso do projeto fez com que o sistema fosse adotado por outros 22 Regionais e, em 2019, pelo CNJ e pelo TSE, com o intuito de racionalizar o envio de comunicações relativas às improbidades e ocorrências relacionadas à Lei Complementar nº 64/90.

O “Selo CNJ de Desburocratização” foi o derradeiro reconhecimento deste projeto notável, que permitiu o avanço nos trabalhos realizados na Justiça Eleitoral e, ainda, auxiliou os demais órgãos do Poder Judiciário com a padronização do processo e a disponibilização de ferramenta eletrônica para o envio de informações à esta justiça especializada.

O incessante trabalho que diversas áreas do tribunal vêm desenvolvendo ao longo dos anos também ren-

ÍNDICE DE ABSTENÇÃO



Fonte: CCS TRE-PR

deu o reconhecimento da 19^a posição no ranking da transparência, com o atendimento de 92,82% dos itens previstos no questionário da transparência do CNJ.

O turbulento ano de 2020 não acabou sem um último alento. Por meio da análise de gráficos e números, metas e objetivos, o CNJ reconheceu o trabalho e a dedicação de cada um dos valorosos magistrados e servidores deste Tribunal, concedendo-lhe o “Selo Diamante de Qualidade”.

Neste relatório apresenta-se outros tantos dados, números, gráficos, metas e objetivos, alguns alcançados, outros não. Mas mais do que isso, apresenta-se o resultado de um trabalho sério e dedicado, que superou desafios e entregou à sociedade sua materialização: a realização de elei-

ções dentro dos protocolos de segurança sanitária, garantindo o exercício da cidadania e a supremacia da soberania popular.

SÉRIE HISTÓRICA

Os gráficos abaixo trazem o histórico da Justiça Eleitoral Paranaense, desde o ano de 2012 relativo à evolução do eleitorado, quantidade de Zonas e Seções Eleitorais, locais de votação, mesários convocados nas últimas 5 eleições, quantidade de magistrados, força de trabalho e despesa total da instituição.

Ainda que o eleitorado tenha permanecido relativamente estável, a quantidade de Zonas Eleitorais foi reduzida em 2017. A quantidade de seções eleitorais e locais de votação permaneceu estável, apresentando pequena diminuição em relação às Eleições Gerais de 2018. O número de mesários convocados varia consi-

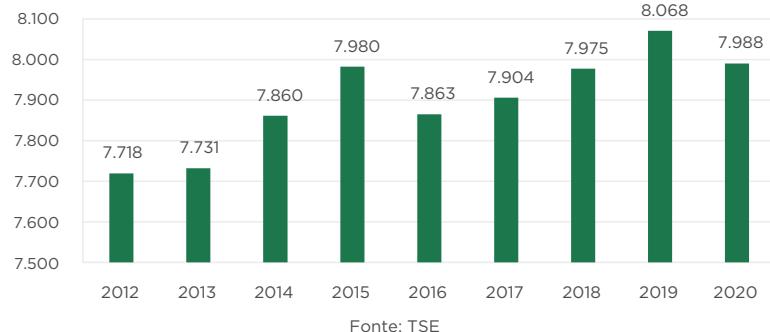
deravelmente a cada biênio, pois nas Eleições Municipais somente se realiza segundo turno nas localidades que possuem mais de 200.000 eleitores. No ano de 2020 houve significativa redução quanto ao número de mesários convocados, pois, por determinação do TSE, efetuou-se a agregação de sessões durante as eleições, uma vez que não foi possível utilizar as urnas eletrônicas fabricadas antes de 2009, em razão de sua defasagem técnica.

A quantidade de magistrados foi reduzida no ano de 2017 em razão da extinção de 20 Zonas Eleitorais, realizada para atendimento de determinação de TSE.

Cabe observar, por fim, que no gráfico relativo à força de trabalho, item “outros”, foram computados dados relativos à servidores requisitados, estagiários e terceirizados.

EVOLUÇÃO ELEITORADO

*dados em milhões



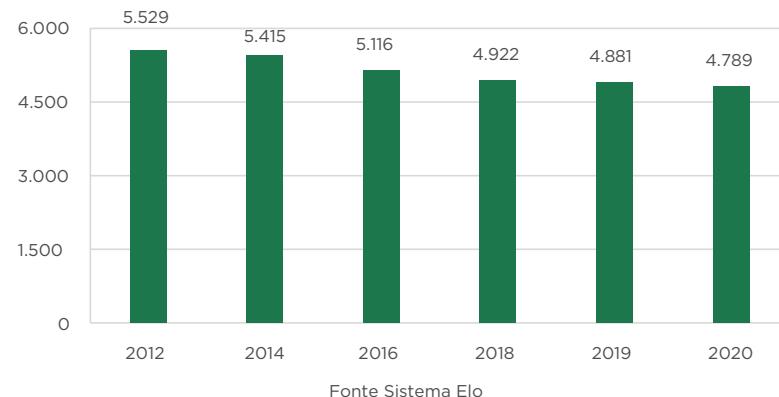
ZONAS ELEITORAIS



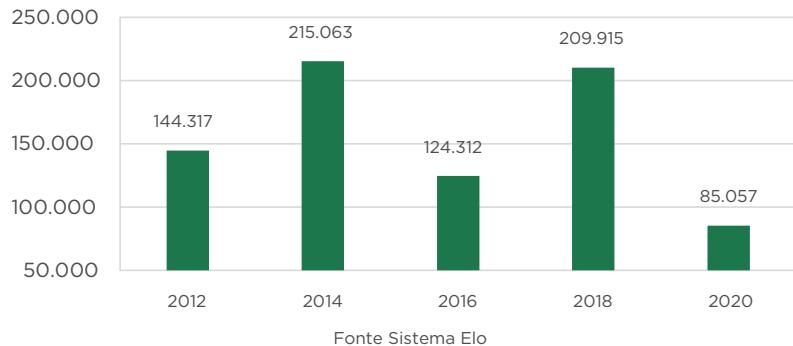
SEÇÕES ELEITORAIS



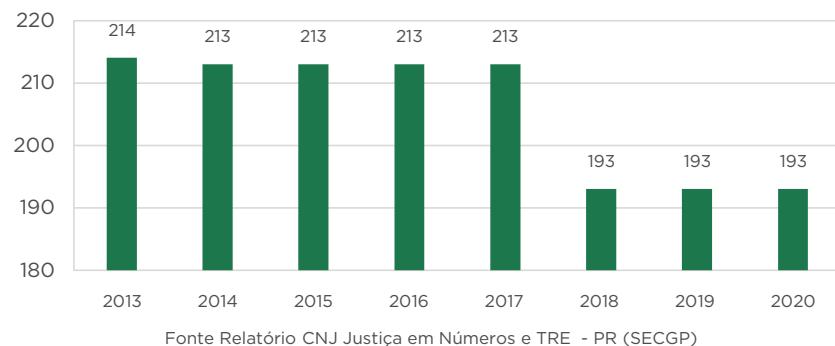
LOCAIS DE VOTAÇÃO



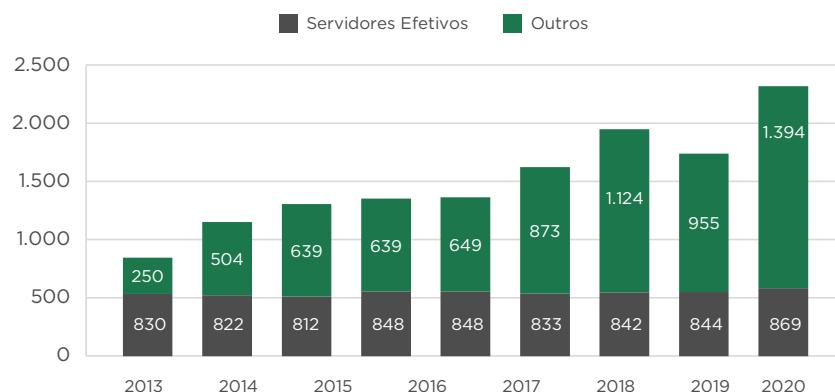
MESÁRIOS CONVOCADOS (1º TURNO + 2º TURNO)



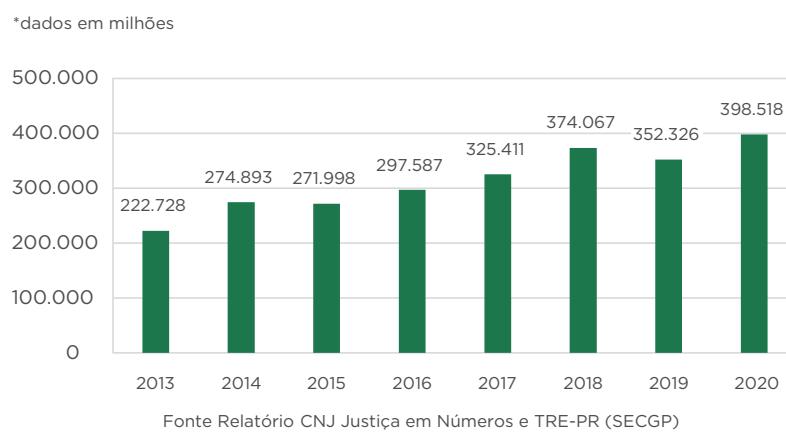
MAGISTRADOS



FORÇA DE TRABALHO



DESPESA TOTAL



SUMÁRIO

Clique no tópico para redirecionar

Visão Geral Organizacional E Ambiente Externo

Identificação da Unidade Prestadora de Contas.....	17
Principais Normas de Atuação	19
Principais Destinatários	19
Principais Atividades.....	20
Estrutura Organizacional.....	21
Dirigentes e Colegiado	22
Membros da Alta Administração	23
Colegiado.....	27
Membros do Colegiado	28
Estrutura de Governança	30
Modelo de Governança	31
Modelo de Negócio.....	33
Cadeia de Valor.....	34
Relação com Ambiente Externo e a Sociedade.....	35
Determinação da Materialidade das Informações.....	44

Gestão De Riscos

Modelo de Gestão de Riscos	46
Desafios e Incertezas - 2020.....	48
Riscos Monitorados em 2020	50

Governança, Estratégia E Desempenho

Estratégia	74
Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor.....	76
Valores Entregues à Sociedade	78
Prestação Jurisdicional	80
Relacionamento com a Sociedade	83
Eleições 2020.....	84
Resultados	86
Objetivos Estratégicos	87
Unidades da Gestão: Informações Orçamentárias e Financeiras	111
Orçamento para Eleições Municipais 2020.....	116

Gestão de Pessoas	130
Avaliação de Desempenho, Remuneração, Cargos Gerenciais e Funções Comissionadas	140
Gestão de Licitações e Contratos.....	150
Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	162
Gestão da Tecnologia da Informação	174
Sustentabilidade Ambiental.....	183
Supervisão, Controle e Correição.....	194

Informações Contábeis

Demonstrações Contábeis	
e Notas Explicativas	197
Balanço Orçamentário	201
Balanço Financeiro.....	205
Balanço Patrimonial.....	208
Demonstração das Variações Patrimoniais - Dvp	217
Demonstração do Fluxo de Caixa – Dfc.....	223

Anexos



A black and white photograph of a modern architectural complex, likely a courthouse or government building, featuring multiple levels and large windows. In the foreground, a flag is flying from a pole. The sky is overcast.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) é um órgão público federal, pertencente a um ramo especializado do Poder Judiciário (Justiça Eleitoral). Sua principal finalidade é organizar e realizar eleições, referendos e plebiscitos no Estado do Paraná, garantindo aos candidatos e eleitores o pleno exercício dos direitos políticos.

Além da sede do Tribunal, localizada na capital do Estado, a Justiça Eleitoral do Paraná conta com 186 Zonas Eleitorais, distribuídas em 158 (cento e cinquenta e oito) municípios. Cada Zona Eleitoral é responsável pelo atendimento de 1 ou mais municípios.

Informações sobre as unidades do Tribunal podem ser obtidas em:

www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/enderecos-e-unidades-tre-pr

Informações sobre as Zonas em:

www.tre-pr.jus.br/eleitor/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-pr

Composição da Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Tribunais Regionais Eleitorais

Juízes Eleitorais

Juntas Eleitorais

Missão Institucional

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia.

Visão Institucional

Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança, em todas as suas atividades.

Valores

Ética - Valorização das Pessoas – Integração – Cidadania –
Comprometimento - Sustentabilidade e acessibilidade – Economicidade –
Transparência – Celeridade – Confiabilidade – Inovação - Coerência



PRINCIPAIS NORMAS DE ATUAÇÃO

As principais normas reguladoras da atuação do TRE-PR são o Regimento Interno do Tribunal (Resolução TRE-PR nº 792/2017, alterada pelas Resoluções TRE-PR nº 808/2018 e nº 846/2019), o Regulamento da Secretaria (Resolução TRE-PR nº 860/2020), o Código de Normas (Provimento CRE/PR nº 02/2018, alterado pelos provimentos nº 06 e 07/2018 e 03 e 04/2019) e o Programa de Integridade (Resolução nº 845/2019). As normas podem ser acessadas em www.tre-pr.jus.br, aba legislação. No exercício de suas atividades, o TRE-PR ainda observa normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal de Contas da União (TCU).

PRINCIPAIS DESTINATÁRIOS

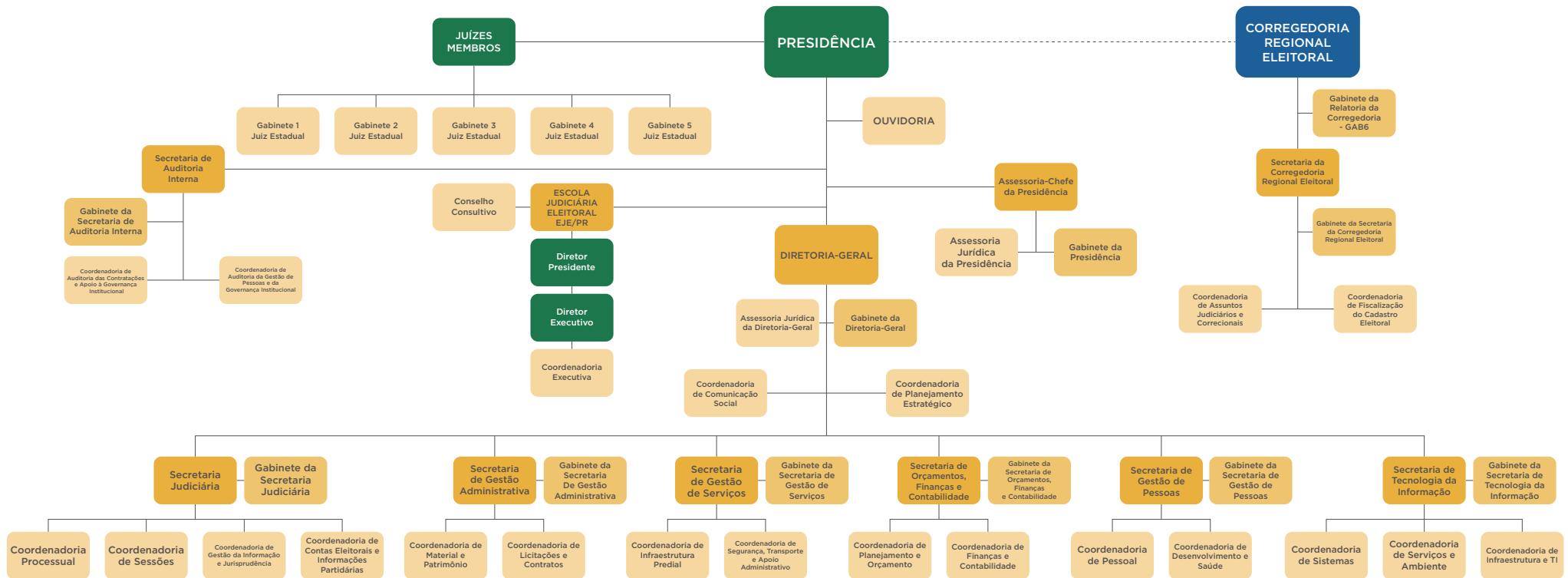
- **Eleitores:** 7.988.648 eleitores – o que corresponde a 5,486% de todo eleitorado nacional –, sendo o sexto Estado em número de eleitores no país (www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/evolucao-do-eleitorado/view).
- **Partidos Políticos:** 32 órgãos estaduais vigentes registrados perante o TRE-PR (13 provisórios e 19 definitivos) e 5.140 órgãos municipais vigentes (4401 provisórios, 737 definitivos e 02 comissões interventoras).
- **Sociedade:** atingida por diversas ações desenvolvidas pela Justiça Eleitoral, voltadas especialmente à promoção da conscientização política e ao fortalecimento da democracia.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Manutenção do cadastro eleitoral atualizado.
- Organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos.
- Processamento e julgamento nas Eleições Gerais, pelo TRE-PR, dos pedidos de registro de candidatura relativos aos cargos de Governador e Vice- Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e das ações relativas às Eleições Gerais e ações de competência originária.
- Processamento e julgamento nas Eleições Municipais, pelos Juízes Eleitorais, dos pedidos de registro de candidatura relativos aos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador e demais ações relativas às Eleições Municipais.
- Processamento e julgamento das Prestações de Contas apresentadas pelos partidos políticos e candidatos.
- Processamento e julgamento dos crimes eleitorais e comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior Eleitoral.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



* Resolução TRE-PR nº 860/2020

* Saiba mais em www.tre-pr.jus.br/o-tre/conheca-o-tre-pr/organograma-e-contatos?SearchableText=organograma

DIRIGENTES E COLEGIADO

Alta Administração

É formada pela Presidência, Vice-Presidência (Corregedoria Regional Eleitoral) e Diretoria-Geral.

- **Presidência e Vice-Presidência:** são exercidas por Juízes integrantes da categoria de Desembargador, eleitos por voto secreto dos Juízes do Tribunal Regional Eleitoral, em até (60) dias antes do término dos mandatos vigentes, pelo período de 2 (dois) anos, sendo vedada a reeleição. Ao Vice-Presidente compete exercer, cumulativamente, as funções de Corregedor.
- **Diretoria-Geral:** tratando-se de cargo em comissão, a nomeação compete ao Presidente do Tribunal.



MEMBROS DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

DESEMBARGADOR GILBERTO FERREIRA

Presidente de 01/02/2019 a 31/01/2020

Ingressou na magistratura por concurso público em 1984, quando atuou como Juiz Substituto na comarca de Jacarezinho. Foi titular das comarcas de São Jerônimo da Serra, Ribeirão Claro, União da Vitória, Paranaguá e Curitiba, até ser promovido a Juiz Substituto em 2º grau, atuando na 3ª Câmara Criminal do TJPR. Exerceu a função de Juiz Eleitoral em todas comarcas em que foi titular – exceto União da Vitória – e também perante o TRE-PR no período de 23/05/07 a 23/05/09.

Tomou posse no cargo de Desembargador do TJPR no dia 03/12/13. Em 01/02/18 foi nomeado Vice-Presidente e Corregedor do TRE-PR sendo, em 01/02/19, nomeado Presidente da Corte Eleitoral. Exerceu o cargo até 31/01/20.



DESEMBARGADOR TITO CAMPOS DE PAULA

Presidente desde 03/02/2020

Vice-Presidente e Corregedor 01/02/2019 a 31/01/2020

Ingressou na carreira da magistratura do Paraná em 1989, tendo exercido suas funções nas seguintes comarcas: Medianeira (seção judiciária); Coronel Vivida, Ribeirão Claro, Pitanga, Foz do Iguaçu e Curitiba. Em maio de 2004 foi removido para o cargo de Juiz de Direito Substituto de 2º Grau, tendo atuado principalmente junto à 4ª Câmara Criminal do TJPR. Exerceu a função de Juiz Eleitoral em todas comarcas em que foi titular, exceto Foz do Iguaçu. No dia 15 de março de 2013, tomou posse como Desembargador do Tribunal de Justiça. No período de 18/04/17 a 31/01/19 atuou como Desembargador Substituto no TRE-PR. Entre 01/02/19 e 31/01/20 exerceu nesta justiça especializada as funções de Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral. Em 01/02/2020 foi nomeado presidente do TRE-PR.



DESEMBARGADOR VITOR ROBERTO SILVA

Vice-Presidente e Corregedor desde 03/02/2020

É Juiz de Direito no Estado do Paraná desde 21.06.90, tendo exercido suas funções nas comarcas de Capitão Leônidas Marques, Engenheiro Beltrão, Assis Chateaubriand, Goioerê, Cianorte, Cascavel e Londrina. Exerceu a função de Juiz Eleitoral em todas as Comarcas, exceto Assis Chateaubriand e Cianorte. Foi removido para o cargo de juiz de direito substituto em 2.º Grau em maio de 2.002. Em 17 de fevereiro de 2014 foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Desde 01/02/20 exerce o cargo de Vice-Presidente e Corregedor o TRE-PR.



VALCIR MOMBACH

Diretor-Geral desde 05/02/2019

Graduado em Direito, pós-graduado em Gestão Estratégica e servidor do TRE-PR desde 05/02/90, exerceu as funções de assessor da Diretoria-Geral, Secretário de Planejamento, Estratégia e Gestão, e ainda, Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em 05/02/19 foi nomeado diretor-geral da instituição.



COLEGIADO

A Corte dos Tribunais Regionais Eleitorais é composta por 07 (sete) integrantes, conforme dispõe o art. 120, parágrafo 1º da Constituição Federal, sendo:

- **02 (dois) juízes**, escolhidos dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça.
- **02 (dois) juízes**, escolhidos dentre juízes de direito pelo Tribunal de Justiça.
- **01 (um) juiz** do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo.
- **02 (dois) juízes**, nomeados pelo Presidente da República, dentre 06 (seis) advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.



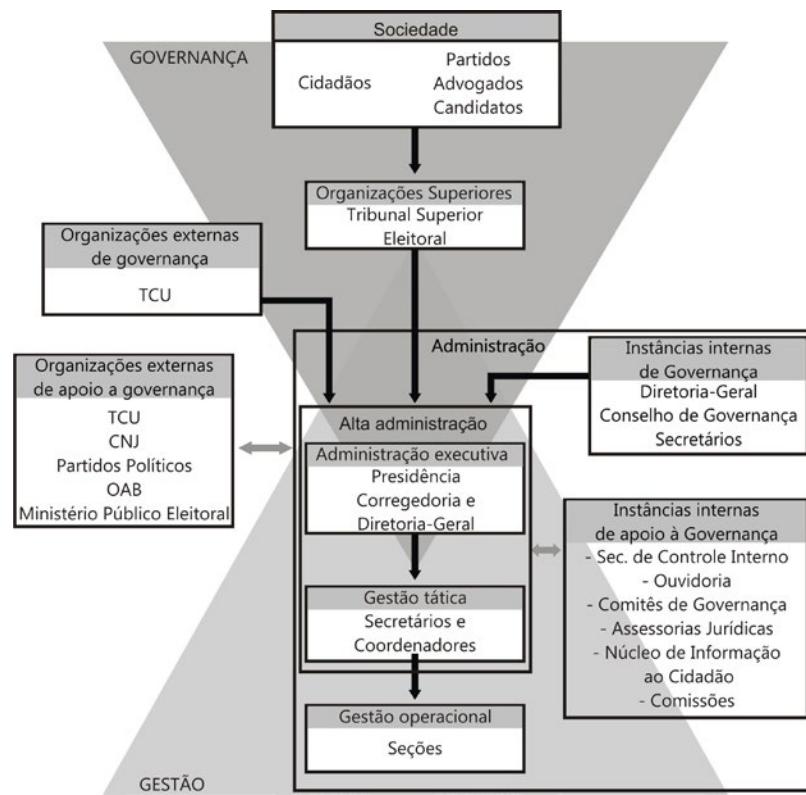
MEMBROS DO COLEGIADO

Desembargador Gilberto Ferreira	Presidente	01/01/2020 - 31/01/2020	TJPR
Desembargador Tito Campos de Paula	Presidente	03/02/2020 - 31/12/2020	TJPR
Desembargador Tito Campos de Paula	Vice-Presidente e Corregedor	01/01/2020 - 31/01/2020	TJPR
Desembargador Vitor Roberto Silva	Vice-Presidente e Corregedor	03/02/2020 - 31/12/2020	TJPR
Desembargador Roberto Antônio Massaro	Desembargador Substituto	01/01/2020 - 31/12/2020	TJPR
Desembargador Fernando Ferreira de Moraes	Desembargador Substituto	01/01/2020 - 31/12/2020	TJPR
Doutor Rogério de Assis	Juiz de Direito Efetivo	01/01/2020 - 31/12/2020	TJPR
Doutor Carlos Alberto Costa Ritzmann	Juiz de Direito Efetivo	01/01/2020 - 31/12/2020	TJPR
Doutor Marcos Vinicius da Rocha Loures Demchuk	Juiz de Direito Substituto	01/01/2020 - 26/11/2020	TJPR
Doutor Tiago Gagliano Pinto Alberto	Juiz de Direito Substituto	01/01/2020 - 31/12/2020	TJPR
Doutor Thiago Paiva dos Santos	Classe de Advogado Efetivo	01/01/2020 - 31/12/2020	-
Doutor Roberto Ribas Tavarnaro	Classe de Advogado Efetivo	12/08/2020 - 31/12/2020	-

Doutor Roberto Ribas Tavarnaro	Classe de Advogado Substituto	01/01/2020 – 11/08/2020	-
Doutor Marcio Tadeu Brunetta	Classe de Advogado Substituto	01/01/2020 - 31/12/2020	-
Desembargador Luiz Fernando Wowk Penteado	Juiz Federal Efetivo	05/06/2020 - 31/12/2020	TRF
Desembargador Fernando Quadros da Silva	Juiz Federal Substituto	05/06/2020 - 31/12/2020	TRF
Doutora Eloisa Helena Machado	Procuradora Efetiva	01/01/2020 - 31/12/2020	PGR
Doutora Monica Dorotea Bora	Procuradora Substituta	01/01/2020 - 31/12/2020	PGR

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A governança tem como objetivo estabelecer mecanismos de liderança estratégica e controle, aptos a avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão.



MODELO DE GOVERNANÇA

Conforme a Resolução TRE-PR nº 756/2017, adotou-se o modelo descentralizado de governança, estruturado em três níveis: Conselho de Governança, Comitês e Comissões.

Conselho de Governança

Integrado pelo Presidente do Tribunal, Vice-Presidente, Diretor-Geral, Secretários, Coordenadora de Planejamento Estratégico, Juiz Diretor do Fórum de Curitiba, Assessor-Chefe da Presidência e Diretora Executiva da Escola Judiciária Eleitoral.

Realiza reuniões ordinárias e de análise estratégica (RAEs) trimestralmente e, se convocadas pelo Presidente, reuniões extraordinárias. As reuniões são destinadas ao acompanhamento das metas e à análise da estratégia da organização, inclusive políticas organizacionais, projetos institucionais, processos organizacionais, resultados institucionais e controles internos administrativos, entre outros.

Comitês

Aos Comitês compete, entre outros, manifestar-se sobre projetos e ações da sua área de atuação, subsidiando as deliberações do Conselho; propor ao Conselho metas e diretrizes gerais da gestão; monitorar o cumprimento das metas de desempenho e estabelecer metas setoriais de desempenho; e identificar os riscos inerentes às atividades que lhe são afetas, entre outros. Possuem composição multidisciplinar.

Comissões

São responsáveis pela análise de temas específicos, de caráter permanente ou transitório, que não se enquadram nas competências dos Comitês.

As deliberações são tomadas pelo **Conselho de Governança**, pelo voto da maioria dos seus membros, com voto de qualidade do Presidente em caso de empate. O titular da Secretaria de Auditoria Interna, ainda que possa se manifestar nas reuniões, não tem direito a voto.

Os **Comitês**, instituídos pela própria Resolução, são os seguintes: Comitê de Gestão Estratégica e Plano de Logística Sustentável, Comitê de Gestão Orçamentária e das Contratações, Comitê de Gestão Judiciária, Comitê de Gestão de Pessoas, Comitê de Gestão de Riscos, Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação e Comitê de Gestão da Infraestrutura.

Não há previsão taxativa quanto às **Comissões** na Resolução TRE-PR nº 756/2017 e alterações posteriores, instituídas de for-

ma permanente ou provisória, quando os Comitês consideram necessário. Como exemplo de Comissão pode-se citar: Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TRE-PR, Comissão de Gestão da Implantação e Fiscalização da Obra da Usina Fotovoltaica, Comissão Permanente de Arborização, Comissão Permanente de Licitação, Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, Comissão de Estudos para Implementação do Projeto Mulheres na Política – 2020 e Comissão de Segurança da Informação.

* Saiba mais sobre governança em www.tre-pr.jus.br/transparencia/governanca.

MODELO DE NEGÓCIO

O modelo de negócio do TRE-PR foi estabelecido a partir de 04 (quatro) eixos de atuação, essenciais para o cumprimento de sua missão institucional.

I Cadastramento eleitoral

Agrupamento de processos de trabalho relacionados à realização de operações de regularização de situação do eleitor, à administração e manutenção do cadastro eleitoral, ao sistema de alistamento eleitoral e à revisão do eleitorado.

II Processo Eleitoral

Agrupamento de processos de trabalho relacionados ao planejamento, execução e monitoramento do processo eleitoral, à realização do sufrágio universal, à logística para votação e apuração do resultado, ao registro de candidaturas, à convocação de auxiliares, às contratações, à preparação de urnas eletrônicas e locais de votação, ao acompanhamento da votação, à totalização, à divulgação de resultados, à prestação de contas, à diplomação e ainda, aos procedimentos de auditoria nas urnas eletrônicas e segurança do processo eleitoral.

III Judicância

Agrupamento de processos de trabalho relacionados ao processamento e julgamento dos feitos judiciais, inclusive aqueles relacionados ao processo eleitoral e à publicação das decisões do Tribunal.

IV Relacionamento com a Sociedade

Agrupamento de processos de trabalho que contribuem para a conscientização política e para o aperfeiçoamento da democracia, relacionados à formação da cidadania, educação, capacitação, treinamento de auxiliares, orientação e realização de eleições.

CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor, por sua vez, apresenta os macroprocessos de trabalho executados pela instituição que viabilizam as entregas à sociedade e, consequentemente, o cumprimento da sua missão institucional. Estes macroprocessos foram categorizados em 03 (três) perspectivas:

Processos de Governança

Direcionamento

Monitoramento

Avaliação



- Mecanismos de liderança, estratégia e controle utilizados com o intuito de direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão, visando à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (ex. governança, gestão estratégica, planejamento das eleições, gestão de riscos e controles internos, auditoria interna, correições e inspeções).

Processos Finalísticos

Gestão do cadastro eleitoral

Eleições

Prestação Jurisdicional

Educação e Cidadania



- Atividades essenciais para o cumprimento da missão institucional. Representam os serviços ou valores entregues ao cliente externo e recebem apoio de processos internos.

Processo de suporte

Gestão administrativa

Gestão de serviços

Gestão orçamentária, contábil e financeira

Gestão de pessoas

Gestão da tecnologia da informação



- Asseguram a infraestrutura necessária para realização das atividades do órgão e prestam suporte aos processos principais e aos gerenciais.

RELAÇÃO COM AMBIENTE EXTERNO E A SOCIEDADE

O TRE-PR é diretamente subordinado ao Tribunal Superior Eleitoral, que estabelece as diretrizes a serem observadas por todos os órgãos pertencentes à Justiça Eleitoral brasileira. Sua atuação ainda é influenciada pelo Conselho Nacional de Justiça, instituição à qual compete o controle da atuação administrativa e financeira de todo o Poder Judiciário, principalmente no que diz respeito à transparência administrativa e processual.

Ranking da Transparência do Poder Judiciário

Instituído pela Resolução CNJ nº 260/2018, é realizado anualmente e busca valorizar os Tribunais e Conselhos que se destacaram quanto ao fornecimento de informações claras e organizadas.

Em 2020 o TRE-PR cumpriu 92,82% dos itens analisados, relativos à transparência ativa e passiva, ocupando a 19-20º posição, em empate com o TRE-MG, entre os 93 Tribunais e Conselhos analisados.

Saiba mais em: www.cnj.jus.br/ranking-da-transparencia-2020/

Mecanismos de Transparência

Com o intuito de disponibilizar à sociedade informações sobre sua atuação, o Tribunal mantém atualizado o Portal Transparência e Prestação de Contas, instrumento por meio do qual podem ser acessados o Serviço de Informação ao Cidadão; informações sobre audiências públicas; auditoria e prestação de contas anual; cadastro de peritos judiciais; estatística; gestão das aquisições e contratações; gestão de pessoas; gestão da tecnologia da informação; gestão orçamentária, financeira e fiscal; gestão patrimonial; gestão da sustentabilidade; governança; planejamento estratégico e os relatórios CNJ.

Com o objetivo de ampliar a publici-

dade das decisões proferidas pela Corte, em 2019 o TRE-PR passou a disponibilizar os julgamentos, ao vivo, por meio do canal YouTube e instituiu a Rádio Eleitoral para Todos como canal oficial para divulgação de informações sobre a atuação do Tribunal e serviços prestados à sociedade.

Consultas Públicas

Durante o ano de 2020 a realização de audiências públicas restou prejudicada em razão da pandemia. O TRE-PR, no entanto, divulgou Consulta Pública promovida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), direcionada à profissionais da área jurídica e à população em geral, buscando a contribuição da sociedade para definição das Metas Nacionais aplicáveis à da Justiça Eleitoral no ano de 2021 ([disponível aqui](#)). Prevista pela Resolução CNJ nº 221/2016, a pesquisa tem como objetivo tornar o processo de escolha das Metas Nacionais o mais participativo possível.

* Saiba mais em: www.youtube.com/user/treparana e soundcloud.com/treparana

COMUNICAÇÃO COM AS PARTES INTERESSADAS

A comunicação direta entre o usuário-cidadão (eleitor) e o Tribunal é realizada pela Coordenadoria de Comunicação Social e pela Ouvidoria. Em 2020, apesar do atendimento pessoal ter sido prejudicado em razão da pandemia, o Tribunal manteve a comunicação e a prestação dos serviços aos eleitores com as tecnologias atuais. Entre os principais canais de comunicação pode-se citar o atendimento pessoal, via telefone e internet, as redes sociais e a Ouvidoria.

Atendimento Pessoal

Realizado na capital e em todas as Zonas Eleitorais do interior, de segunda a sexta-feira das 12 às 19 h, exceto em feriados e quando restrito em razão da pandemia.

Capital: Rua João Parolin, 55 e 224 - Prado Velho - Curitiba (PR)

Interior: endereço disponível em www.tre-pr.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-pr

Telefone: (41) 3330-8500

Internet: www.tre-pr.jus.br

Ouvidoria

Localizada na rua João Parolin 224, sendo o atendimento realizado das 12 às 19 h.

Telefone: (41) 3330-8474

WhatsApp: (41) 99631-9920

Internet: www.tre-pr.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria

E-mail: ouvidoria@tre-pr.jus.br

Na Internet



www.facebook.com/treparana/



www.twitter.com/treparana



www.instagram/treparana



www.flickr.com/photos/tre-pr/



www.youtube.com/treparana



www.soundcloud.com/treparana



www.tiktok.com/@tre_pr

Além dos canais mencionados acima, o TRE-PR possui 2 repositórios de informações disponíveis aos eleitores:

Carta de Serviços ao Cidadão: objetiva informar os serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Paraná, estimular a participação do cidadão e promover a melhoria da qualidade do atendimento. Encontra-se disponível no sítio do Tribunal, no link “Eleitor e Eleições”: www.tre-pr.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-cidadao

Dúvidas Frequentes do Eleitor: ferramenta pela qual podem ser acessadas as respostas aos questionamentos mais frequentes, disponível em www.tre-pr.jus.br/o-tre/ouvidoria/duvidas-frequentes-1



Ouvidoria

Além do atendimento presencial, via telefone, WhatsApp e e-mail, a Ouvidoria dispõe de canais específicos de comunicação, por meio dos quais recebe pedidos de informações, críticas, sugestões e reclamações:

Fale Conosco

[Disponível aqui.](#)

Permite ao eleitor solicitar informações por meio de formulário específico, sendo possível direcionar a solicitação a diversas unidades do Tribunal.

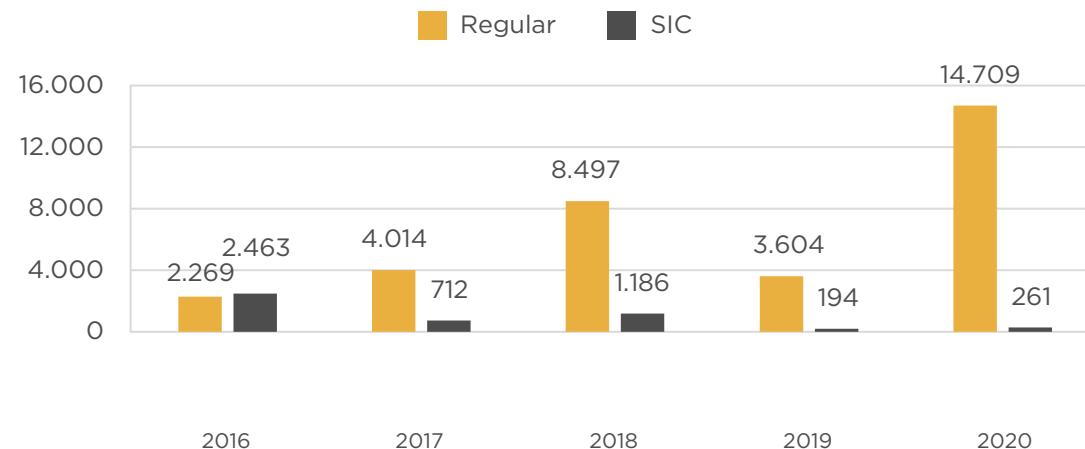
Canal do Mesário

Ferramenta direcionada aos mesários em qual são disponibilizadas informações sobre procedimentos para inscrição como mesário voluntário, vantagens e atribuições, treinamento e dúvidas frequentes. [Disponível aqui.](#)

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

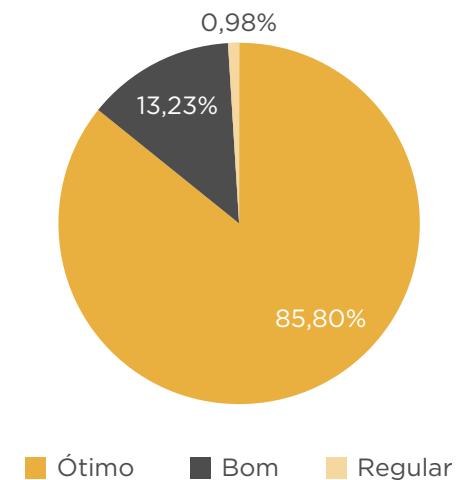
Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação, regulamentada no Poder Judiciário pela Resolução CNJ nº 215/2015, a página possibilita o acesso às informações públicas disponibilizadas pelo TRE-PR ([www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/
acesso-a-informacao](http://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao)). O objetivo é manter a sociedade informada, além de fomentar o desenvolvimento da cultura da transparência e do controle social na Administração Pública.

QUESTIONAMENTOS OUVIDORIA



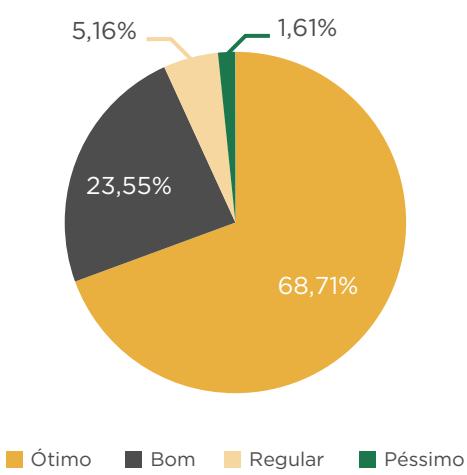
Fonte: Ouvidoria TRE-PR

QUALIDADE DO ATENDIMENTO



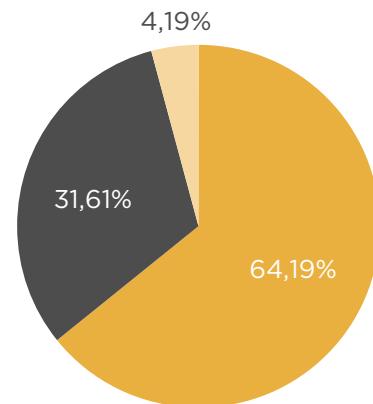
Fonte: Ouvidoria TRE-PR

SOLUÇÃO DO PROBLEMA



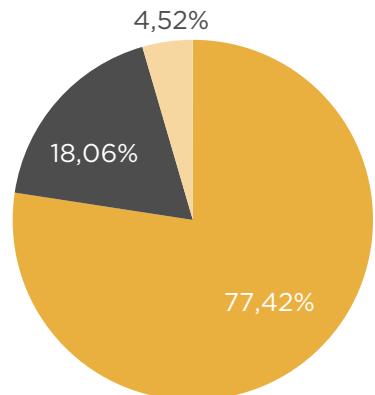
Fonte: Ouvidoria TRE-PR

ACESSIBILIDADE



Fonte: Ouvidoria TRE-PR

TEMPO DE ESPERA



Fonte: Ouvidoria TRE-PR

MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE

A Resolução 860/2020 criou na estrutura do Tribunal a Assistência de Acessibilidade e Inclusão. O TRE-PR também possui, desde de 2018, uma Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (Portaria nº 460/2018). A Comissão e a Assistência atuam conjuntamente com a missão de implementar medidas para a remoção de barreiras básicas, arquitetônicas, de comunicação e de atitudes, a fim de promover o acesso, amplo e irrestrito, com segurança e autonomia, de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no processo eleitoral.

As ações desenvolvidas pretendem tornar a Justiça Eleitoral do Paraná reconhecida pelas pessoas com deficiência e pela sociedade como uma instituição acessível e inclusiva, com empatia, inovação e iniciativa. Entre os principais projetos desenvolvidos em 2020 pode-se citar: inserção de le-

gendas e audiodescrição em vídeos e publicações do TRE/PR; criação e produção da Cartilha e Folder da Acessibilidade; intérprete de libras para as sessões de julgamento e eventos; campanhas institucionais e Coordenador de Acessibilidade.



Comissão Permanente de
Acessibilidade e Inclusão do TRE/PR

COORDENADOR DE ACESSIBILIDADE

Pela primeira vez no Paraná, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná contou com o auxílio de um Coordenador de Acessibilidade nos locais de votação. Esse coordenador foi nomeado e treinado pelas Zonas Eleitorais durante os preparativos para as Eleições. A sua função principal foi prestar todo o apoio ao eleitor com deficiência quanto à sua acessibilidade no local de votação durante as Eleições 2020.



DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

A definição dos temas abordados no Relatório de Gestão 2021 (ano base 2020) foi efetuada a partir das questões discutidas nas reuniões do Conselho de Governança, de Análise da Estratégia, dos Comitês de Gestão e nas Reuniões de Gestão (presididas pela Diretoria- Geral e realizadas semanalmente com a presença de todos os secretários e a Coordenadoria de Planejamento Estratégico, ou seus substitutos, quando necessário).

Foram consideradas, ainda, as deliberações adotadas durante o ano para adequação das atividades do Tribunal e realização das Eleições Municipais de 2020, especialmente em decorrência das restrições impostas pela pandemia (COVID-19), e as

expectativas dos cidadãos quanto às informações a serem divulgadas pelo Tribunal relativas à sua gestão administrativa e financeira.

GESTÃO DE RISCOS



MODELO DE GESTÃO DE RISCOS

A Resolução TRE-PR nº 775/2017 instituiu a política de riscos visando estabelecer os princípios e as diretrizes a serem observadas por todas as unidades do Tribunal. Com o objetivo de detalhar os procedimentos a serem realizados, foi aprovado o Manual de Gestão de Riscos.

Os riscos podem ser institucionais, operacionais, de comunicação ou de conformidade.

A definição dos processos de trabalho cujos riscos serão gerenciados e tratados com prioridade, aqueles que serão tratados com medidas de aperfeiçoamento contínuo, ações de caráter imediato, a curto, médio ou longo prazo, compete aos gestores de risco.

São considerados gestores de riscos, em seus respectivos âmbitos e escopos de atuação, o diretor-geral, o Comitê de Gestão de Riscos, os secretários, os assessores, os coordenadores, os chefes de seção e os responsáveis pelos processos de trabalho, projetos e ações, como também as comissões e grupos de trabalho. Ao Comitê Gestor de Riscos cabe definir os riscos estratégicos a serem monitorados durante o exercício, bem como difundir a cultura da gestão de riscos às unidades, que passam a analisar os riscos de suas áreas. Saiba mais em www.tre-pr.jus.br/transparencia/governanca/comites/comite-de-gestao-de-riscos

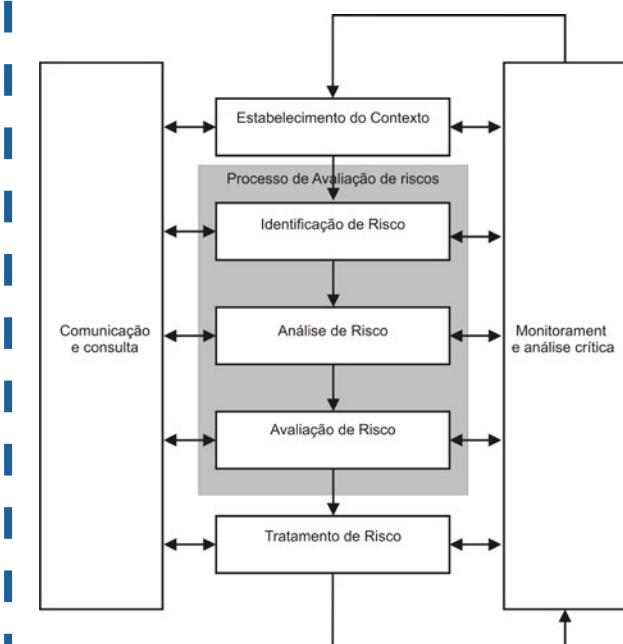
PRINCÍPIOS DA GESTÃO DE RISCOS

I Princípios da Gestão de Riscos

- Criar e proteger valores institucionais.
- Ser parte integrante dos processos organizacionais.
- Ser parte da tomada de decisões.
- Abordar explicitamente a incerteza.
- Ser sistemática, estruturada e oportuna.
- Considerar fatores humanos e culturais.
- Ser transparente e inclusiva.
- Ser dinâmica e capaz de reagir às mudanças.

II Fases do Processo de Gestão de Riscos

- Estabelecimento do contexto.
- Identificação de riscos.
- Análise de riscos.
- Avaliação de riscos.
- Tratamento de riscos.
- Monitoramento e análise crítica dos riscos.
- Comunicação e consulta.



DESAFIOS E INCERTEZAS - 2020

- Possíveis falhas de integração entre os sistemas utilizados pela Justiça Eleitoral e aqueles utilizados por outros órgãos do Poder Judiciário.
- Centralização do gerenciamento do sistema utilizado para tramitação eletrônica de processos pelo TSE.
- Tramitação e julgamento de um grande número de ações (pedidos de registro de candidatura e prestação de contas de candidatos) em curto espaço de tempo, em sistema novo e pouco conhecido pelos servidores.
- Restrições orçamentárias.
- Contração de serviços adequados às necessidades do Tribunal e adimplemento satisfatório das obrigações pelas contratadas.
- Inviabilidade do trabalho presencial e redução da força de trabalho

- em virtude da pandemia (COVID-19).
- Impossibilidade do atendimento presencial dos eleitores (COVID-19).
 - Impossibilidade de realização das Eleições Municipais de 2020 em razão da pandemia (COVID-19).
 - Significativa ausência de mesários nas eleições em virtude da pandemia (COVID-19).
 - Elevado percentual de abstenção eleitoral em razão pandemia (COVID-19).
 - Necessidade de alteração dos procedimentos até então utilizados para divulgação dos resultados eleitorais e diplomação dos eleitos em razão da pandemia.
 - Ocorrência de problemas técni-

cos em virtude da utilização de urnas eletrônicas tecnicamente defasadas em razão da data de sua fabricação.

- Reflexos financeiros da realização de horas extras.
- Possível prejuízo à imagem institucional em virtude de pessoalidade nas publicações ou de postagens impróprias, efetuadas por magistrados e servidores, em mídias sociais institucionais ou pessoais.
- Possível utilização, por terceiros, dos meios de comunicação mantidos pelo TRE-PR para fins diversos do pretendido, especialmente durante as eleições.
- Combate à desinformação amplamente divulgada em mídias sociais.

Próximos Exercícios

Entre os principais desafios e incertezas que poderão impactar as atividades da Justiça Eleitoral Paranaense nos próximos exercícios pode-se citar as consequências – ainda desconhecidas – da pandemia (COVID-19), a possibilidade de restrição orçamentária, a contratação para operação assistida e manutenção da usina fotovoltaica, a execução dos serviços de reforma e manutenção, as *fake news* amplamente divulgadas e rapidamente compartilhadas, a exposição midiática e a indevida divulgação de informações. Para que a execução do Plano Estratégico não seja comprometida, o TRE-PR buscará utilizar as novas ferramentas e tecnologias disponíveis no mercado, aperfeiçoar

seus processos de trabalho combater a desinformação e intensificar o relacionamento com a sociedade.



RISCOS MONITORADOS EM 2020

Além da continuação do monitoramento dos riscos Processos Criminais Conexos a Crimes Eleitorais e Funcionamento do PJE, já acompanhados em 2019, decidiu-se pelo monitoramento dos seguintes riscos estratégicos no ano de 2020: Aquisição de Veículos; Operação Assistida e Manutenção da Usina Fotovoltaica; Serviços de Reformas e Manutenções para os Imóveis da Capital, Litoral e Região Metropolitana; Auxiliares Administrativos RP – Eleições 2020; Transporte de Urnas – Eleições 2020; Pandemia: Reflexos nas Eleições Municipais 2020; Capacitação – Eleições 2020; Ambiente de divulgação do resultado – Eleições 2020; Diplomação dos Eleitos – Elei-

ções 2020; Horas Extraordinárias – Eleições 2020; e Imagem Institucional da Justiça Eleitoral.

As unidades do Tribunal também efetuaram o monitoramento de riscos específicos à sua área de atuação e apresentaram suas considerações ao Comitê de Gestão de Riscos que, quando necessário, discutiu as provisões propostas.

Recebimento de Processos Criminais Conexos a Crimes Eleitorais

Definição/Justificativa: processamento célere das ações relativas a crimes comuns que apresentam conexão com crimes eleitorais (decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Agravo Regimental no Inquérito 4435).

Objetivos Estratégicos Impactados: Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; e Aperfeiçoar o desenvolvimento pessoal e técnico de servidores e colaboradores e promover a saúde e bem estar no trabalho.

Principais Fontes de Risco:

Externas: incompatibilidade dos

sistemas de processamento eletrônico com outros órgãos, inclusive do Poder Judiciário; e exposição midiática negativa.

Internas: dimensionamento impreciso da força de trabalho destacada para atendimento dos processos criminais; segurança de Juízes, servidores e partes; sistemas desatualizados ou indisponíveis para cumprimento das diligências; ausência de normativos específicos para as Zonas Especializadas; e divulgação de informações sigilosas.

Nível Inicial do Risco: alto

Principais Oportunidades: interação entre unidades de diversos segmentos do Tribunal e entre essas e as Zonas Eleitorais especializadas; troca de experiência com outros órgãos, que detêm vivência nesse processo de trabalho, portanto com histórico rico de boas práticas no enfrentamento de riscos equivalentes; aperfeiçoamento dos processos de trabalho.

Principais Ações Implementadas: intercâmbio de informações entre a Alta Gestão e Juízes Eleitorais com Juízes Federais e Estaduais; celebração de convênios com outros órgãos do Poder Judiciário e a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná; aquisição de equipamentos de segurança e controle de acesso; capacitação de servidores e magistrados; definição de estratégias de comunicação; elaboração de mídia training para performance comunicativa para autoridades, Juízes e assessores; definição das atribuições de comunicação

das Zonas Eleitorais; ações para reforçar o dever de sigilo; definição de níveis diferenciados para acesso às informações e peças processuais.

Tendência do Risco: as medidas adotadas implicaram mitigação do risco, que se ao final do exercício se encontrava estável, em nível médio para baixo.

Probabilidade/Impacto: a ocorrências dos eventos identificados poderia expor a confiabilidade e, sobremaneira, prejudicar a imagem da Justiça Eleitoral, expor autoridades, servidores e partes, gerar comoção social, sobrestrarregar a comunicação social, prejudicar o bom andamento dos processos e comprometer a boa execução de medidas de investigação ou o cumprimento de ordem judiciais, eventualmente, frustrando-as. As medidas adotadas, no entanto, mostraram-se eficientes, sendo baixa a probabilidade de caracterização do dano.

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Definição/Justificativa: o Processo Judicial Eletrônico (PJe), instituído pela Resolução do CNJ 185/2013, é um sistema informatizado de processo judicial, que visa conferir segurança, transparência e agilidade processual às demandas judiciais. O referido sistema, no ano de 2020, colocou à prova toda a infraestrutura de informática existente na Justiça Eleitoral, uma vez que em razão das Eleições Municipais 2020, houve o ajuizamento de grande número de ações, simultaneamente, em curto espaço de tempo. A jurisdição eleitoral, ademais, possui peculiaridades, que a diferenciam dos outros seguimentos da justiça. Os prazos processuais em muitos casos são exígues e qualquer indisponibilidade ou

lentidão do sistema podem frustrar direitos ou comprometer etapas sucessivas do processo eleitoral.

Objetivos Estratégicos Impactados: Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; Aprimorar os mecanismos de transparência; e Incentivar a adoção de práticas sustentáveis e de acessibilidade.

Principais Fontes de Risco:

Externas: possível estrutura insuficiente de TI para suportar a alta demanda de ajuizamento simultâneo de ações em datas determinadas (calendário eleitoral) - Eleições Municipais 2020; atraso na entrega de melhorias

para interoperabilidade dos sistemas CAND/CANDEX e PJe; funcionamento inadequado do sistema PJe; pouco conhecimento do sistema PJe pelos usuários externos; e impossibilidade de extração de relatórios estatísticos pelo sistema.

Internas: implementação recente do sistema em 1º grau de jurisdição (Zonas Eleitorais); impossibilidade de treinamento pessoal e possível ausência de interesse dos servidores nas modalidades virtuais de capacitação; e insuficiência de servidores experientes para prestação de suporte às Zonas Eleitorais na área de TI e também quanto ao funcionamento do sistema.

Nível Inicial do Risco: alto.

Principais Oportunidades: reformulação do Código de Normas da Corregedoria Regional Eleitoral; aperfeiçoamento da capacitação dos servidores; adoção de um novo formato para suporte, prestado por equipe multidisciplinar (servidores lotados em diversos setores do Tribunal); e ampliação da equipe de suporte, inclusive para atendimento de usuários externos, por meio da contratação de colaboradores terceirizados.

Principais Ações Implementadas: restauração dos prazos quando constatada a indisponibilidade do sistema; elaboração de plano de ação para processamento das ações em meio físico, caso o trâmite em meio eletrônico se mostrasse inviável; relato de falhas ao TSE; solicitações de melhorias no sistema; tratamento prioritário das situações de urgência e grande impacto; capacitação dos servidores; consolidação das normas relativas à utilização do sistema (atualização do Código de Normas); alocação de infraestrutura específica para suporte; divulgação

de orientações sobre o sistema para os usuários externos; ampliação da equipe de suporte, para o público interno e externo, com servidores capacitados.

Tendência do Risco: as medidas adotadas implicaram mitigação do risco, que ao final do exercício se encontrava estável. A gestão do sistema, no entanto, é realizada por órgão externo (TSE), mantendo-se a classificação do risco em nível médio.

Probabilidade/Impacto: a ocorrências dos eventos identificados poderia atrasar, ou ainda, comprometer a realização das Eleições Municipais de 2020. As ações implementadas, no entanto, mostraram-se suficientes para mitigação do risco, não ocorrendo a caracterização de danos ou de impactos negativos em decorrência da tramitação eletrônica de processos, apesar do exíguo prazo para processamento das ações de Registro de Candidatura.

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Definição / Justificativa: objeto de valor relevante; continuidade da prestação de serviços de transporte da capital e do interior do estado; atender à política definida pelo TRE-PR quanto à manutenção de frota própria de veículos com a necessária renovação periódica.

Objetivos Estratégicos Impactados: Aprimorar a gestão de processos organizacionais, e Aprimorar a gestão orçamentária e financeira.

Principais Fontes de Risco:

Internas: insuficiência de recursos orçamentários; não autorização da contratação; adjudicação do objeto à empresa que apresentou preço

inexequível.

Externas: impugnações ao edital de licitação; problemas na licitação; descumprimento das obrigações pela contratada; não entrega do objeto no mesmo exercício financeiro.

Nível Inicial do Risco: alto.

Principais Oportunidades: ciência quanto às dificuldades inerentes à contratação e eventuais problemas na execução do contrato; adoção de medidas preventivas e ações corretivas, se necessário; aperfeiçoamento do procedimento de contratação.

Principais Ações Implementadas: planejamento da contratação; reali-

zação de pesquisas de mercado; demonstração quanto à essencialidade da contratação, considerada a solução mais vantajosa à Administração; elaboração criteriosa do edital de licitação; agendamento de licitação em data favorável à participação das empresas e viável para o cumprimento do contrato dentro do mesmo exercício financeiro; ampla divulgação do certame; previsão de sanções para hipótese de inadimplemento contratual; acompanhamento da execução do contrato.

Tendência: ainda que a tendência prevista, diante das medidas adotadas, fosse a mitigação do risco, houve impugnação ao edital e o inadimple-

mento parcial do contrato, na medida em que a empresa vencedora do certame não entregou todos os automóveis previstos dentro do exercício.

Probabilidade/Impacto: o inadimplemento parcial do contrato impediu que a liquidação da despesa fosse efetuada em 2020, sendo necessário comprometer parte do orçamento de 2021. O impacto para as atividades do Tribunal, no entanto, foi pequeno, na medida em que os serviços de transporte continuaram a ser realizados com a antiga frota de veículos.



OPERAÇÃO ASSISTIDA E MANUTENÇÃO DA USINA FOTOVOLTAICA

Definição / Justificativa: objeto essencial para atendimento a projeto estratégico do Tribunal, garantia da continuidade do funcionamento da usina fotovoltaica e geração de energia.

Objetivos Estratégicos Impactados: Aprimorar a gestão de processos organizacionais; Incentivar a adoção de práticas sustentáveis e de acessibilidade e Aprimorar a gestão orçamentária e financeira.

Principais Fontes de Risco:

Internas: insuficiência de recursos orçamentários; não conclusão dos procedimentos de formalização contratual antes do encerramento da vi-

gência do contrato atual; adjudicação do objeto à empresa que apresentou preço inexequível; utilização de todo o saldo contratual antes do término do contrato; objeto contratado insuficiente para solução do problema.

Externas: impugnações ao edital de licitação; problemas na licitação; descumprimento das obrigações pela contratada; descumprimento quanto ao Programa de Integridade do TRE-PR.

Nível Inicial do Risco: alto.

Principais Oportunidades: ciência quanto às dificuldades inerentes às contratações e eventuais problemas na execução do contrato; adoção de

medidas preventivas e ações corretivas, se necessário; aperfeiçoamento do procedimento de contratação.

Principais Ações Implementadas: planejamento da contratação; realização de pesquisas de mercado; elaboração criteriosa do edital de licitação; adequações quanto ao objeto do contrato; prorrogação do contrato vigente para evitar solução de continuidade.

Tendência: ainda que a tendência prevista, diante das medidas adotadas, fosse a mitigação do risco, as restrições orçamentárias impuseram a revisão do projeto para redução de custos. Assim, não foi possível con-

cluir o processo licitatório e formalizar o novo contrato antes do encerramento da contratação vigente.

Probabilidade/Impacto: as alterações do projeto implicaram retorno às fases já concluídas, não sendo possível concluir a contratação dentro do prazo previsto. O aditamento do contrato atual, porém, permitiu que não houvesse prejuízo para o funcionamento da usina.



SERVIÇOS DE REFORMAS E MANUTENÇÕES PARA OS IMÓVEIS DA CAPITAL, LITORAL E REGIÃO METROPOLITANA

Definição/Justificativa para monitoramento do risco: objeto de valor relevante; essencial para continuidade da prestação de serviços de manutenção dos imóveis; busca pela redução de custos.

Objetivos Estratégicos Impactados: Aprimorar a gestão de processos organizacionais e Aprimorar a gestão orçamentária e financeira.

Principais Fontes de Risco:

Externas: impugnações ao edital de licitação; problemas na licitação; descumprimento das obrigações pela contratada; descumprimento quanto ao Programa de Integridade do TRE-PR.

Internas: insuficiência de recursos orçamentários; não autorização da contratação pelo TRE; conclusão intempestiva dos procedimentos de formalização contratual; adjudicação do objeto à empresa que apresentou preço inexequível; utilização de todo o saldo contratual antes do término do contrato e avaliação posterior em auditoria quanto ao não enquadramento do serviço ao objeto abrangido.

Nível Inicial do Risco:

Principais Oportunidades: formalização do procedimento de identificação e monitoramento de riscos em todas as fases que envolvem o processo de contratação; adoção de me-

didas corretivas; realização de serviços preventivos; redução de custos e aperfeiçoamento da contratação.

Principais Ações Implementadas: verificação de previsão de valor suficiente em Proposta Orçamentária; demonstração, no estudo realizado, quanto à essencialidade da contratação e que a solução proposta é a vantajosa à Administração; pesquisa de mercado quanto aos preços praticados; pesquisa junto a outros órgãos públicos ou empresas privadas sobre os benefícios da solução proposta; definição adequada do objeto e do prazo de entrega, prezando pela qualidade e viabilidade de cumprimento do contrato; formulação de exigências

para contratação de empresa sólida, prezando, também, pela isonomia e competitividade das empresas licitantes; ampla divulgação quanto à data de realização do certame; previsão de sanções que respaldem as exigências da área gestora na fase de execução; acompanhamento do contrato na fase de execução; controle eficaz do orçamento disponibilizado e repriorização de demandas.

Tendência: as medidas adotadas implicaram mitigação do risco, que ao final do exercício se encontrava está-

vel e avaliado como baixo.

Probabilidade/Impacto: o impacto da concretização do risco seria alto, na medida em que, em situações extremas, poderia vir a prejudicar o desenvolvimento das atividades do Tribunal, especialmente em ano eleitoral. As ações adotadas, porém, se mostraram efetivas não havendo a concretização de danos.

AUXILIARES ADMINISTRATIVOS RP

- ELEIÇÕES 2020

Definição/Justificativa: complexidade da contratação e imprescindibilidade de auxiliares administrativos para a realização de atividades administrativas essenciais para a realização das Eleições (suporte às Zonas Eleitorais).

Objetivos Estratégicos Impactados: Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Aprimorar a gestão de processos organizacionais, e Aprimorar a gestão orçamentária e financeira.

Principais Fontes de Risco:

Externas: limitação da competição em razão da alteração do objeto da licitação em comparação com às licitações anteriores; ausência de interesse dos possíveis licitantes.

Internas: urgência.

Nível Inicial do Risco: alto.

Principais Oportunidades: a adoção do modelo baseado em contrato de trabalho por prazo determinado mostrou-se bem sucedida. Melhorias no processo de estimativa das quantidades necessárias e período da prestação de serviços possibilitaram a substituição do registro de preços, com possível redução dos custos.

Principais Ações Implementadas: acompanhamento do cronograma de aquisições; previsão da possibilidade de alocação do recurso orçamentário em outros projetos, caso as unidades do Tribunal não solicitassem suas contratações a tempo; criação de indicadores relacionados ao Plano Anual de Contratações e ao Cronograma Anual de Contratações para identificar as dificuldades das unidades do Tribunal nas contratações; capacita-

ção dos servidores envolvidos com área da contratação; estabelecimento de regras quanto aos atestados de prestação de serviço.

Tendência do Risco: as medidas adotadas implicaram a mitigação e, posteriormente, a exclusão do risco.

Probabilidade/Impacto: a caracterização do dano foi considerada possível no início do exercício, especialmente em razão da complexidade do objeto. O impacto da concretização do risco seria alto, na medida em que poderia vir a prejudicar o cumprimento das atividades necessárias à realização das Eleições, especialmente nas Zonas Eleitorais do interior, que contam com força de trabalho reduzida. As ações adotadas, porém, se mostraram efetivas e suficientes para exclusão do dano.

TRANSPORTE DE URNAS

- ELEIÇÕES 2020

Definição/Justificativa: complexidade da contratação; imprescindibilidade do serviço para a realização das Eleições Municipais 2020.

Objetivos Estratégicos Impactados: Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; Aprimorar a gestão de processos organizacionais; e Aprimorar a gestão orçamentária e financeira.

Principais Fontes de Risco:
Externas: contratação de empresa incapaz de executar a demanda; execução insatisfatória do contrato.

Internas: não há.

Nível Inicial do Risco: Risco extremo

Principais Oportunidades: estreitamento da relação contratual; aperfeiçoamento do procedimento (preço por roteiro ao invés do local de votação); especificação da apresentação do roteiros de transporte das urnas como requisito à assinatura do contrato.

Principais Ações Implementadas: realização de diligências para verificar a exequibilidade da proposta vencedora; acompanhamento constante da execução do serviço contratado; realização de diversas reuniões com a contratada para promover ajustes na

execução do contrato; indicação da parcela de maior relevância do objeto contratado pelas unidades do Tribunal; instituição de regras básicas para os atestados de prestação de serviço.

Tendência do Risco: as medidas adotadas implicaram a mitigação e, posteriormente, a exclusão do risco.

Probabilidade/Impacto: a caracterização do dano foi considerada possível no início do exercício, especialmente em razão da complexidade do objeto e do valor proposto para execução do contrato pela licitante vencedora, incompatível com os valores praticados em mercado para serviços semelhantes. O impacto da concreti-

zação do risco seria alto, na medida em que poderia vir a prejudicar a realização das Eleições. As ações adotadas, porém, se mostraram efetivas e suficientes para exclusão do dano.



PANDEMIA: REFLEXOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

Definição/Justificativa: evolução e impossibilidade de controle da pandemia (COVID-19) em 2020; dúvidas concretas quanto à viabilidade da realização das Eleições Municipais em 2020; aglomeração nos locais de votação; ausência de mesários; elevado percentual de abstenção eleitoral em razão da pandemia (COVID-19); e risco à saúde de eleitores, mesários e colaboradores, Juízes Eleitorais, autoridades e servidores.

Objetivos Estratégicos Impactados: Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Fomentar a aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade; e Aprimorar a gestão de processos organizacionais.

Principais Fontes de Risco:

Externas: ausência de controle da pandemia COVID-19; risco de contágio dos eleitores, mesários, colaboradores, Juízes Eleitorais, autoridades e servidores no dia da eleição; maior vulnerabilidade aos efeitos da doença das pessoas pertencentes ao grupo de risco; mesários e colaboradores que residem com pessoas de grupo de risco; aglomeração nos locais de votação.

Internas: redução da força de trabalho; preocupação dos Juízes Eleitorais e

servidores quanto ao contágio por COVID-19 quando da realização das atividades necessárias às Eleições 2020.

Nível Inicial do Risco: extremo.

Principais Oportunidades: aperfeiçoamento do atendimento do eleitor mediante a utilização de novas tecnologias (alistamento, transferência e atualização do cadastro eleitoral passaram a ser realizados on-line); convocação de mesários e colaboradores por WhatsApp; adoção de novas tecnologias para que o trabalho dos servidores pudesse ser prestado de forma remota; avaliação das vantagens e desvantagens da realização do trabalho remoto; e redução de custos.

Principais Ações Implementadas: providências para que a votação pudesse se realizar de forma segura, evitando riscos à saúde (disponibilização de máscaras, *face shield*, álcool em gel, determinação para higienização frequente dos locais de votação,

ampliação do horário de votação, definição de horários prioritários para votação de eleitores pertencentes aos grupos de risco, alteração do *layout* das seções eleitorais e demarcação de locais nas filas, priorizando o distanciamento social, entre outras); realização de campanhas para estimular a participação dos mesários voluntários; realização de triagem quando da convocação de mesários, a fim de evitar a nomeação de pessoas pertencentes ao grupo de risco; e utilização de novas tecnologias para realização das atividades na Justiça Eleitoral, priorizando o trabalho remoto e a saúde dos Juízes Eleitorais, autoridades, servidores e colaboradores.

Tendência do Risco: mitigação, sendo considerada viável a realização das eleições no Estado do Paraná em 2020.

Probabilidade/Impacto: o risco quanto à impossibilidade da realização das Eleições Municipais em 2020 foi considerado real. O adiamento do pleito para o ano de 2021 implicaria consideráveis prejuízos ao exercício da cidadania e à própria democracia. As medidas adotadas, no entanto, mostraram-se eficientes, permitindo a segura realização do pleito ainda no ano de 2020.

CAPACITAÇÃO - ELEIÇÕES 2020

Definição/Justificativa: nomeação de servidores após as Eleições de 2018; ausência de experiência destes servidores quanto aos sistemas utilizados nas Eleições – especialmente o CAND –, quanto ao processamento das ações de Prestação de Contas e ações relativas à propaganda eleitoral; necessidade de nivelamento do conhecimento dos servidores das Zonas Eleitorais; nova divisão de competências entre as Zonas Eleitorais (Res. TRE-PR nº 847/19).

Objetivos Estratégicos Impactados: Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; Aprimorar a gestão de processos organizacionais; Aperfeiçoar o desenvolvimento pessoal e técnico de servidores e colaboradores e promover a saúde e o bem-

-estar no trabalho.

Principais Fontes de Risco:

Externas: primeira eleição com o uso do PJE nas Zonas Eleitorais; e atualização dos normativos relativos às Eleições.

Interna: número expressivo de servidores inexperientes, nomeados após as Eleições de 2018.

Nível Inicial do Risco: alto.

Principais Oportunidades: desenvolvimento de capacitações por servidores convedores das dificuldades enfrentadas pelas Zonas Eleitorais durante as eleições e especialistas em registro de candidatura, prestação de contas e ações sobre propaganda eleitoral; valorização da experiência

dos servidores; desenvolver no Tribunal a cultura de transmissão do conhecimento entre os servidores; nivelamento do conhecimento dos servidores; definir no Planejamento do Projeto Eleições 2022 (elaborado durante o ano 2021) quais capacitações deverão ser realizadas aos servidores nas Eleições 2022.

Principais Ações Implementadas: construção de cursos EAD para capacitar os servidores das Zonas Eleitorais nas matérias eleitorais (registro de candidatura, prestação de contas e propaganda eleitoral) por servidores experientes e atualizados quanto aos normativos referentes às eleições; capacitação dos servidores inexperientes e atualização do conhecimento dos demais servidores; e constituição

de grupo de apoio, com servidores de diversas unidades, para esclarecimento de dúvidas e prestação de suporte.

Tendência do Risco: mitigação.

Probabilidade/Impacto: a probabilidade de danos em decorrência da inexperiência ou desatualização dos servidores foi considerada baixa, porém, o impacto de atos processuais praticados de forma equivocada poderia implicar a anulação do pleito

eleitoral e necessidade de realização de nova eleição. As medidas adotadas, porém, implicaram a mitigação do dano.

HORAS EXTRAORDINÁRIAS

- ELEIÇÕES 2020

Definição/Justificativa: necessidade de aprimoramento das ferramentas de controle da realização de banco de horas e serviço extraordinário, evitando o acúmulo de horas; e reflexos financeiros da realização de horas extras.

Objetivos Estratégicos Impactados: Aprimorar mecanismos de transparência; Aperfeiçoar o desenvolvimento pessoal e técnico de servidores e colaboradores e promover a saúde e o bem estar no trabalho; e Aprimorar a gestão da execução orçamentária e financeira.

Principais Fontes de Risco:

Externas: não há.

Internas: interesse na continui-

dade do projeto; falta/deficiência de suporte técnico da TI; revogação dos normativos.

Nível Inicial do Risco: alto.

Principais Oportunidades: visualização da necessidade de horas de trabalho por unidade, possibilitando uma melhor distribuição da força de trabalho e do orçamento; e aprimoramento da transparência e gestão orçamentária e do incentivo à cultura do planejamento.

Principais Ações Implementadas: implantação do sistema de gerenciamento de serviço extraordinário (GSE); e adequação dos normativos para incluir a obrigatoriedade de apresentação de plano de fruição de

banco de horas e a prescrição das horas registradas em banco.

Tendência do Risco: mitigação do risco.

Probabilidade/Impacto: as ações implementadas no decorrer do exercício se mostraram suficientes para mitigação do risco. Não há possibilidade de impacto negativo, sendo, no entanto, necessária a manutenção das ferramentas de gestão e controle implantadas, bem como o monitoramento constante da realização de horas extras/banco de horas.

AMBIENTE DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO - ELEIÇÕES 2020

Definição/Justificativa: necessidade de adaptação dos procedimentos necessários à montagem do ambiente para divulgação do resultado das eleições em razão das restrições impostas pela pandemia (COVID-19) e da consequente impossibilidade de aglomeração de pessoas, necessidade de manter a celeridade da divulgação dos resultados eleitorais.

Objetivos Estratégicos Impactados: Fomentar a aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade; e Aprimorar os mecanismos de transparência.

Principais Fontes de Risco:

Externa: restrições impostas em decorrência da pandemia.

Interna: necessidade de revisão e adaptação do procedimento até então adotado.

Nível Inicial do Risco: alto.

Principais Oportunidades: revisão dos procedimentos até então adotados para divulgação dos resultados; realização da divulgação dos resultados por meio das novas tecnologias existentes, redução das despesas com a atividade e aperfeiçoamento da gestão de custos.

Principais Ações Implementadas: acompanhamento da evolução da situação da pandemia, adoção de providências necessárias à divulgação do resultado eleitoral de maneira segura

e restrição do acesso ao ambiente de divulgação de resultados.

Tendência do Risco: mitigação em razão das medidas adotadas.

Probabilidade/Impacto: apesar de considerada alta a probabilidade da caracterização de dano inicialmente, as medidas adotadas mostraram-se eficientes para garantir a divulgação segura e célere dos resultados eleitorais. O impacto da impossibilidade da montagem de ambiente para divulgação de resultados seria pequeno, uma vez que as tecnologias atualmente existentes permitem a divulgação por diversos canais de comunicação.

DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS

- ELEIÇÕES 2020

Definição/Justificativa: a diplomação dos eleitos é ato indispensável para o encerramento do processo eleitoral, porém, o enfrentamento da pandemia (COVID-19) tornou duvidosa a possibilidade de realização pela forma até então adotada; perigo à saúde dos candidatados eleitos, seus familiares, Juízes Eleitorais, demais autoridades, servidores da Justiça Eleitoral, colabores e pessoas presentes no evento.

Objetivos Estratégicos Impactados: Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Fomentar a aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade; Aprimorar os mecanismos de transparência; e aprimorar a gestão orçamentária e financeira.

Principais Fontes de Risco:

Fonte externa: impossibilidade de

realização da diplomação presencial em razão da pandemia.

Fonte interna: necessidade de revisão e adaptação do procedimento até então adotado e dificuldades técnicas e operacionais decorrentes da realização do ato por meio eletrônico, até então nunca utilizado pela Justiça Eleitoral.

Nível Inicial do risco: alto.

Principais Oportunidades: realização da diplomação com a utilização de tecnologias atuais; acessibilidade do evento aos eleitores, transmitido na íntegra e ao vivo pelo YouTube, no canal do Tribunal; aperfeiçoamento da transparência; e redução de despesas.

Principais Ações Implementadas:

análise da viabilidade da realização

da diplomação por meio das novas tecnologias disponíveis; planejamento e realização do evento em modelo misto, com a presença apenas do prefeito, do vice-prefeito e de dois vereadores eleitos – representando a nova bancada da Câmara Municipal –, além das autoridades e servidores necessários à prática do ato.

Tendência do risco: as medidas adotadas implicaram a mitigação e, posteriormente, a exclusão do risco.

Probabilidade/Impacto: a probabilidade da impossibilidade da diplomação foi considerada alta, porém, as medidas adotadas toraram viável a realização do ato, sem qualquer impacto negativo aos processo eleitoral e aos candidatos eleitos.

IMAGEM INSTITUCIONAL DA JUSTIÇA ELEITORAL

Definição/Justificativa: existência de perfis da Justiça Eleitoral do Paraná no Facebook e Instagram criados pelas Zonas Eleitorais que, apesar de não oficiais, são utilizados pelos eleitores como fonte de informação; possível prejuízo à imagem institucional em situações de desinformação ou pessoalidade nas publicações; existência de normativos que regulamentam condutas inapropriadas de servidores em redes sociais (Lei nº 8.112/90, Provimento CNJ nº 71/2018 e Código de Ética do TRE-PR); utilização das mídias de comunicação para fins diversos do pretendido, especialmente durante as eleições seja por desinformação, seja por má-fé; e possibilidade de uso malicioso de

mensagens instantâneas (WhatsApp) em nome da Justiça Eleitoral.

Objetivos Estratégicos Impactados: Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Fomentar a aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade; Aprimorar os mecanismos de transparência; e Garantir a eficiência na prestação dos serviços de tecnologia da informação e comunicação.

Principais Fontes de Risco:

Externas: mudança no cenário digital da época da abertura dos perfis pelas Zonas Eleitorais para o atual momento, em que predomina a ameaça da desinformação; possível con-

fusão entre imagem institucional e opinião pessoal do autor das postagens – servidor público; disseminação do uso de ferramentas criminosas (bots) e ferramentas maliciosas com fins criminosos; e ausência de mecanismos de controle eficazes para combater fraudes cibernéticas.

Internas: manifestações de apreço ou desapreço a candidatos, partidos ou outras instituições políticas por parte de servidores em redes sociais; possibilidade do servidor/magistrado exteriorizar vínculo com administração pública para enfatizar ou potencializar sua opinião nas redes sociais; ausência de mecanismos de controle eficazes para combater fraudes cibernéticas; e utilização

do WhatsApp pela própria Justiça Eleitoral, impactando na crença do eleitor de que o serviço malicioso possa efetivamente ser oficial.

Nível Inicial do Risco: médio.

Principais Oportunidades: orientação de magistrados e servidores quanto ao uso adequado de perfis e redes sociais; ampliação dos meios de divulgação das ações da Justiça Eleitoral do Paraná por meio de redes sociais diversas, de modo a garantir o acesso a públicos variados (instagram, facebook, tiktok); intensificação do uso das redes sociais como ferramenta de apoio à divulgação das atividades relacionadas à Justiça Eleitoral; e significativo aumento de seguidores nas páginas oficiais.

Principais Ações Implementadas: realização de pesquisa perante as Zonas Eleitorais para sanear o uso

dos perfis, de forma a manter apenas aqueles efetivamente desejados, absorvendo os demais perfis na página oficial do TRE-PR; disponibilização de manual para as Zonas Eleitorais contendo políticas de *compliance* e orientações gerais; elaboração de instruções dirigidas aos servidores; disponibilidade de procedimentos de investigação de falta funcional (sindicâncias, processos administrativos); acompanhamento pelos canais de atendimento ao cliente, a exemplo da Ouvidoria; divulgação de notas, matérias, conteúdos de vídeo e postagens em ambiente interno e externo; e divulgação de matérias no site do TRE-PR sobre os números de WhatsApp utilizados pelos cartórios eleitorais.

Tendência do Risco: as medidas adotadas implicaram a mitigação do risco.

Probabilidade/Impacto: a pro-

babilidade quanto a postagens inadequadas por parte dos servidores e magistrados, utilização das redes sociais por terceiros para propagar a desinformação e uso malicioso de mensagens instantâneas em nome da Justiça Eleitoral foi considerada alta. A divulgação de notícias inverídicas poderia levar ao questionamento da legitimidade do processo eleitoral e ao comprometimento do resultado das eleições, sendo grande o impacto decorrente da caracterização do dano. As ações realizadas, ao lado das providências adotadas pelo TSE, no entanto, mostram-se suficientes para mitigação do risco, havendo um grande avanço neste tema em comparação às eleições anteriores.



GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

interactive
text

ESTRATÉGIA

Ao elaborar o planejamento estratégico para o período de 2019-2021, o TRE-PR estabeleceu como diretriz para sua atuação a consolidação da credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança de suas atividades.

Aprovado pela Resolução TRE-PR nº 826/2019 e alterado pela Resolução TRE-PR nº 846/2020, o planejamento estratégico 2019-2021 é complementado pelo Plano de Logística Sustentável e pelo Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação. Direcionam as atividades do Tribunal, ainda, o Plano de Gestão 2020-2022 (Portaria TRE-PR nº 418/2020) e o Plano de Ação para cumprimento das Metas

Específicas aplicáveis ao segmento da Justiça Eleitoral.

Para definição das ações a serem priorizadas pela instituição no exercício de 2020 foram consideradas as orientações do CNJ, TSE e TCU, como também as expectativas da sociedade, especialmente quanto à qualidade dos serviços públicos, segurança do processo eleitoral, prestação jurisdicional e transparência da atuação.

Os indicadores e metas estabelecidas permitiram ao Conselho de Governança acompanhar o desempenho das unidades e determinar providências, quando necessário, para que os resultados almejados sejam atingidos.



*Saiba mais sobre em www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico

Mapa Estratégico

Plano Estratégico 2018-2021

Visão

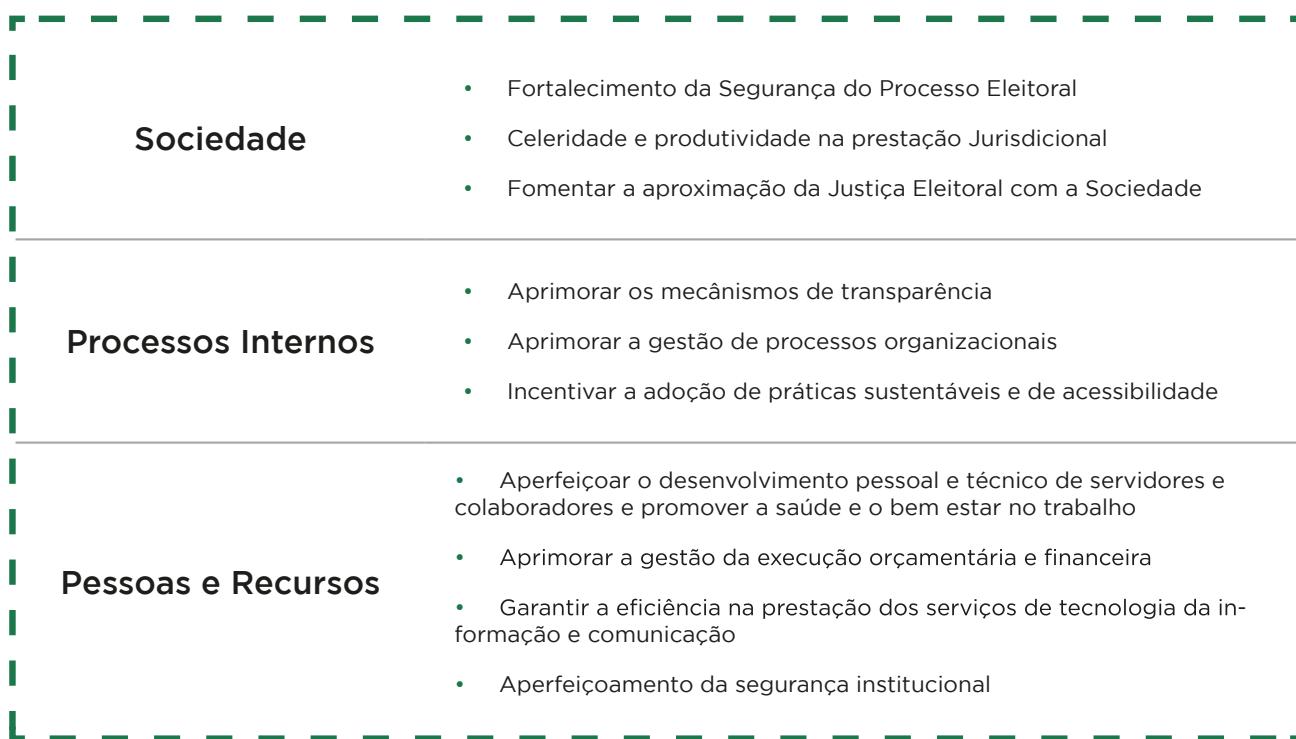
Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança, em todas as suas atividades

Missão

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e a afetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia.

Valores

Ética - Valorização das pessoas - Integração - Cidadania
Comprometimento - Sustentabilidade e Acessibilidade - Economicidade -
Transparéncia - Celeridade - Confiabilidade - Inovação - Coerência



APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DE GERAR VALOR

A Diretoria-Geral, em 2020, promoveu Reuniões de Gestão semanais – presenciais ou via internet – das quais participaram todos os Secretários do Tribunal ou seus substitutos e, quando oportuno, representantes de unidades específicas. As reuniões tiveram como objetivo avaliar os problemas de forma integrada, propor soluções a fim de superar as dificuldades que se impuseram ao cumprimento dos objetivos estratégicos e definir as medidas a serem adotadas para a segura realização das Eleições Municipais de 2020, especialmente em razão da pandemia (COVID-19).

Os indicadores previstos no Planejamento Estratégico, as ações esta-

belecidas no Plano de Gestão e o percentual de cumprimento das Metas Nacionais e Específicas foram monitorados periodicamente pela Coordenadoria de Planejamento Estratégico. Os resultados obtidos foram apresentados ao Comitê de Gestão Estratégica e Plano de Logística Sustentável (CGPELS), nas Reuniões de Análise da Estratégia e também ao Conselho de Governança. Nessas ocasiões, as unidades do Tribunal tiveram a oportunidade de relatar os problemas enfrentados e de apresentar justificativas quanto ao desempenho obtido.

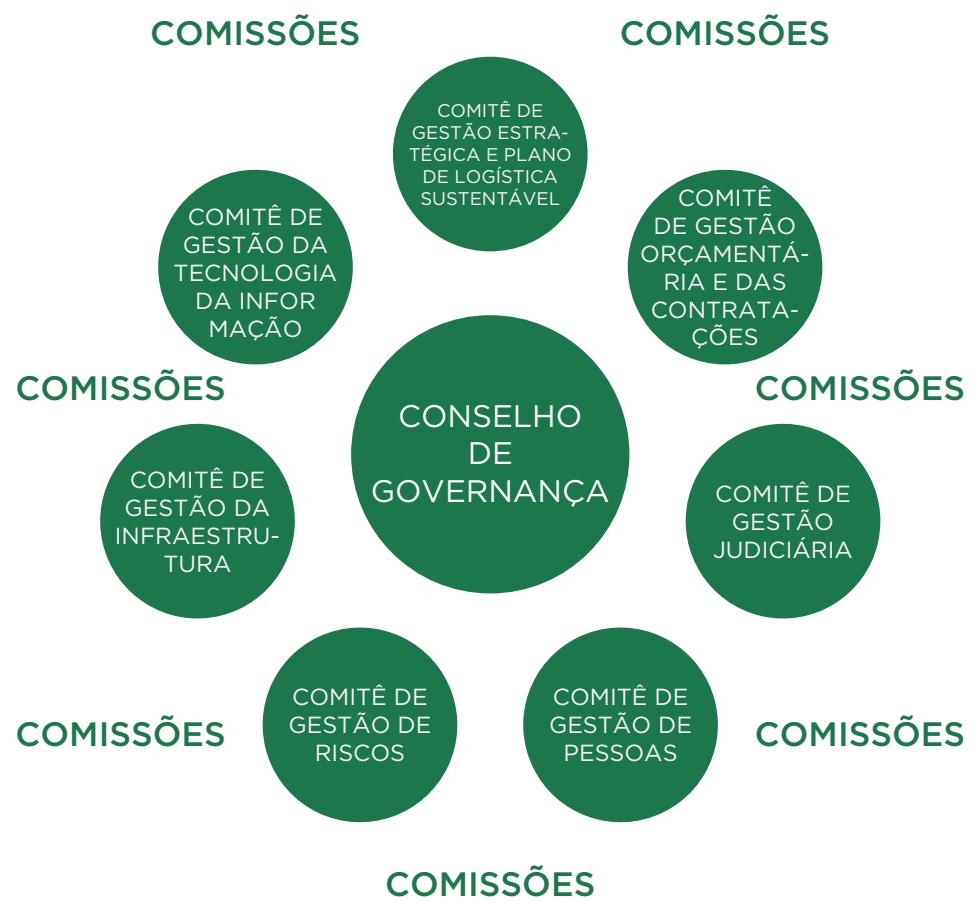
Durante o exercício, o Conselho de Governança e o CGPELS auxiliaram as unidades do Tribunal na defini-

ção das ações a serem priorizadas, propuseram ajustes para condução dos trabalhos, avaliaram os riscos a serem enfrentados e os esforços a serem empregados. Em todas as ocasiões foram considerados os benefícios a serem obtidos em favor da sociedade.

Os Comitês, dentro de sua área atuação, foram responsáveis por viabilizar a implementação das ações cuja execução foi determinada pela alta direção, como também por avaliar as medidas necessárias, as dificuldades existentes e os riscos envolvidos. Dessa maneira, subsidiaram as decisões do Conselho relativas a questões estratégicas para

a instituição. O Comitê de Gestão de Riscos esteve atento às providências necessárias para o cumprimento das atividades do Tribunal, especialmente em virtude da pandemia.

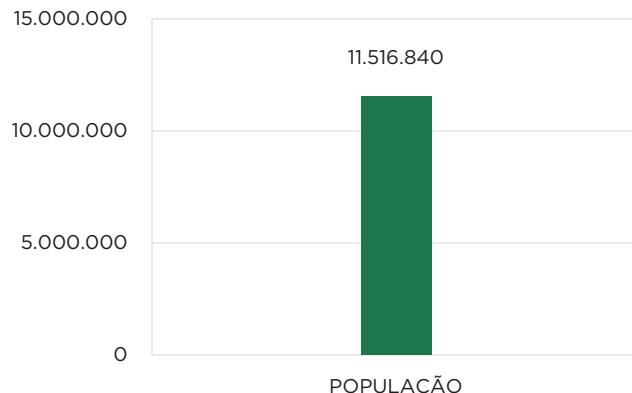
As Comissões, por sua vez, competiu a análise de temas específicos, relativos a questões afetas aos Comitês aos quais estavam vinculadas.



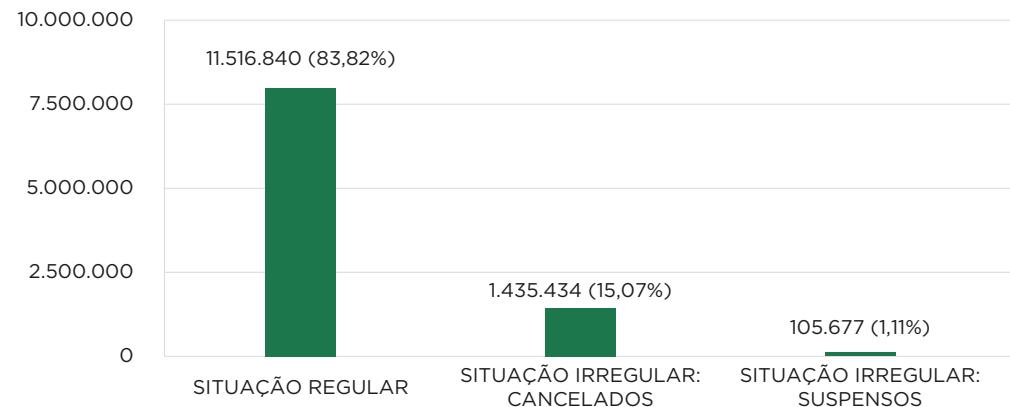
VALORES ENTREGUES À SOCIEDADE

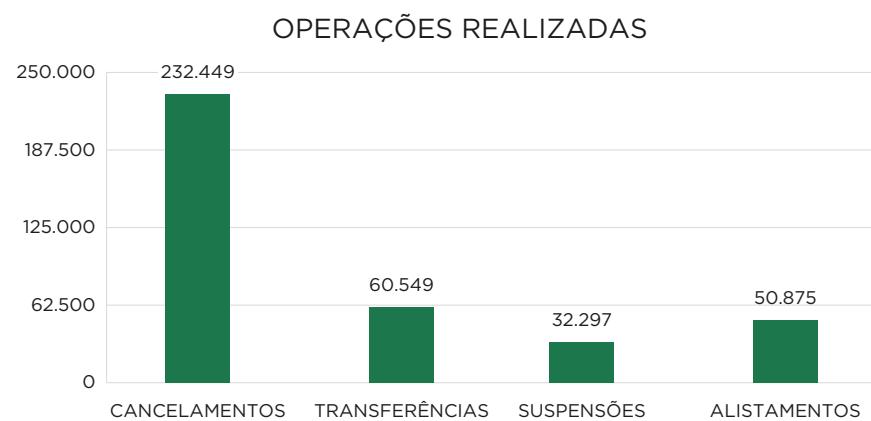
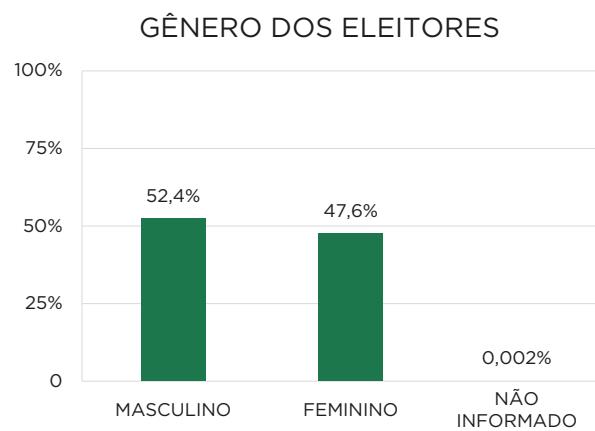
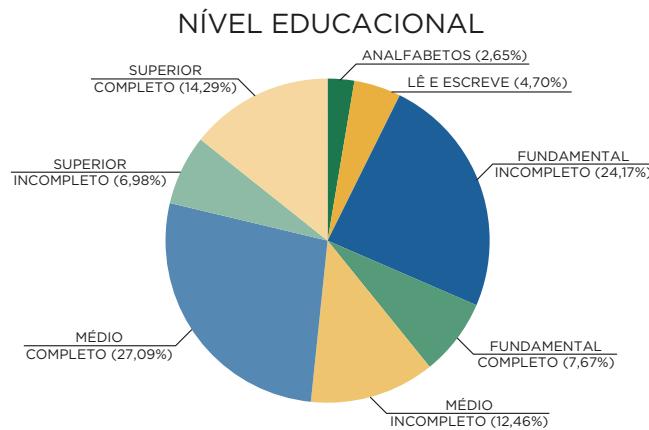
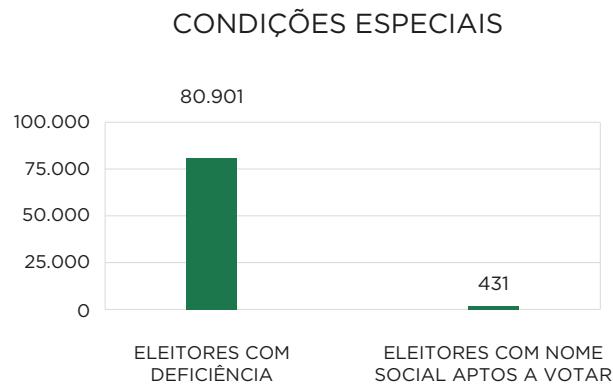
A partir de modelo de negócios adotado pelo TRE-PR, destacaram-se os seguintes valores entregues à sociedade em 2020:

CADASTRO ELEITORAL



ELEITORES NO PARANÁ





*Saiba mais em:

<https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-e-transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas/exercicios-anteriores/exercicio-2020>

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Em 2020 o TRE-PR recebeu 94.406 casos novos, sendo 93 processos criminais, 94.305 processos não criminais e 8 execuções fiscais.

Ao final do exercício, somando-se o estoque acumulado dos anos anteriores, havia 54.124 casos pendentes, sendo 218 processos criminais, 54.115 processos não criminais e 9 execuções fiscais.

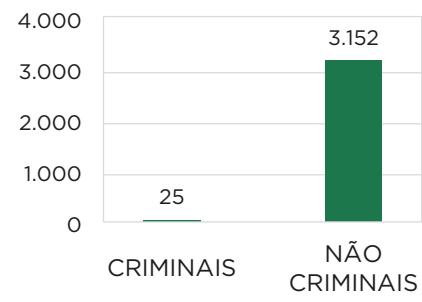
Foram baixados, ao total, 49.278 processos, sendo 49 criminais e 49.229 não criminais. Nenhuma execução fiscal foi baixada.

Foram proferidas, ao total, 50.032 decisões entre acórdãos, decisões monocráticas terminativas e sentenças, sendo 52 criminais, 49.975 não crimi-

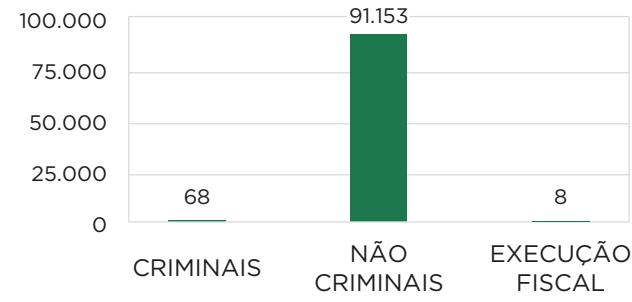
nais e 5 homologações de acordo.

Quanto à recorribilidade das decisões, foram publicados, em 2º grau, 2.220 acórdãos passíveis de recursos para Tribunais Superiores e, em 1º grau, 130.779 decisões passíveis de recursos exteriores. Foram interpostos apenas 389 recursos direcionados à instâncias superiores e 2.462 recursos direcionados ao 2º grau.

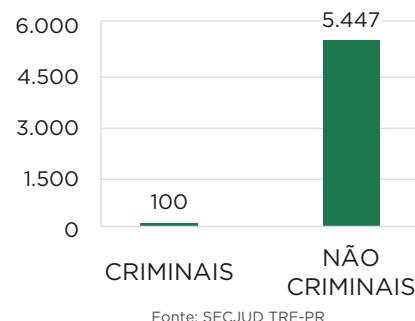
CASOS NOVOS - 2º GRAU



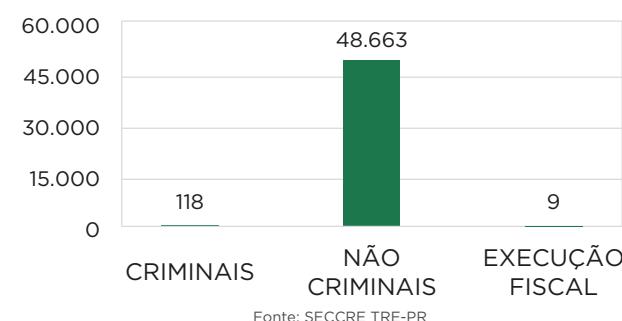
CASOS NOVOS - 1º GRAU



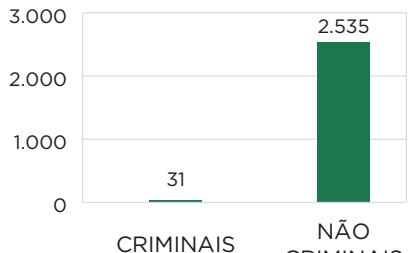
CASOS PENDENTES- 2º GRAU



CASOS PENDENTES - 1º GRAU

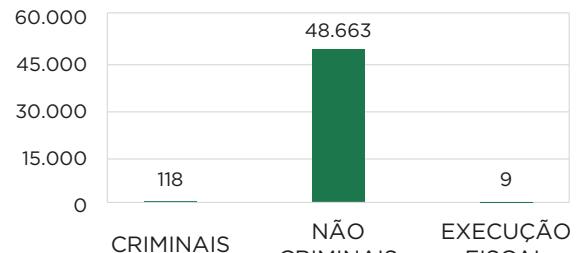


PROCESSOS BAIXADOS -
2º GRAU



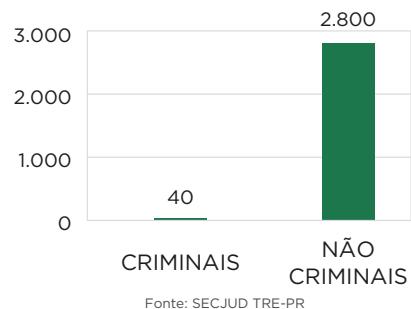
Fonte: SECJUD TRE-PR

PROCESSOS BAIXADOS - 1º GRAU



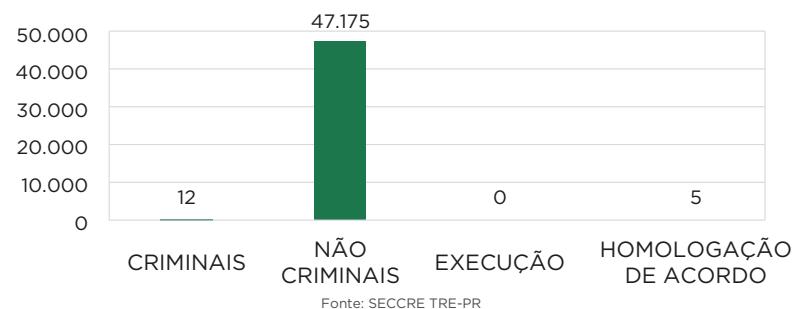
Fonte: SECCRE TRE-PR

ACÓRDÃOS E DECISÕES -
2º GRAU



Fonte: SECJUD TRE-PR

SENTENÇAS E DECISÕES - 1º GRAU



RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Entre os principais projetos realizados pelo Tribunal em 2020 para formação da cidadania, educação, capacitação, treinamento de auxiliares, orientação e realização de eleições, destacaram-se:

- Projeto Mulheres Na Política: Construindo Candidaturas
- Café Cultural: Oratória é Coisa de Mulher Sim
- Live sobre Candidatas Laranjas
- Convenções, Registro e Efetivação das Candidatas Femininas
- Campanhas Eleitorais e Candidaturas Femininas

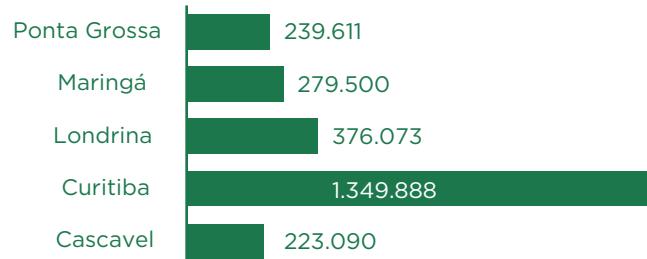
- Financiamento de Campanhas Femininas e Prestação de Contas
- Visita ao Tribunal - Projeto Linhas do Conhecimento
- Palestras e campanhas sobre Segurança da Urna Eletrônica
- Projeto Você e o Voto - módulos Democracia e Cidadania, Processo Eleitoral e Segurança da Urna Eletrônica
- Projeto Família na Escola
- Projeto Eleitor Do Futuro
- Visita de Professores ao Tribunal
- Reunião com os professores – Projeto Eleitor do Futuro
- Projeto Cabina de Informação
- Workshop - Mais Diálogo Nas Redes #Verifiqueantesdevotar
- Curso de integração Para Estagiários
- Treinamento de Mesários
- Diplomação dos políticos mírins do Colégio OPET
- Premiação concurso de vídeos – PROJETO VOCÊ E O VOTO #MECONTAAÍ
- Campanhas em diversos meios de comunicação (TV, rádio, página oficial, redes sociais e YouTube)

ELEIÇÕES 2020

ORÇAMENTO
R\$ 26.935.176,00

MUNÍCIPIOS NO PR
399

MUNICÍPIOS COM MAIS DE 200 MIL ELEITORES



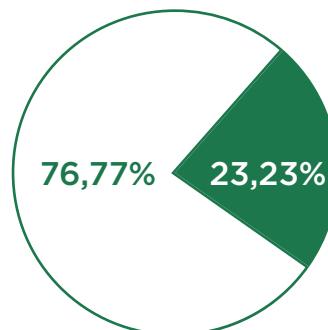
SEÇÕES ELEITORAIS:
4.665

LOCAIS DE VOTAÇÃO:
20.745

*O número de locais de votação e seções eleitorais nas eleições é inferior ao número em 31/12/20 pois, para a realização das Eleições 2020, as seções foram temporariamente agregadas.



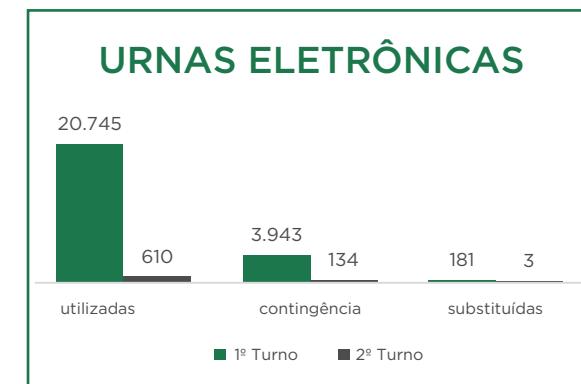
ELEITORES



□ Comparecimento ■ Abstenção

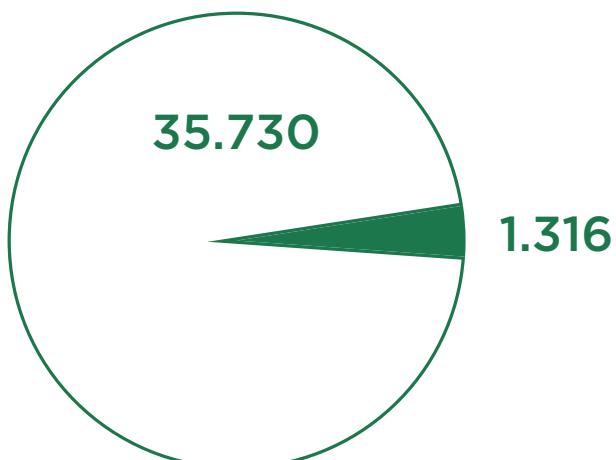
MESÁRIOS

CONVOCADOS: 84.999



□ Comparecimento ■ Abstenção

CANDIDATOS



QUANTITATIVO DE CANDIDATURAS
À REELEIÇÃO: 1.616

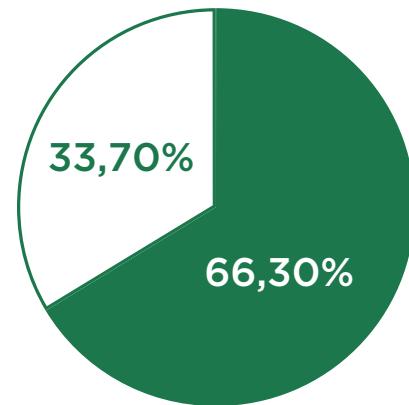
PREFEITOS ELEITOS

1º TURNO:
398
2º TURNO
1

VEREADORES ELEITOS
3.812

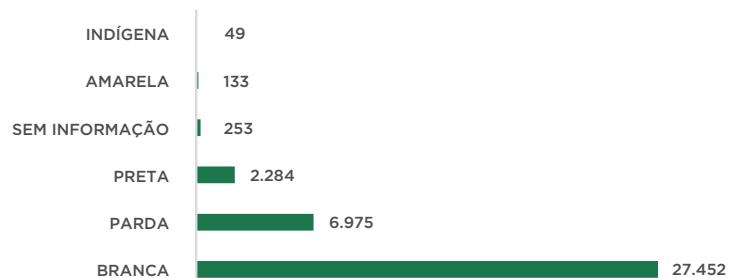
CANDIDATOS QUE DECLARARAM NOME SOCIAL
5

GÊNERO



■ Homens ■ Mulheres

COR/RAÇA



Data e hora do último Boletim de Urna enviado: 15/11/2020 22:50

RESULTADOS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, PLANO DE GESTÃO, METAS NACIONAIS E ESPECÍFICAS

Os objetivos estratégicos direcionaram a atuação de todo o Tribunal. Para mensurar os avanços obtidos, foram estabelecidos 18 indicadores para o período de 2019-2021 e definidas as metas anuais a serem atingidas.

O Plano de Gestão (Portaria TRE-PR nº 418/2020) contemplou 33 ações – todas relacionadas aos objetivos previstos na Resolução TRE-PR nº 826/2019 e vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) – e estabeleceu diretrizes para nortear a gestão do Exmo. Desembargador Tito Campos de Paula (fevereiro/2020 a janeiro/2022).

As Metas Nacionais e Específicas do Poder Judiciário para 2020 foram aprovadas, por segmento de Justiça,

no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário promovido pelo CNJ. Em 2020, a Justiça Eleitoral assumiu o compromisso de perseguir o cumprimento das seguintes metas:

- **Meta Nacional 1** – Julgar mais processos que os distribuídos
- **Meta Nacional 2** – Julgar processos mais antigos
- **Meta Nacional 4** – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

- **Meta Específica 1** – Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral

- **Meta Específica 2** – Fomentar a participação feminina no processo eleitoral

Os resultados obtidos pelo Tribunal estão disponíveis em:

- [Indicadores](#)
- [Plano de Gestão](#)
- [Metas Nacionais](#)
- [Metas Específicas](#)

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE 1 - FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL:

visa garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria dos processos de trabalho.

Principais Desafios: urnas eletrônicas tecnicamente defasadas; adaptações necessárias para a segura realização das Eleições de 2020 em virtude da pandemia (COVID-19); fake news; procedimento de votação obsoleto frente às novas tecnologias.

Principais Iniciativas: participação no 8º Simulado Nacional de Hardware de Urnas Eletrônicas; agregação de sessões eleitorais durante as Eleições, reduzindo-se o número de urnas utilizadas; avaliação da evolução da pandemia (COVID-19) e adoção de medidas eficazes para evitar o contágio durante a votação; orientação dos eleitores quanto a importân-

cia do voto e as medidas necessárias para prevenir o contágio no dia da Eleição; auditoria nas urnas eletrônicas; ações preventivas para combate à desinformação; checagem de notícias falsas (projeto “Central de Combate à Desinformação Gralha Confere”); teste de novas tecnologias para as futuras eleições (Projeto Eleições do Futuro).

Áreas Responsáveis: SECTI, SECMP, SECGA, SECAG, SECCRE, SECJUD, COPE, CCS, COEJE e Zonas Eleitorais.

Principais Resultados: prevenção de falhas e baixo percentual de subs-

tituição de urnas eletrônicas (0,86%); realização das Eleições Municipais de 2020 de forma segura e com baixo índice de abstenção (23,15%); Prefeitos e Vereadores eleitos nos 399 Municípios do Estado do Paraná; comprovação da segurança e confiabilidade das urnas eletrônicas pela auditoria; evolução significativa no combate à desinformação; 33 checagens de notícias falsas (projeto “Central de Combate à Desinformação Gralha Confere”, com 14.596 visualizações; avaliação preliminar de novas tecnologias para eventual implementação de inovações no processo eleitoral.

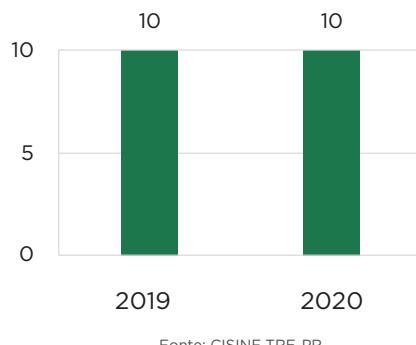
Indicadores (Res. TRE-PR 826/2019)

Ind. 1. Percentual de eleitores com cadastro biométrico	Ind. 2. Aprimorar a Gestão da Segurança da Informação
Meta: concluir a revisão de eleitorado no Estado em 2019	Meta: implementar 10 controles
Resultado: revisão concluída em 2019	Resultado: Meta atingida em 2019 e 2020

IND. 1 - PERCENTUAL ELEITORES COM CADASTRO BIOMÉTRICO



IND. 2 - CONTROLES IMPLEMENTADOS



Plano de Gestão (Portaria 418/2020)

Ação 1. Executar o Projeto Eleições 2020

Meta 2020: executar 95% das atividades previstas

Resultado: 100% das atividades previstas executas

OE2 - CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL:

tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedural na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

Desafios: primeira Eleição realizada com processamento das ações judiciais de 1º grau em meio eletrônico (PJe); dificuldades técnicas do sistema PJe; gerenciamento do sistema por órgão externo (TSE); servidores lotados no 1º grau de jurisdição pouco experientes para utilização do PJe; prazo exíguo para processamento das ações de registro de candidatura; cumprimento das Metas Nacionais; inviabilidade do trabalho presencial em virtude da pandemia (COVID-19); servidores afastados ou emocionalmente impactados pela pandemia.

Principais Iniciativas: treinamento dos servidores lotados em 1º grau de jurisdição para utilização do sis-

tema PJE; constante interação entre os servidores do TRE-PR e TSE para rápida solução dos problemas apresentados pelo PJe; constituição de grupos de apoio com servidores experientes para prestação de suporte àqueles lotados em 1º grau; capacitação de servidores e Juízes Eleitorais; acompanhamento do percentual de cumprimento das metas nacionais; adoção de novas tecnologias para desenvolvimento do trabalho na modalidade remota; realização de correções à distância; implementação de medidas e orientação dos servidores para prevenção quanto à COVID-19.

Áreas Responsáveis: SECCRE, SECJUD, SECTI, SECGP, SECJS, COPE,

COEJE, Juízes e Zonas Eleitorais.

Principais Resultados: tramitação de todos os processos relativos às Eleições de 2020 em meio eletrônico; ampliação e facilitação ao acesso às informações processuais em decorrência da disponibilidade e publicidade características do PJe; correção de todos os problemas técnicos apresentados pelo sistema em tempo hábil; servidores de 1º grau de jurisdição aptos para utilização do sistema; apreciação de todos os pedidos de registro de candidatura dentro do prazo estabelecido; alto percentual de cumprimento nas Metas Nacionais 1, 2 e 4.

Indicadores (Res. TRE-PR 826/2019)

Ind. nº 3. Capacitação de magistrados em direito eleitoral	Ind. 5. Implementação do PJe no 2º grau de jurisdição
Meta: capacitar 85% dos Juízes Eleitorais de 1º Grau	Meta: concluir a implementação integral do sistema até 2020
Resultado: 87% dos Juízes Eleitorais de 1º Grau capacitados	Resultado: Implementação concluída em 2019
Ind. nº 4. Índice de Zonas Eleitorais correcionadas e/ou inspecionadas	Principais Ações do Plano de Gestão (Portaria 418/2020)
Meta: Biênio 2020-2021: correcionar/inspecionar 50% das Zonas Eleitorais	Ação 4. Capacitação de servidores para as Eleições 2020
Resultado: 17,20% das Zonas Eleitorais correcionadas/inspecionadas em 2020	Ação 5. Suporte em matéria eleitoral para as Zonas Eleitorais

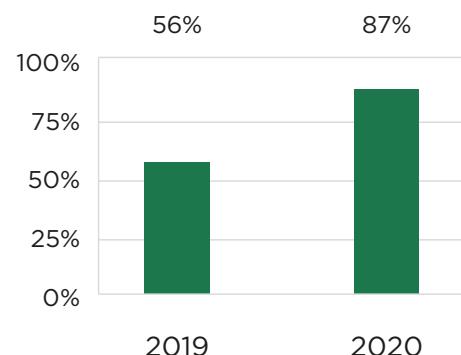
- Ação 8.** Capacitação continuada
- Ação 11.** Atualizar o acervo da biblioteca
- Ação 20.** Migração dos processos físicos para o PJe

[Metas e resultados: clique aqui](#)

Metas Nacionais:

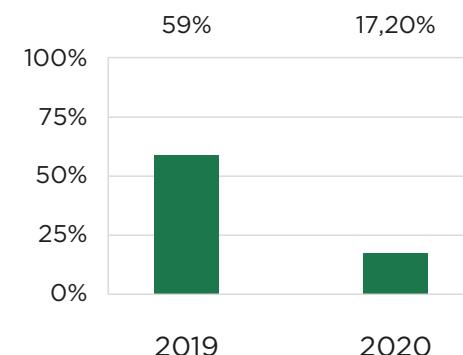
- **Meta Nacional 1.** Julgar mais processos que os distribuídos
Resultado: 95,74%
- **Meta Nacional 2.** Julgar processos mais antigos
Resultado: 97,49%
- **Meta Nacional 4.** Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais
Resultado: 74,07%

MAGISTRADOS CAPACITADOS



Fonte: COEJE TRE-PR

CORREIÇÕES/INSPEÇÕES - ZONAS ELEITORAIS



Fonte: SECCRE TRE-PR

OE 3 - FOMENTAR A APROXIMAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL COM A SOCIEDADE:

Refere-se à adoção de práticas de educação eleitoral, de fomento à participação e inclusão da sociedade em ações do Tribunal e de ampla divulgação de informações sobre todas as etapas relacionadas ao processo eleitoral.

Principais Desafios: responder aos questionamentos da população em tempo razoável; despertar o interesse da sociedade quanto ao processo eleitoral; desconfiança da população quanto às urnas eletrônicas; baixo percentual de participação das mulheres na política; impossibilidade de realização dos projetos educacionais presencialmente, especialmente aqueles dirigidos aos estudantes - pandemia (COVID-19); divulgação de fake news.

Principais Iniciativas: ampliação da equipe da Ouvidoria; divulgação de consulta pública para definição das Metas Nacionais 2021; incentivo

à participação das mulheres na política; divulgação de campanhas para esclarecer dúvidas sobre o processo eleitoral em TV, rádio, site oficial na internet e mídias sociais; intensificação da utilização de mídias sociais; adoção de novos instrumentos para conscientização política e prestação de esclarecimentos sobre o processo eleitoral, como a realização de lives e a disponibilização de vídeos informativos em terminais em ônibus de Curitiba (projeto “Cabina da Informação”); elaboração de cartilha para prevenção de ilícitos eleitorais; elaboração de Plano de Ação para cumprimento das Metas Específicas; projeto “Universidade Amiga”; campanha

“Mesário Voluntário”; montagem de central para divulgação do resultado eleitoral.

Áreas Responsáveis: OVDA, CCS, COEJE e Zonas Eleitorais.

Principais Resultados: redução do tempo de resposta aos contatos dirigidos à Ouvidoria; ampliação da participação das mulheres na política no Estado do Paraná; ampliação significativa de seguidores em redes sociais (acréscimo de 202% no Instagram, 121% no Facebook e 62% no Twitter); 3,7 milhões de pessoas atingidas com 1.471 postagens nas redes sociais e em 306 matérias publicadas

no site oficial; difusão de informações confiáveis sobre o processo eleitoral; 130.000 pessoas atingidas por dia com o Projeto “Cabines de Votação”; combate à desinformação; Metas Específicas integralmente cumpridas; 90.000 mesários voluntários inscritos, atendimento à imprensa para divulgação do resultado eleitoral em tempo real.

Indicadores (Res. TRE-PR 826/2019)

- Ind. 6. Oferta de ações educacionais à sociedade
 - **Meta:** ampliar o número de estudantes atingidos no ano anterior em 5%
 - **Resultado:** 1.136 estudantes atingidos
 - *O indicador considera apenas ações presenciais e foi diretamente impactado pela pandemia em 2020
- Ind. 7. Tempo médio de resposta aos contatos dirigidos à Ouvidoria
 - **Meta:** 3 dias úteis
 - **Resultado:** tempo médio de atendimento 0,20 dia útil

Plano de Gestão (Portaria 418/2020)

Ação 9. Desenvolver atividades de cidadania

Meta: executar 100% das ações planejadas

Resultado: 100% das atividades previstas para 2020 executadas

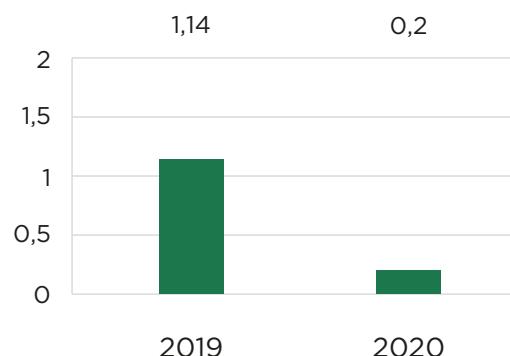
Metas Específicas

Meta 1. Ações para educação eleitoral

Meta 2. Fomentar a participação feminina no processo eleitoral

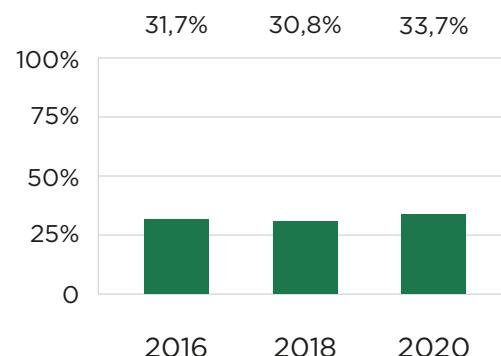
Resultados: 100% das atividades previstas no Plano de Ação executadas

IND. 7 - TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA - DIAS



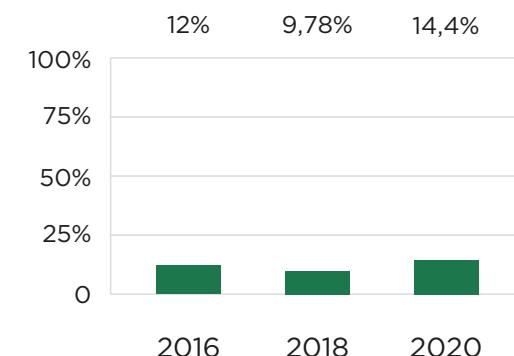
Fonte: OVDA TRE-PR

MULHERES - CANDIDATURA



Fonte: TSE

MULHERES - ELEITAS



Fonte: TSE

OE 4 - APRIMORAR OS MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA:

refere-se a fortalecer a credibilidade institucional, prestando informações coerentes, precisas e acessíveis a todos os interessados.

Principais Desafios: atender às expectativas da população e dos órgãos de controle externo quanto a divulgação das informações; facilidade quanto ao acesso à informação; comprehensibilidade das informações.

Principais Iniciativas: estudo dos critérios estabelecidos pelo CNJ para o Ranking da Transparência do Poder Judiciário; estudo dos critérios estabelecidos pelo TCU para prestação de contas anual; aperfeiçoamento do portal da transparência; priorização da utilização de linguagem simples para divulgação das informações; participação no grupo de trabalho LIODS, coordenado pelo

TJ-PR e formado por representantes de diversos tribunais, para análise das melhorias necessárias quanto aos portais da transparência dos órgãos do Poder Judiciário; transmissão ao vivo das sessões de julgamento pelo canal YouTube.

Áreas Responsáveis: todas as unidades do Tribunal.

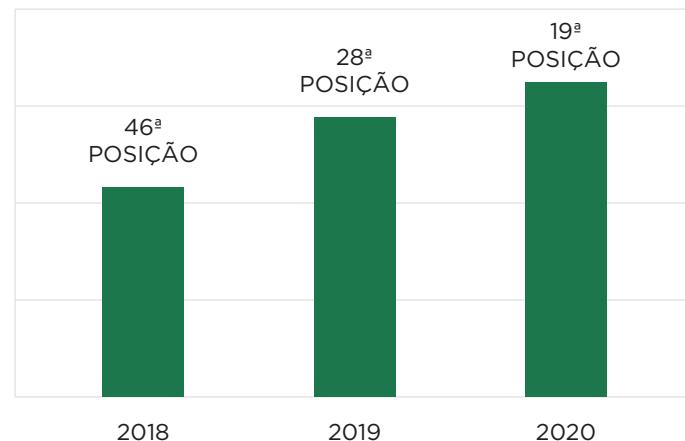
Principais Resultados: classificação em posição de destaque no Ranking da Transparência do Poder Judiciário (19^a posição); criação de ambiente no site oficial do Tribunal para divulgação de informações relativas à prestação de contas; faci-

litação ao acesso à informação; julgamentos proferidos pelo Tribunal acessíveis à população.

Indicadores (Res. TRE-PR 826/2019)

- Ind. 8. Índice de cumprimento no questionário de avaliação da transparência (CNJ)
- **Meta:** atender a 80% dos itens previstos no questionário da Transparência
- **Resultado:** 92,82% (19º posição no Ranking da Transparência do Poder Judiciário)

RANKING DA TRANSPARÊNCIA CNJ



OE 5 - APRIMORAR A GESTÃO DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS:

refere-se à implementação e ao acompanhamento de melhorias adotadas nos processos de trabalho críticos da organização.

Principais Desafios: atendimento satisfatório às necessidades dos eleitores; aperfeiçoamento contínuo das metodologias de trabalho e dos serviços prestados à sociedade; impossibilidade de realização do trabalho na modalidade presencial em virtude da pandemia; compartilhamento de informações entre as unidades do tribunal.

Principais Iniciativas: disponibilização dos serviços de alistamento, transferência, e atualização do cadastro eleitoral na modalidade on-line (projeto “Título Net”); constituição de grupo de trabalho para atender aos eleitores via telefone na véspera das eleições (projeto “Disque Eleitor”); desenvolvimento de atividades pelo

Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS); utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis para viabilização do trabalho remoto; revisão parcial do Planejamento Estratégico 2019-2021; início dos estudos para revisão do Planejamento Estratégico e adequação à Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021 - 2026; utilização de ferramentas de *Business Intelligence* (Portal BI), com informações de diversas unidades do tribunal atualizadas; implementação de sistema para gerenciamento do serviço extraordinário; aperfeiçoamento dos processos de contratação e gestão documental; gerenciamento dos serviços de manutenção predial via sistema; projeto para gestão par-

ticipativa; ações para implementação da Lei Geral de Proteção de Dados e Política de Continuidade de Negócios; monitoramento de riscos.

Áreas Responsáveis: todas as unidades do tribunal.

Principais Resultados: 56.714 solicitações efetuadas pelo projeto “Título Net” no período de 20/04/20 a 06/05/20; 14.510 eleitores atendidos no período de 09/11/20 a 15/11/20 no projeto “Disque-Eleitor”; trabalho desenvolvido pelos servidores na modalidade remota ou híbrida sem prejuízo às atividades do Tribunal; realização de reuniões, audiências e sessões de julgamento on-line; realização de correições e inspeções vir-

tuais; classificação no Prêmio CNJ de Qualidade na categoria Prêmio Diamante (3^a colação entre Tribunais do segmento eleitoral); conquista do Prêmio CNJ de Desburocratização; informações atualizadas e disponíveis para todas as unidades do Tribunal no Portal BI; aperfeiçoamento do controle de serviço extraordinário; documentos para planejamento das contratações, seleção de fornecedores e contratos atualizados; digitalização de 5.437.098 páginas de documentos; elaboração de proposta para manutenção dos imóveis do interior; elaboração de normativo que regulamentará a digitalização de processos físicos para trâmite de forma eletrônica; mitigação dos riscos que poderiam impactar as atividades do Tribunal.

Indicadores (Res. TRE-PR 826/2019)

- Ind. 9. Índice de adesão às propostas de melhorias sugeridas nos processos críticos de trabalho
 - **Meta:** implementação de 70% das melhorias sugeridas em cada processo crítico de trabalho
 - **Resultado:** Meta atingida em 2 de 10 propostas
 - *resultado impacto pela priorização das atividades relacionadas às Eleições 2020
- Ind. 10. Índice de eficiência do planejamento das aquisições e contratações
 - **Meta:** Alcançar 75% de aderência ao PAC
 - **Resultado:** 76% de aderência ao PAC

Plano de Gestão (Portaria 418/2020)

Ação 14. Aprimorar do controle do serviço extraordinário

Ação 15. Aperfeiçoar os processos de contratação

Ação 19. Programa de Gestão Documental

Ação 24. Sistema de manutenção predial

Ação 28. Proposta de normas relativas ao planejamento das contratações do TRE-PR

Ação 29. Projeto de Gestão Participativa

Ação 30. Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados

Ação 31. Aprimorar a Gestão de Riscos

Ação 32. Implementar a Política de Continuidade de Negócios.

Metas e resultados: clique aqui

OE 6 - INCENTIVAR A ADOÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E DE ACESSIBILIDADE:

refere-se à implementação de ações que promovam comportamentos e práticas sustentáveis no âmbito da instituição, além da implementação e manutenção de critérios e ações de acessibilidade para o ambiente do TSE e seus produtos e serviços.

Principais Desafios: promover a mudança de hábitos e a adoção de práticas sustentáveis; conscientizar Juízes Eleitorais, servidores e colaboradores sobre o consumo consciente de recursos; promover a adequada destinação de resíduos; ser reconhecida pelas pessoas com deficiência e pela sociedade como uma instituição acessível e inclusiva.

Principais Iniciativas: realização de campanhas para adoção de práticas sustentáveis, consumo consciente e adequada destinação de resíduos; projeto “Arborização”; monitoramento dos índices de sustentabilidade; inserção de legendas e áudio descrição em vídeos e publicações do TRE-PR;

criação e produção da Cartilha e Folder da Acessibilidade, com instruções sobre as medidas a serem adotadas nos locais de votação; criação da unidade administrativa da acessibilidade (Assistência de Acessibilidade e Inclusão); disponibilização de intérprete de libras para as sessões de julgamento e eventos do TRE-PR; realização de campanhas institucionais, divulgadas nas redes sociais da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, para informar ao eleitor – com ou sem deficiência – sobre as Eleições Municipais de 2020; nomeação de coordenador de acessibilidade nos locais de votação, reformas em imóveis para adequações de acessibilidade.

Áreas Responsáveis: COPE, AAI e SECGS.

Principais Resultados: redução quanto ao consumo de: papel (47,93%), energia elétrica (55,53%), combustíveis (15,85%), água e esgoto (3,22%) e impressões (43,67%) em relação aos resultados de 2018*; adequação de acessibilidade em 03 Fóruns Eleitorais (Pérola, Corbélia e Curiúva), adequação em 49 imóveis (47 no interior e 2 na capital) de modo garantir a segurança do trabalho em altura, acesso amplo, com segurança e autonomia, de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no processo eleitoral.

*As comparações foram efetuadas entre anos de 2018 e 2020, por se tratarem de anos eleitorais.

Indicadores (Res. TRE-PR 826/2019)

- Ind. 11. Índice de acompanhamento de sustentabilidade
 - **Meta:** atingir a meta em 6 indicadores de acessibilidade
 - **Resultado:** meta atingida em 5 indicadores (redução no consumo de papel, energia elétrica, combustível, água e esgoto e impressões)
- Ind. 12. Índice de eficiência do planejamento das aquisições e contratações
 - **Meta:** alcançar 75% do índice de contratações e aquisições com critério de sustentabilidade
 - **Resultado:** 78,87% (56 de 71 licitações realizadas com critério de sustentabilidade)

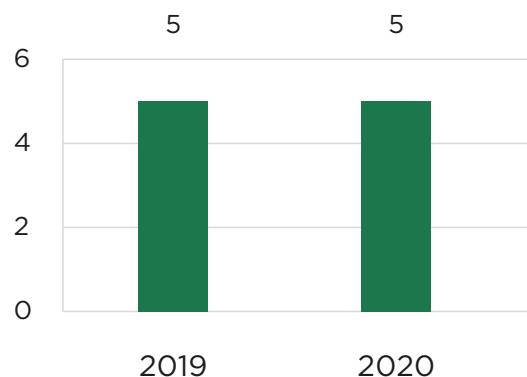
Plano de Gestão (Portaria 418/2020)

Ação 7. Fortalecimento da política interna de sustentabilidade com a sensibilização e a capacitação quanto às causas ambientais

Ação 23. Adequações de acessibilidade e segurança do trabalho em imóveis

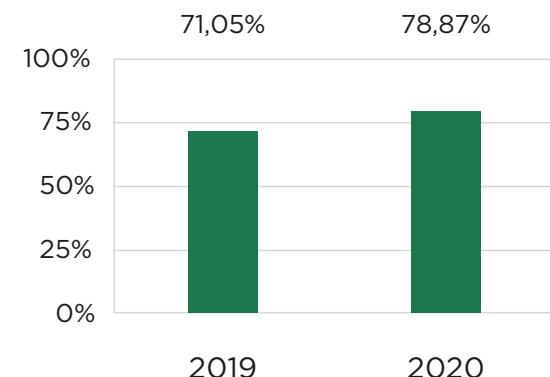
Metas e resultados: clique aqui

ACOMPANHAMENTO
DA SUSTENTABILIDADE



Fonte: SGS TRE-PR

EFICIÊNCIA DO PLANEJAMENTO
DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES



Fonte: SECGA - TRE - PR

OE 7 - APERFEIÇOAR O DESENVOLVIMENTO PESSOAL E TÉCNICO DE SERVIDORES E COLABORADORES E PROMOVER A SAÚDE E O BEM ESTAR NO TRABALHO:

refere-se a políticas, métodos e práticas adotadas na gestão de comportamentos internos com o objetivo de desenvolver e valorizar o corpo funcional. Considera programas, projetos e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos profissionais que integram a organização, à humanização nas relações de trabalho, ao desenvolvimento de práticas de incentivo, à modernização das carreiras, à adequada distribuição da força de trabalho, e à prática de ações voltadas a promoção da saúde e o bem estar no trabalho.

Principais desafios: participação efetiva dos servidores nas capacitações propostas; priorização das atividades relacionadas às eleições; risco à saúde de Juízes Eleitorais, autoridades, servidores e colaboradores que continuaram desenvolvendo suas atividades presencialmente (COVID-19); Juízes Eleitorais, servidores e colaboradores afastados ou emocionalmente impactados em virtude da pandemia; aperfeiçoamento do equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

Principais Iniciativas: oferta aos servidores de 62 cursos de capacita-

ção, em temáticas diversas; implantação do Sistema de Gerenciamento de Serviço Extraordinário (GSE); Projeto “Trocando em Miúdos”, que tratou das alterações previdenciárias dos servidores públicos, compartilhando informações técnicas de forma acessível aos servidores; atualização do cadastro dos servidores deficientes; análise dos Programas de Desenvolvimento Individual (PDIs) 2020 e envio para as áreas competentes; realização de grupos de conversas sobre saúde emocional, campanhas e palestras online; projeto “Voz Amiga; campanhas para prevenção do contágio durante a pandemia; adoção de

medidas para o desenvolvimento do trabalho na modalidade remota; adoção de medidas para que os servidores pudessem desenvolver atividades presenciais no Tribunal e em Fóruns Eleitorais com segurança (higienização, disponibilização de álcool em gel, distanciamento, instituição de horários diferenciados de trabalho, entre outros); aplicação de questionário sobre a saúde mental durante a pandemia.

Áreas Responsáveis:
SECGP, COPE e COEJE.

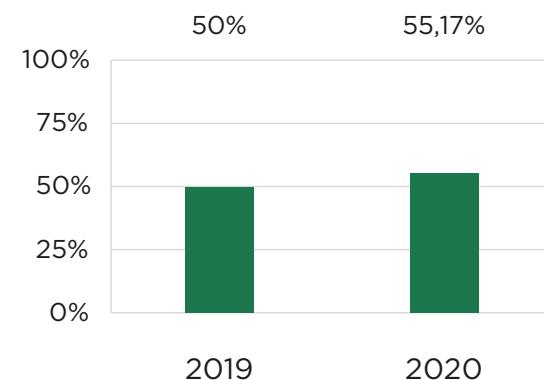
Principais Resultados: servidores tecnicamente aptos para desenvolver as suas funções; aprimoramento das ferramentas de controle da realização de banco de horas e serviço extraordinário, evitando o acúmulo de horas; visualização da necessidade de horas de trabalho por unidade, possibilitando uma melhor distribuição da força de trabalho e do orçamento; aprimoramento da transparência e satisfação

dos servidores com a instituição; início das avaliações multiprofissionais para cadastro do grau de deficiência dos servidores; subsídio à elaboração do Plano Anual de Capacitação e às ações de melhoria; melhoria das relações e apoio emocional aos servidores, atividades da Justiça Eleitoral desenvolvidas de forma satisfatória apesar dos impactos da pandemia, especialmente sobre a força de trabalho.

Indicadores (Res. TRE-PR 826/2019)

- Ind. 13. Índice de Governança de Pessoas (IGov-Pessoas)
- **Meta:** responder afirmativamente a 55% das perguntas sobre gestão de pessoas no questionário sobre governança aplicado pelo TCU (IGov-Pessoas)
- **Resultado:** 55,17% de respostas afirmativas
- *percentual calculado pela SECGP

IGOV PESSOAS



Fonte: SECGP - TRE - PR

OE 8 - APRIMORAR A GESTÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

refere-se ao alcance da eficiência na gestão orçamentária e financeira, com foco na economicidade da aplicação das necessidades de custeio, investimento e pessoal. Envolve o estabelecimento da cultura de redução do desperdício de recursos públicos e o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades essenciais e prioritárias do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Principais Desafios: restrições orçamentárias; gestão eficaz do orçamento; redução das despesas de custeio; autossuficiência energética; redução dos custos dos serviços contratados de forma contínua.

Principais Iniciativas: disponibilização de informações orçamentárias atualizadas em Portal BI; substituição do sistema de iluminação e de ar condicionado por modelos atuais e mais econômicos; realização de campanhas para o consumo consciente; produção de energia - Usina Fotovoltaica; realização de estudos para elaboração de projeto para redução das despesas com motoristas, limpeza, copa, portaria, telefonia e manutenção predial; intensificação do uso de

serviços de transporte por aplicativo; aprimoramento dos controles de jornada dos servidores e fiscalização de banco de horas.

Áreas Responsáveis: SECOFC, SECGS, SECGP e COPE.

Principais Resultados: aperfeiçoamento da gestão orçamentária; redução dos gastos com energia elétrica; autossuficiência energética; redução das horas extras realizadas em comparação às Eleições Gerais de 2018.

Indicadores (Res. TRE-PR 826/2019)

- Ind. 14. Índice de execução orçamentária das despesas discricionárias
- **Meta:** empenhar 98% do valor disponibilizado na LOA
- **Resultado:** índice mensurado em 99,98 %

- Ind. 15. Índice de Execução Financeira das Despesas Discricionárias

- **Meta:** aumentar a execução orçamentária do exercício para 95%

- **Resultado:** índice mensurado em 94,13%

- Ind. 16. Índice de Perdas Orçamentárias

- **Meta:** reduzir as perdas orçamentárias do exercício a 1%

- **Resultado:** índice mensurado em 0,42%

Plano de Gestão (Portaria 418/2020)

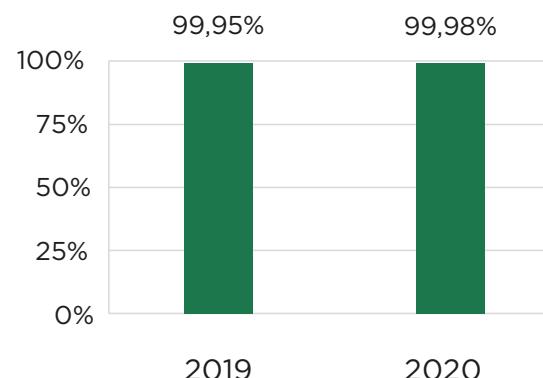
Ação 22. Usina Fotovoltaica – Produção de Energia suficiente para o atendimento da demanda

Ação 25. Projeto de Eficientização Energética modernização e redução de custos com energia elétrica

Ação 27: Projeto para redução dos custos das contratações continuadas

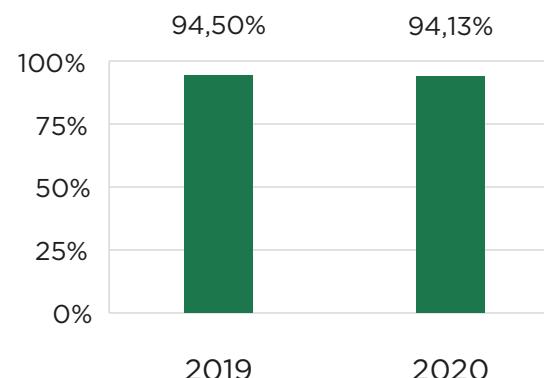
Metas e resultados: clique aqui

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS



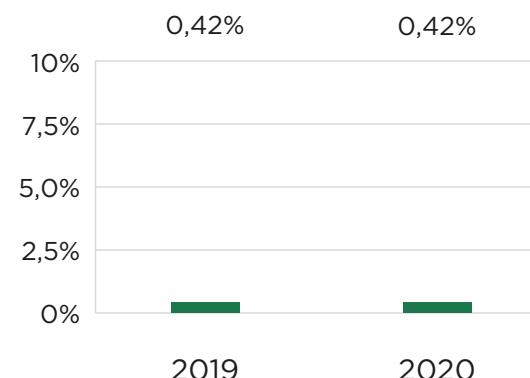
Fonte: SECOFC TRE-PR

EXECUÇÃO FINANCEIRA - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS



Fonte: SECOFC TRE-PR

PERDAS ORÇAMENTÁRIAS



Fonte: SECOFC TRE-PR

OE9 - GARANTIR A EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO:

refere-se à adoção de práticas inovadoras e diversificadas para garantir a aplicação eficiente e racional dos recursos, no intuito de produzir soluções tecnológicas eficazes, aplicáveis aos sistemas corporativos e aos eleitorais.

Principais Desafios: apoiar o funcionamento dos trabalhos da Justiça Eleitoral no contexto da pandemia (COVID-19); assegurar o atendimento da Resolução CNJ nº 211/2015, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD); estabelecer de uma estratégia de terceirização que permita ampliar a capacidade de entrega de soluções; restrições orçamentárias.

Principais Iniciativas: apoio técnico e de infraestrutura às atividades das Zonas Eleitorais e do Tribunal para que fosse possível o trabalho

remoto durante a pandemia (COVID-19); implementação de fatores de segurança para acesso remoto à rede do Tribunal; disponibilização de plataformas de videoconferência para suporte às atividades jurisdicionais; implantação de novo contrato de prestação de serviços de campo, com objetivo de aprimorar o atendimento da TI aos usuários internos; estruturação do Portal de Governança de TI; estruturação do Portal de *Business Intelligence* (BI); apoio logístico e de totalização às Eleições Municipais de 2020; atualização tecnológica de mais de 800 computadores (migração Windows 10).

Principais Resultados: viabilização do trabalho remoto; aperfeiçoamento da segurança relativa à tecnologia da informação; realização de videoconferências, audiências e sessões de julgamento virtualmente; disponibilização de informações atualizadas e acessíveis a todas as unidades do Tribunal no Portal BI; computadores dotados das ferramentas necessárias para boa performance no trabalho; agilidade na execução das tarefas diárias dos servidores; aperfeiçoamento quanto ao IGOV-TIC-JUD, com classificação em grau aprimorado.

Indicadores (Res. TRE-PR 826/2019)

- Ind. 17 - Índice de Governança da TI (IGOVTIC-JUD)
- Meta: obter o índice de 0,75 no IGOVTIC-JUD
- Resultado: índice mensurado em 0,72

GOVERNANÇA DA TI
(IGOVTIC-JUD)



Fonte: SECOFC TRE-PR

Plano de Gestão (Portaria 418/2020)

Ação 16. Residência em TI

Ação 17: Outsourcing de impressão

Ação 18: Renovação do Datacenter

Metas e resultados: clique aqui

OE10 - APERFEIÇOAMENTO DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL:

identificar o grau de risco atribuído a cada Fórum Eleitoral, considerando os investimentos em cada unidade com o objetivo de manter a segurança da força de trabalho (servidores, magistrados, requisitados e estagiários), bem como dos bens diretamente relacionados às atividade fim (urnas eletrônicas e processos físicos).

Principais Desafios: redução do grau de risco dos Fóruns Eleitorais e do Tribunal; elaboração de um plano de segurança que atenda às necessidades de cada Fórum Eleitoral, observadas as diferentes particularidades daqueles situados no interior; padronização dos procedimentos de segurança; observância dos protocolos de segurança.

Principais Iniciativas: identificação do grau de risco das unidades; alteração da composição da Comissão Permanente de Segurança; aprovação do Plano de Segurança Institucional (IN TRE-PR 03/2020); instituição do plano de formação, aperfeiçoamen-

to e especialização da função dos agentes de segurança; elaboração de plano de segurança contra incêndio; instituição de nova metodologia para pagamento do vale alimentação de mesários e demais colaboradores nomeados para auxílio nas Eleições Municipais de 2020.

Áreas responsáveis: SECGS.

Principais Resultados: aperfeiçoamento da aprimoramento da segurança dos fóruns eleitorais e do Tribunal; ambiente seguro quanto a incêndio e pânico, contando com extintores, hidrantes e sinalização das rotas de fuga.

UNIDADES DA GESTÃO: INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

Perfil do Gasto do Tribunal

A Lei Orçamentária Anual de 2020 – Lei nº 13.978/2020 consignou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a dotação orçamentária inicial de R\$ 338.252.459,00. Cabe ressaltar que com os créditos adicionais, as provisões recebidas do Tribunal Superior Eleitoral e as dotações remanejadas para outras ações, o Orçamento total disponibilizado foi de R\$ 398.518.407,80.

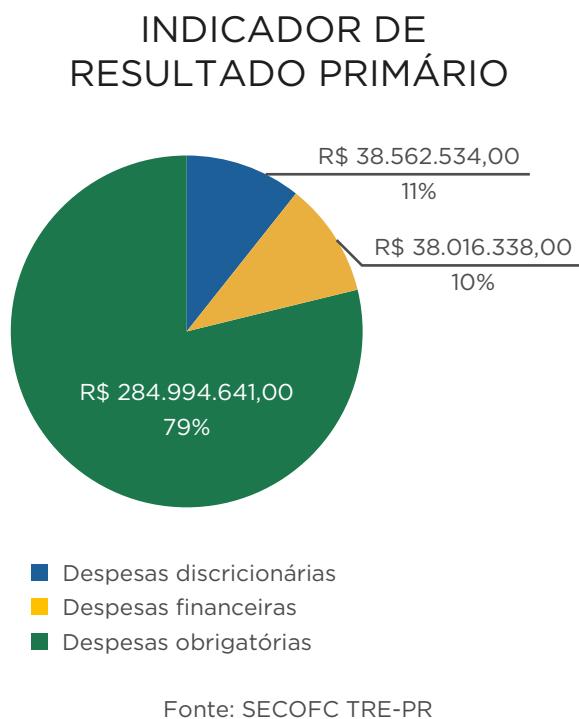
O quadro a seguir evidencia, de maneira sintética, os créditos orçamentários aprovados na Lei Orçamentária Anual, suas suplementações, provisões e cancelamentos, conforme ocorridos no decorrer do exercício, a saber:



Lei Orçamentária Anual

Tipo de Crédito	Pessoal e Benefícios	Custeio	Investimento	Total	%
(i) Dotação Inicial	R\$ 304.561.345,00	R\$ 31.292.114,00	R\$ 2.400.000,00	R\$ 338.252.459,00	84,89%
(+) Dotação Adicional	R\$ 20.334.363,00	R\$ 2.219.800,00	R\$ 6.031.620,00	R\$ 28.585.783,00	7,17%
(-) Dotação remanejada	R\$ 1.884.729,00	R\$ 3.380.000,00	R\$ -	-R\$ 5.264.729,00	-1,32%
(=) Orçamento Ordinário	R\$ 323.010.979,00	R\$ 30.130.914,00	R\$ 8.431.620,00	R\$ 361.573.513,00	90,73%
(+) Orçamento para Eleições	R\$ 14.740.283,04	R\$ 22.204.611,76	R\$ -	R\$ 36.944.894,80	9,27%
(=) Total do Orçamento	R\$ 337.751.262,04	R\$ 52.335.525,76	R\$ 8.431.620,00	R\$ 398.518.407,80	100%

O gráfico a seguir demonstra os valores autorizados na Lei Orçamentária Anual do Orçamento Ordinário, distribuídos por Indicador de Resultado Primário .



Identificador de Resultado Primário: (0) despesa financeira; (1) despesa primária obrigatória; (2) despesa primária discricionária; (3) despesa relativa ao Projeto Piloto de Investimentos Públicos; (4) despesas constantes do orçamento de investimentos das empresas estatais que não impactam o resultado primário; (5) discricionária e abrangida pelo PAC; (6) obrigatória decorrente de emendas individuais.

Despesas Obrigatórias: consistem na Folha de Pagamento de Pessoal Ativo e Inativos e seus benefícios, como a Assistência Médica e Odontológica, Assistência Pré-Escolar, Auxílio-Transporte, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Funeral e Natalidade.

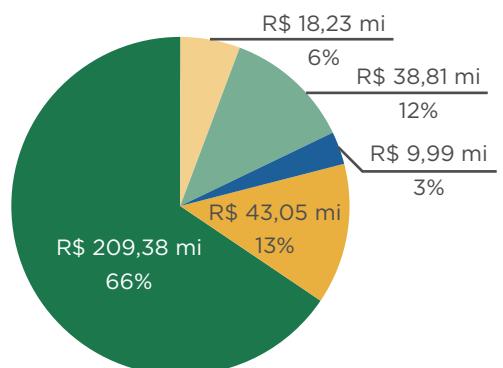
Despesas Financeiras: são as de responsabilidade da própria União. No caso em tela, trata-se da Contribuição Patronal da União sobre a folha de pagamento de pessoal, que atualmente corresponde ao dobro da contribuição do servidor.

Despesas Discricionárias: são aquelas que o gestor tem a possibilidade de executar para atender as estratégias definidas na proposta orçamentária do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. No Orçamento Ordinário do Tribunal, elas corresponderam a 11% do total do orçamento. Cabe ressaltar, que deste percentual, existem as despesas contratuais, as quais já estão comprometidas. No exercício de 2020, as despesas contratuais, corresponderam ao percentual de 60 % das despesas discricionárias, restando ao gestor o percentual de 40 % para atender a discricionariedade da execução do orçamento.

Despesas Obrigatórias e Financeiras

As despesas obrigatórias e financeiras de 2020 permaneceram praticamente nos mesmo patamar estabelecidos em 2019, ocorrendo uma variação no grupo dos Encargos Previdenciários, decorrente da Reforma da Previdência. Observa-se que o maior gasto com despesas obrigatórias ocorre com servidores ativos, aqui compreendidos o pagamento de servidores do quadro da Justiça Eleitoral, membros da corte, Juízes Eleitorais e Promotores Eleitorais.

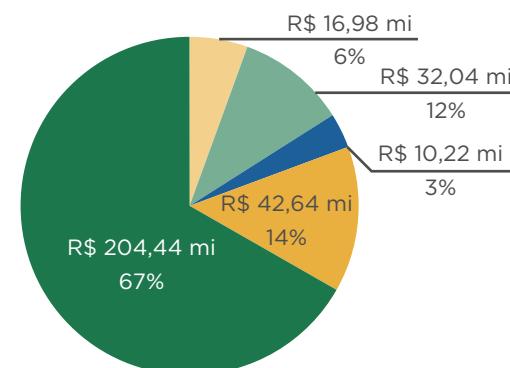
2020
VALORES EM REAIS



- Benefícios
- Encargos Previdenciários
- Pensionistas
- Inativos
- Ativos

Fonte: SECOFC TRE-PR

2019
VALORES EM REAIS

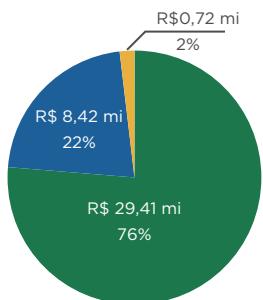


- Benefícios
- Encargos Previdenciários
- Pensionistas
- Inativos
- Ativos

Fonte: SECOFC TRE-PR

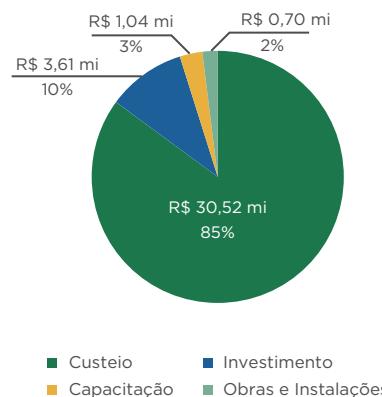
Despesas Discricionárias e Contratuais

2020
VALORES EM REAIS



Fonte: SECOFC TRE-PR

2019
VALORES EM REAIS



Fonte: SECOFC TRE-PR

Maiores Despesas Discricionárias

Limpeza e conservação	R\$ 6.029.243,47
Manutenção predial	R\$ 5.490.509,78
Equipamentos de TI e comunicação	R\$ 4.718.246,97
Apoio adm., técnico e operacional	R\$ 2.904.361,15
Estagiários	R\$ 2.737.055,22
Vigilância ostensiva	R\$ 1.703.023,97
Instalações	R\$ 1.700.955,71
Apoio técnico e operacional de Informática	R\$ 1.662.123,69
Manutenção e Sustentação de Software	R\$ 1.358.216,98
Comunicação e rede de dados	R\$ 1.317.896,77
Energia Elétrica	R\$ 1.214.101,24
Vigilância eletrônica	R\$ 750.729,97
Capacitação Recursos Humanos – EJE	R\$ 719.228,19
Mat. Consumo – manutenções diversas	R\$ 703.916,97
Outros materiais permanentes e equipamentos	R\$ 691.586,80
Reformas de pequeno vulto	R\$ 672.522,92
Telefonia fixa	R\$ 583.525,24
Veículos	R\$ 556.500,00
Aquisição e desenvolvimento de software	R\$ 536.405,00
Água e esgoto	R\$ 353.989,69

*excluídos os valores com orçamento de eleições

ORÇAMENTO PARA ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

Na ação Pleitos Eleitorais recebemos uma provisão no valor de R\$ 36.944.894,80, o qual foi destinado à execução das despesas referente às Eleições Municipais de 2020.

Pessoal e Encargos Sociais - Eleições Municipais 2020

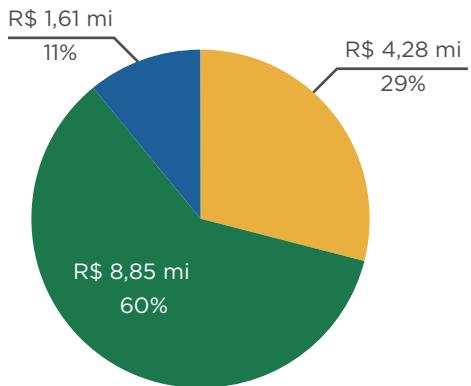
As despesas com pessoal e encargos totalizaram o valor de R\$ 14.740.283,04. As principais despesas empenhadas para as Eleições de 2020 estão abaixo demonstradas. Cabe destacar que:

- As despesas com pagamento de serviço extraordinário a servidores mantiveram a mesma proporção observada nas Eleições de 2018, concentrando a maior necessidade junto aos cartórios eleitorais.
- As despesas referentes ao pagamento de magistrados e procu-

radores se relacionam à realização de sessões extraordinárias no período eleitoral, bem como às nomeações de juízes auxiliares para atenderem ao grande volume de questões relacionadas à propaganda eleitoral.

- Destacamos neste ano, o pagamento de parte do valor de passivos com banco de horas, no valor R\$ 1.313.840,29.

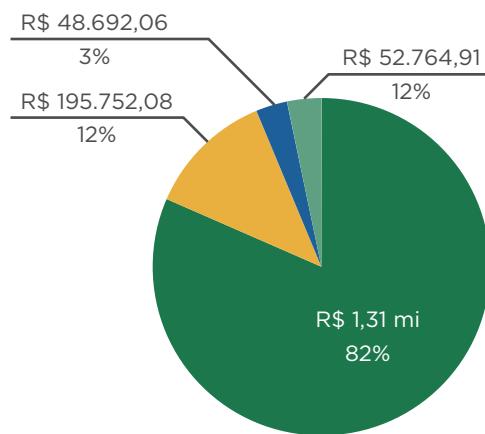
ELEIÇÕES 2020 - PRINCIPAIS DESPESAS EMPENHADAS



- Serviço Extraordinário - Secretaria do Tribunal
- Serviço Extraordinário - Cartórios Eleitorais
- Outras

Fonte: SECOFC TRE-PR

OUTRAS DESPESAS - DETALHAMENTO



- Conversão de banco de horas
- Jetons
- Juízes Auxiliares
- Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência

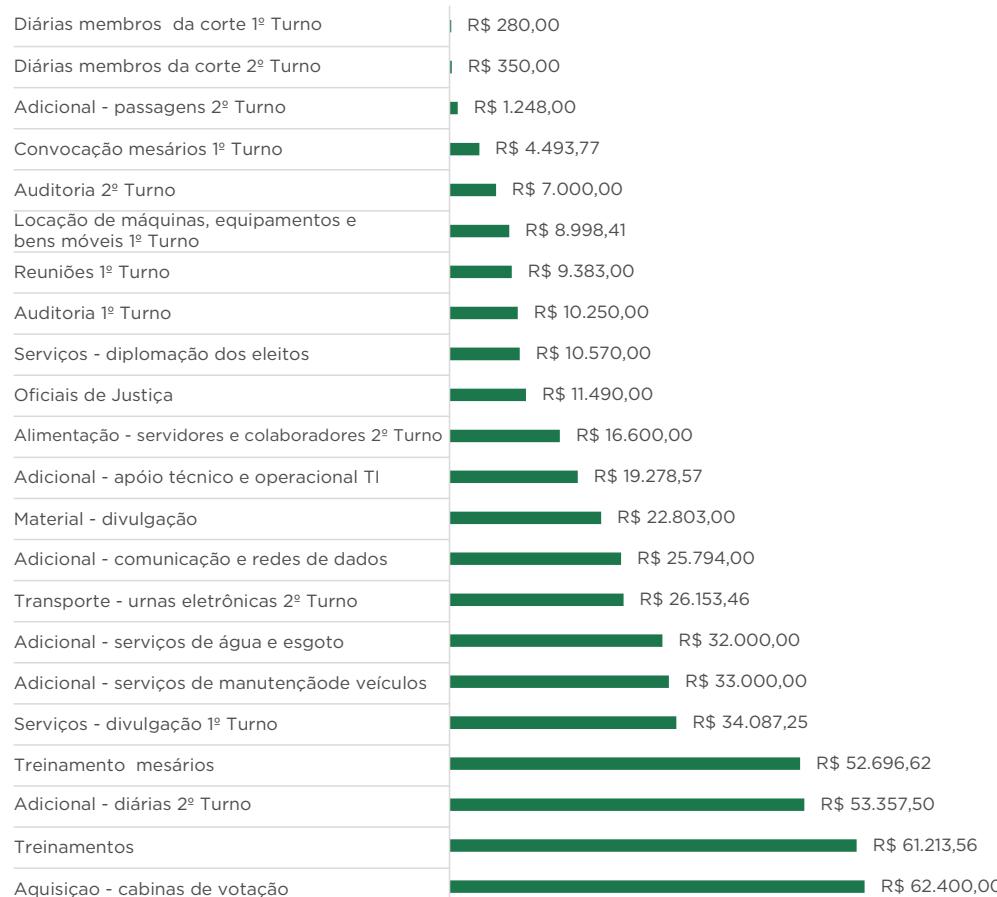
Fonte: SECOFC TRE-PR

Outras Despesas de Custeio - Eleições Municipais 2020

As despesas com custeio totalizaram em 2020 o valor de R\$ 22.204.611,76.

Nos gráficos abaixo, demonstra-se a distribuição dos gastos:

OUTRAS DESPESAS CORRENTES



Fonte: SECOFC TRE-PR

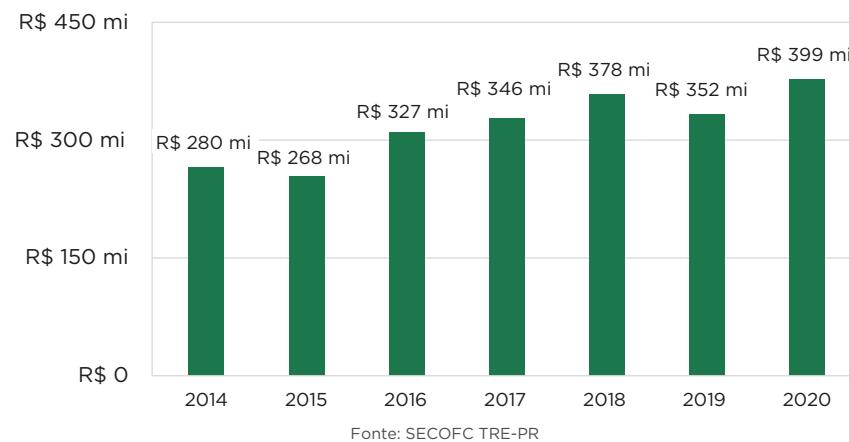
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - CONTINUAÇÃO

Serviços - transmissão de voz e dados satélite 1º Turno	R\$ 70.997,94
Alimentação - mesários e escrutinadores 2º Turno	R\$ 133.080,00
Adicional - materiais de consumo de TIC	R\$ 133.796,00
Adicional - limpeza e conservação	R\$ 134.699,35
Reparos e adaptações - vocais de votação e apuração	R\$ 137.951,96
Adicional - despesas de telefonia	R\$ 176.718,24
Adicional - passagens 1º Turno	R\$ 241.280,03
Adicional - materiais serviços auxiliares	R\$ 252.708,38
Adicional - energia elétrica	R\$ 268.512,53
Suprimentos - urna eletrônica	R\$ 318.561,98
Alimentação - servidores e colaboradores 1º Turno	R\$ 319.080,00
Adicional - serviços de logística	R\$ 337.062,51
Adicional - locação de veículos 1º Turno	R\$ 357.312,83
Aquisição - outros materiais	R\$ 369.153,00
Manutenção preventiva - urnas eletrônicas	R\$ 462.786,98
Adicional - material de expediente	R\$ 488.009,23
Adicional - diárias 1º Turno	R\$ 554.085,60
Transporte - urnas eletrônicas 1º Turno	R\$ 906.733,26
Adicional - apoio adm., técnico e operacional	R\$ 3.510.730,62
Alimentação - mesários e escrutinadores - 1º Turno	R\$ 4.482.380,00
Apoio operacional - Urnas Eletrônicas	R\$ 8.045.550,58

Fonte: SECOFC TRE-PR

Dotação Orçamentária

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV) - Dotação Orçamentária

Dados Informados	
Data inicial	12/2014
Data final	12/2020
Valor nominal	R\$ 280.000.000,00 (Real)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,68556560
Valor percentual correspondente	68,556560%
Valor corrigido na data final	R\$ 471.958.368,00 (Real)

*Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)- Dotação Orçamentária

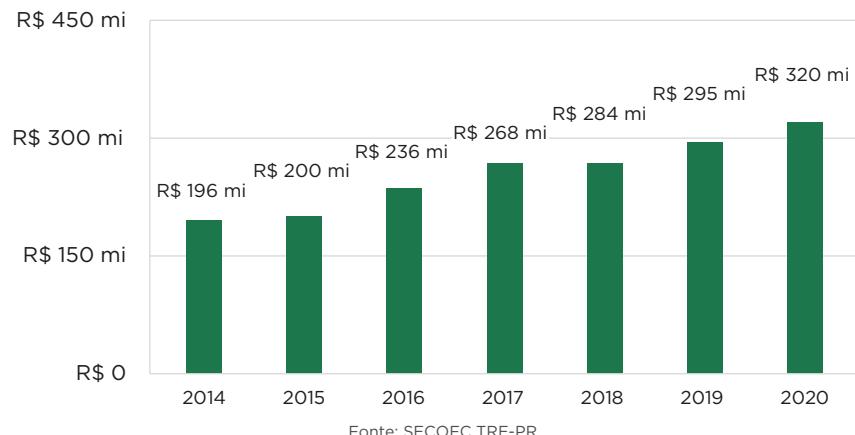
Dados Informados	
Data inicial	12/2014
Data final	12/2020
Valor nominal	R\$ 280.000.000,00 (Real)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,3803340
Valor percentual correspondente	38,033540%
Valor corrigido na data final	R\$ 386.493.912,00 (Real)

*Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)

Evolução da Despesa com Pessoal e Encargos

O crescimento da despesa com pessoal e encargos é decorrente dos planos de cargos e salários, bem como de outros benefícios adquiridos pelos servidores. O crescimento da despesa foi inferior à variação do IGP-M(FGV) e superior ao IPCA:

DOTAÇÃO COM PESSOAL E ENCARGOS



Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV) - Pessoal e Encargos

Dados Informados

Data inicial 12/2014

Data final 12/2020

Valor nominal R\$ 196.000.000,00 (Real)

Dados calculados

Índice de correção no período 1,68556560

Valor percentual correspondente 68,556560%

Valor corrigido na data final R\$ 330.370.857,60 (Real)

*Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE) - Pessoal e Encargos

Dados Informados

Data inicial 12/2014

Data final 12/2020

Valor nominal R\$ 196.000.000,00 (Real)

Dados calculados

Índice de correção no período 1,3803340

Valor percentual correspondente 38,033540%

Valor corrigido na data final R\$ 270.545.738,40 (Real)

*Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)

Evolução da Despesa com Custeio

No gráfico ao lado demonstra-se a variação bianual do orçamento de custeio, o qual é decorrente dos pleitos eleitorais. O crescimento da despesa foi significativamente inferior à variação do IGP-M(FGV) e do IPCA (IBGE).



Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV) - Dotação Orçamentária

Dados Informados

Data inicial	12/2014
Data final	12/2020

Valor nominal	R\$ 67.000.000,00 (Real)
---------------	--------------------------

Dados calculados

Índice de correção no período	1,68556560
Valor percentual correspondente	68,556560%
Valor corrigido na data final	R\$ 112.932.895,20 (Real)

*Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)

Dados Informados

Data inicial	12/2014
Data final	12/2020

Valor nominal	R\$ 67.000.000,00 (Real)
---------------	--------------------------

Dados calculados

Índice de correção no período	1,3803340
Valor percentual correspondente	38,033540%
Valor corrigido na data final	R\$ 92.482.471,80 (Real)

*Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)

Evolução da Despesa com Investimento

Entre os anos de 2014 a 2018, o TRE-PR adotou uma política de construção de imóveis próprios, em grande parte através de emendas parlamentares. Com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 95/2016 o Tribunal deixou de contar com os valores das Emendas Parlamentares, que concorriam com o próprio orçamento da instituição. Em 2019 uma queda vertiginosa nos investimentos. Os valores relativos ao investimento em 2020 foram decorrentes remanejamento de sobras do orçamento da Justiça Eleitoral.



Execução Orçamentária

Programa	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	R\$ 398.518.407,80	R\$ 394.951.041,92	R\$ 389.157.692,30	R\$ 389.120.018,92
Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 398.518.407,80	R\$ 394.951.041,92	R\$ 389.157.692,30	R\$ 389.120.018,92

Ação	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Pagamento - Pessoal Ativo da União	R\$ 212.920.238,00	R\$ 210.467.178,06	R\$ 209.483.233,29	R\$ 209.483.233,29
Pagamento – Aposentados e Pensões – Servidores Civis	R\$ 53.463.276,00	R\$ 53.035.988,77	R\$ 53.035.988,77	R\$ 53.035.988,77
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime da Previdência dos Servidores Públicos Federais	R\$ 38.016.338,00	R\$ 37.719.887,55	R\$ 37.689.887,55	R\$ 37.689.887,55
Julgamento das Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	R\$ 38.562.534,00	R\$ 38.550.793,08	R\$ 36.714.728,13	R\$ 36.677.824,35
Pleitos Eleitorais	R\$ 36.944.894,80	R\$ 36.944.894,80	R\$ 34.003.934,90	R\$ 34.003.165,30
Outros Benefícios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	R\$ 11.894.785,00	R\$ 11.515.957,66	R\$ 11.514.457,66	R\$ 11.514.457,66
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	R\$ 6.716.342,00	R\$ 6.716.342,00	R\$ 6.715.462,00	R\$ 6.715.462,00
Reserva de Contingencia Fiscal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 398.518.407,80	R\$ 394.951.041,92	R\$ 389.157.692,30	R\$ 389.120.018,92

Subfunção	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Ação Judiciária	R\$ 36.944.894,80	R\$ 36.944.894,80	R\$ 34.003.934,90	R\$ 34.003.165,30
Administração Geral	R\$ 251.482.772,00	R\$ 249.017.971,14	R\$ 246.197.961,42	R\$ 246.161.057,64
Atenção Básica	R\$ 6.716.342,00	R\$ 6.716.342,00	R\$ 6.715.462,00	R\$ 6.715.462,00
Outros Encargos Especiais	R\$ 38.016.338,00	R\$ 37.719.887,55	R\$ 37.689.887,55	R\$ 37.689.887,55
Previdência do Regime Estatutário	R\$ 53.463.276,00	R\$ 53.035.988,77	R\$ 53.035.988,77	R\$ 53.035.988,77
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	R\$ 11.894.785,00	R\$ 11.515.957,66	R\$ 11.514.457,66	R\$ 11.514.457,66
Reserva de Contingencia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 398.518.407,80	R\$ 394.951.041,92	R\$ 389.157.692,30	R\$ 389.120.018,92

Grupo Natureza Despesa	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 319.140.135,04	R\$ 315.963.337,42	R\$ 313.494.031,51	R\$ 313.494.031,51
Outras Despesas Correntes	R\$ 70.946.652,76	R\$ 70.566.305,85	R\$ 67.657.537,40	R\$ 67.619.864,02
Investimentos	R\$ 8.431.620,00	R\$ 8.421.398,65	R\$ 8.006.123,39	R\$ 8.006.123,39
Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 398.518.407,80	R\$ 394.951.041,92	R\$ 389.157.692,30	R\$ 389.120.018,92

Detalhamento das Despesas por Grupo e Elementos da Despesa

Unidade Orçamentária 14.101 e 14.116

Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais (Gastos com Pessoal)

Elemento de Despesa	2020	2019	2018	2017	2016
11 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil	R\$ 207,68 mi	R\$ 202,16 mi	R\$ 179,92 mi	R\$ 172,97 mi	R\$ 158,87 mi
01 - Aposentados	R\$ 43,05 mi	R\$ 42,54 mi	R\$ 38,52 mi	R\$ 33,66 mi	R\$ 28,33 mi
13 – Obrigações Patronais	R\$ 37,77 mi	R\$ 31,17 mi	R\$ 29,39 mi	R\$ 27,75 mi	R\$ 25,16 mi
Demais Elementos	R\$ 27,26 mi	R\$ 16,69 mi	R\$ 32,58 mi	R\$ 26,43 mi	R\$ 23,22 mi
Total	R\$ 315,96 mi	R\$ 292,56 mi	R\$ 280,41 mi	R\$ 260,82 mi	R\$ 235,58 mi

Grupo 3 – Outras Despesas Correntes (Custeiros)

Elemento de Despesa	2020	2019	2018	2017	2016
39 – Outros serviços (serviços de terceiros)	R\$ 22,60 mi	R\$ 20,04 mi	R\$ 27,19 mi	R\$ 27,37 mi	R\$ 27,76 mi
37 – Locação de mão de obra	R\$ 20,94 mi	R\$ 13,29 mi	R\$ 18,46 mi	R\$ 15,30 mi	R\$ 20,31 mi
46 – Auxílio alimentação	R\$ 9,43 mi	R\$ 9,06 mi	R\$ 8,72 mi	R\$ 8,68 mi	R\$ 8,68 mi
Demais Elementos	R\$ 17,59 mi	R\$ 10,37 mi	R\$ 25,42 mi	R\$ 7,86 mi	R\$ 14,85 mi
Total	R\$ 70,57 mi	R\$ 52,77 mi	R\$ 79,79 mi	R\$ 59,21 mi	R\$ 71,60 mi

Grupo 4 - Investimentos (Custeios)

Elemento de Despesa	2020	2019	2018	2017	2016
52 – Equipamentos e material permanente	R\$ 6,71 mi	R\$ 2,05 mi	R\$ 7,57 mi	R\$ 5,75 mi	R\$ 9,51 mi
51 – Obras e instalações	R\$ 1,71 mi	R\$ 1,50 mi	R\$ 4,11 mi	R\$ 9,53 mi	R\$ 2,55 mi
40 – Serviços de TI e Comunicação PJ	R\$ 0,54 mi	R\$ 0,73 mi	R\$ 1,19 mi	R\$ 0,00 mi	R\$ 0,00 mi
Demais Elementos	R\$ 0,01 mi	R\$ 0,03 mi	R\$ 0,64 mi	R\$ 1,11 mi	R\$ 1,47 mi
Total	R\$ 8,42 mi	R\$ 4,31 mi	R\$ 13,51 mi	R\$ 16,39 mi	R\$ 13,53 mi

Grupo 5 - Inversões Financeiras

Elemento de Despesa	2020	2019	2018	2017	2016
61 – Aquisição de Imóveis	R\$ 0,00				
Total	R\$ 0,00				

Gestão de Custos

A metodologia de apuração de custos adotada pelo TRE-PR baseia-se no imóvel como centro de custos. Tem como objetivo: adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada, que está presente em 399 municípios e possui 164 centros de custos em utilização; estabelecer critérios capazes de proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade dos dados apurados; construir uma base sólida e confiável, que evidencie os resultados da gestão e sirva de apoio à tomada de decisões.

Os trabalhos iniciaram-se em 2015 e incluem a definição dos critérios e a elaboração de sistema informati-

zado para captação e levantamento desses custos.

Em 19 de dezembro de 2016, foi aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral a Resolução 23.504, que dispõe sobre a implantação da sistemática de apuração de custos no âmbito da Justiça Eleitoral.

Cabe à setorial do TSE o desenvolvimento da metodologia de apuração, além da orientação, apuração e divulgação dos custos anuais da Justiça Eleitoral. O TRE-PR faz o levantamento dos dados na Seção de Programação e Controle Orçamentário (SPCO) e os encaminha ao TSE, conforme a sistemática desenvolvida.

De acordo com a mencionada Re-

solução, compete à Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE, a responsabilidade pelo gerenciamento e consolidação dos dados, baseados nas informações prestadas pelos Tribunais Eleitorais.

O levantamento dos custos na Justiça Eleitoral, apurado pelo TSE conforme sistema próprio, encontra-se no anexo deste relatório.

Principais Metas Não Alcançadas, Desafios e Perspectivas Futuras

Metas Não Alcançadas

Todas as dotações recebidas foram devidamente utilizadas. A meta de 95% relativa ao Índice de Execução Financeira das Despesas Discricionárias - Indicador 15 do Planejamento Estratégico - estabelecida para o exercício, porém, não foi alcançada. O resultado obtido (94,13%), muito próximo à meta estipulada, não implicou prejuízo às atividades do Tribunal.

Desafios

- Aprimorar os processos de gestão orçamentária e financeira.
- Otimizar as atuais ferramentas de controle e transparência do orçamento.
- Aperfeiçoar o alinhamento entre o planejamento e a execução do orçamento.
- Racionalizar o uso dos recursos de forma a dar maior efetividade às despesas discricionárias.

Ações e Perspectivas Futuras

- Implementar modelo de gestão do orçamento e financeiro visando a racionalização do gasto.
- Aperfeiçoar o painel de informações sobre a gestão orçamentária, financeira e de custos na intranet e no site da Justiça Eleitoral do Paraná.
- Integrar o SIOFI - Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras ao SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira.

GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com a Constituição Federal e Leis nº 8.112/90 e 11.416/2006, o TRE-PR observa o conjunto de orientações e determinações dos Tribunais Superiores (TSE, STF e STJ), do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas da União. Cumpre ressaltar que todos os atos de admissão, pensão e aposentadoria foram registrados no e-pessoal (sistema do TCU) dentro do prazo estabelecido de 60 dias. Foram julgados legais pelo TCU 08 atos de aposentadoria (Acórdãos 6780/2020 - Segunda Câmara; 5104/2020 - Segunda Câmara; 1373/2020 - Primeira Câmara; 3480/2020 - Plenário) e 02 atos de pensão (Acórdãos 12770/2020 - Segunda Câmara e 12189/2020 - Primeira Câmara). Foram julgadas ilegais 09 aposentadorias: 08 em razão da vantagem Opção, por alteração de

entendimento do TCU após a concessão de referidas aposentadorias, entendendo como ilegais aquelas em que o servidor não preencheu os requisitos para se aposentar até a EC 20/1998 (Acórdãos 9301/2020 - Primeira Câmara; 8572/2020 - Primeira Câmara; 8247/2020 - Primeira Câmara; 7969/2020 - Primeira Câmara; 5477/2020 - Primeira Câmara; 4185/2020 - Primeira Câmara; 4062/2020 - Segunda Câmara; 1774/2020 - Primeira Câmara; 1799/2020 - Primeira Câmara) e 01 em razão da vantagem quintos, aplicação do recente entendimento firmado pelo STF no recurso extraordinário 638.115, que entendeu ilegal a incorporação de quintos decorrentes do exercício de função comissionada no período compreendido entre a edição da Lei 9.624/1998 e a edição da medi-

da provisória 2.225-45/2001, transformando-os em parcela compensatória (Acórdão 9301/2020). Ressalta-se que, em relação aos atos julgados ilegais, este Tribunal já regularizou a situação e encaminhou os novos atos ao TCU. Foram devolvidos pelo Tribunal de Contas da União 34 atos ao gestor de pessoal para serem reenviados pelo sistema e-pessoal. Todos foram revisados e reencaminhados antes do prazo estipulado (90 e 180 dias), não havendo revisões pendentes. Em relação às determinações do Tribunal de Contas da União para transformar as parcelas de quintos incorporadas após 08/04/1998 em parcela compensatória, foram revisados 89% dos processos de servidores que recebem quintos, estando os demais em fase de conclusão.

No que tange à transparência e

publicidade de seus atos, há a publicação na internet das informações sobre a área de gestão de pessoas (<https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-de-pessoas>).

Visando a correta aplicação dos recursos públicos, foram instaurados processos para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores, autoridades eleitorais, aposentados e beneficiários de pensão civil, que geraram, um retorno aos cofres da União de R\$ 137.624,00.

Desde março de 2018 são disponibilizadas à Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCU, mensalmente, as informações cadastrais e fichas financeiras de todos os servidores. Foram encontrados durante o exercício 2020

apenas 02 indícios (PAD 12684/2020 e PAD 15339/2020), já solucionados.

Força de Trabalho

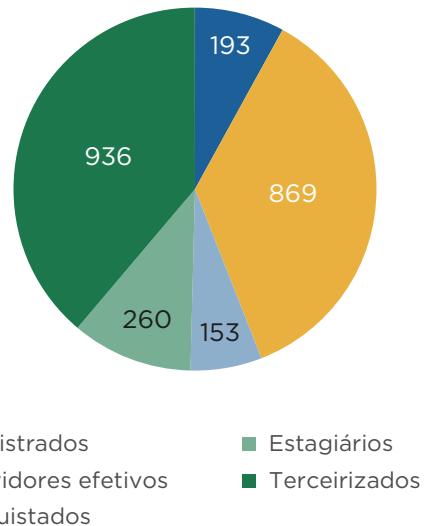
A força de trabalho do TRE-PR é composta por magistrados, servidores e auxiliares.

Magistrados: tratando-se de órgão da Justiça Eleitoral, não há quadro próprio de Juízes e Desembargadores. Em 2º Grau a função jurisdicional é exercida por 7 membros, conforme estabelece o art. 120 da Constituição Federal e, em 1º Grau, por 186 Juízes de Direito, integrantes da Justiça Estadual e do Distrito Federal (art. 32 do Código Eleitoral).

Servidores: 869 efetivos (analistas e técnicos), destes 10 estão cedidos e 29 removidos. Ainda contamos com 153 requisitados.

Auxiliares: 260 estagiários e 936 terceirizados.

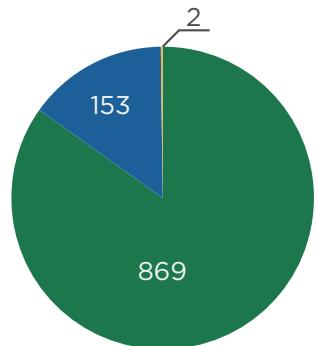
FORÇA DE TRABALHO



Fonte: SECGP TRE-PR

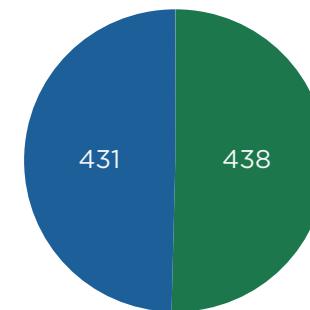
Avaliação da Força de Trabalho - Servidores do Quadro Efetivo

SERVIDORES



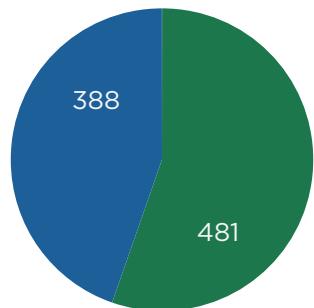
- Servidores Efetivos
- Servidores Requisitados
- Servidores de outro órgão federal com lotação provisória

GÊNERO



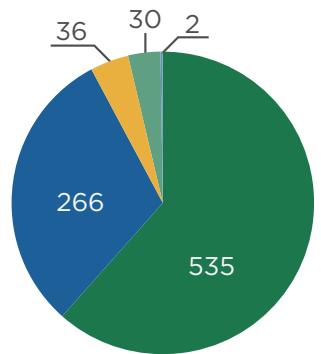
- Feminino
- Masculino

TÉCNICOS E ANALISTAS



- Técnicos Judiciários
- Analistas Judiciários

NÍVEL EDUCACIONAL



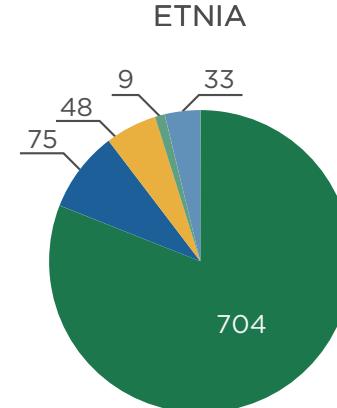
■ Especialização
■ Graduação ■ Mestrado
■ Ensino Médio ■ Doutorado

APOSENTADORIA



■ Servidores aposentados
■ Pensionistas
■ Instituidores de pensão

ETNIA

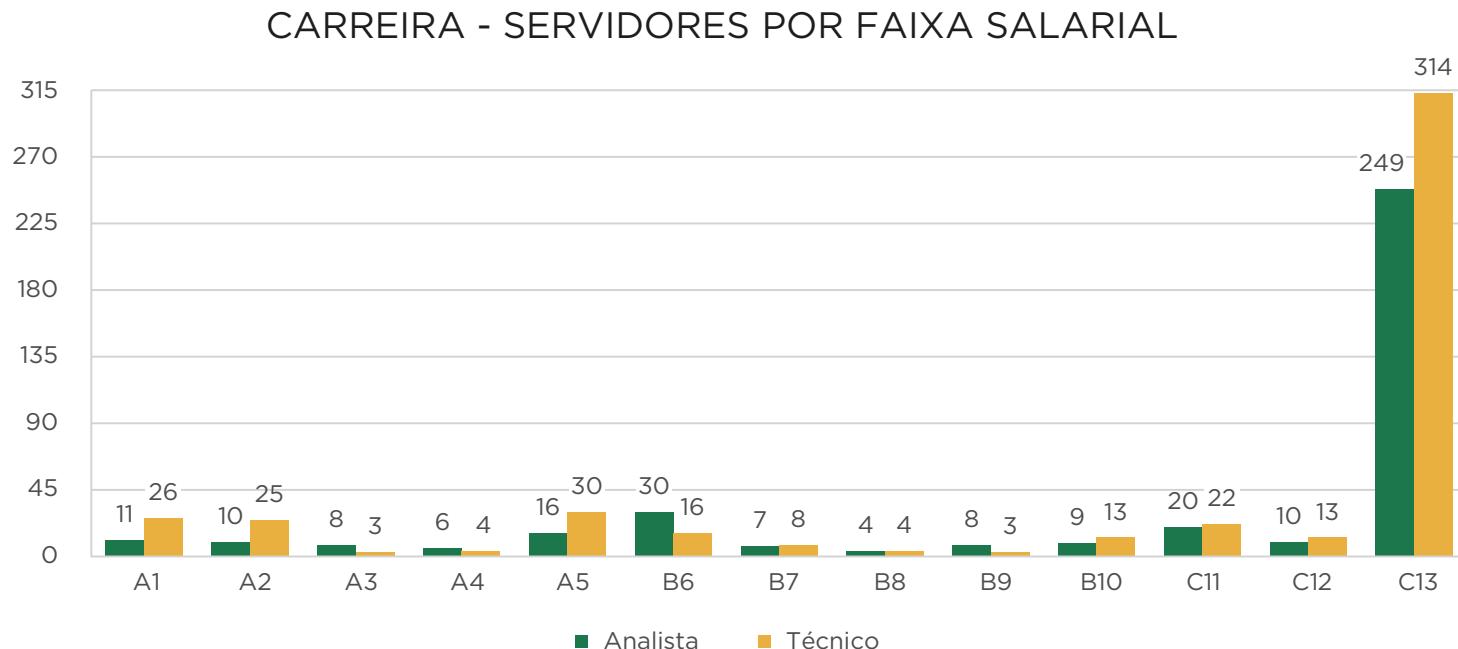


■ Branca
■ Parda ■ Preta
■ Amarela ■ Não Informado

Distribuição por faixa salarial

Carreira: a carreira do Tribunal prevê 13 padrões de vencimento e três classes (“A”, “B” e “C”). Os servidores ingressam no Tribunal na classe A, padrão 1 e, com a progressão de carreira podem atingir a classe C, padrão 13. Os vencimentos de cada classe e padrão estão disponíveis no [site do Tribunal](#).

Área de trabalho e unidade de exercício: o TRE-PR disponibiliza no Portal da Transparência a tabela de lotação de pessoal, a qual pode ser acessada pelo [link](#). Há identificação da quantidade de servidores que atuam em 1º e 2º graus e ainda, nas demais unidades de apoio direto e indireto à atividade jurisdicional.



Fonte: SECGP TRE-PR

Recadastramento dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas

Com o objetivo de minimizar os riscos afetos à gestão de pessoas, manter atualizado o cadastro dos seus servidores e fiscalizar possíveis irregularidades – como a acumulação ilegal de cargos/benefícios, exercício de atividades incompatíveis, nepotismo, entre outros – este Tribunal realiza de 2 em 2 anos o recadastramento de servidores ativos e anualmente o de servidores aposentados e pensionistas civis. O recadastramento dos servidores ativos foi realizado em 2019. Em que pese a pandemia, o recadastramento dos servidores aposentados e dos pensionistas foi adiado, mas mantido, adotando-se provisoriamente a modalidade *online*.



Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

No TRE-PR, assim como nos demais órgãos do Poder Judiciário da União, o recrutamento dos novos servidores é realizado por meio de concurso público. No ano de 2020 foram nomeados 11 Analistas e 27 Técnicos Judiciários. Os servidores nomeados são lotados na sede ou em um dos 186 Cartórios Eleitorais, conforme as vagas em aberto. Tem prioridade na escolha de lotação o servidor melhor classificado no concurso público.

As mudanças de lotação são realizadas por meio de concurso interno de remoção, no qual o tempo de atividade no órgão conta como principal critério. Na sede do TRE-PR, por haver várias unidades dentro da mesma

cidade (secretarias, coordenadorias e seções), as vagas abertas são oferecidas em concurso interno de seleção.

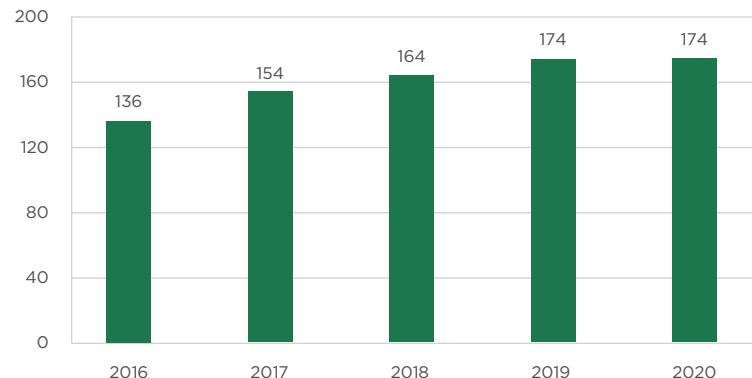
Visando à melhoria da gestão de pessoas o Tribunal iniciou projeto para dimensionamento da força de trabalho (DFT), desenvolveu ações de capacitação e ações direcionadas à qualidade de vida dos servidores.

Informações 2020
Concursos de remoção: 03
Oportunidade de Lotação: 4
Oportunidade de mudança de unidade: 85

Detalhamento da Despesa de Pessoal

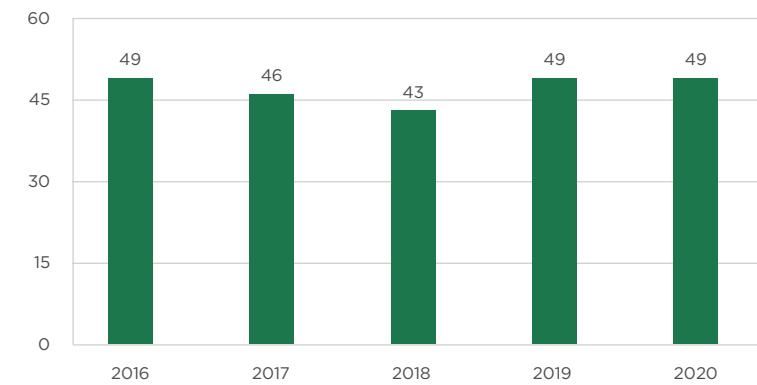
A despesa com os ativos teve incremento, em virtude do preenchimento de cargos vagos. Houve manutenção no número de aposentadorias, no entanto, houve acréscimo dos valores em razão do aumento do teto constitucional em 2020 (de 33,7 mil para 39,2 mil) e dos índices de reajuste aplicados aos aposentados pela média e aos limitados ao teto do INSS. Houve leve queda no pagamento de pensões, em razão do falecimento de pensionistas com valor de benefício maiores e poucas novas concessões, com novas regras previdenciárias (valores menores).

APOSENTADOS PELO TRE-PR - ACUMULADO



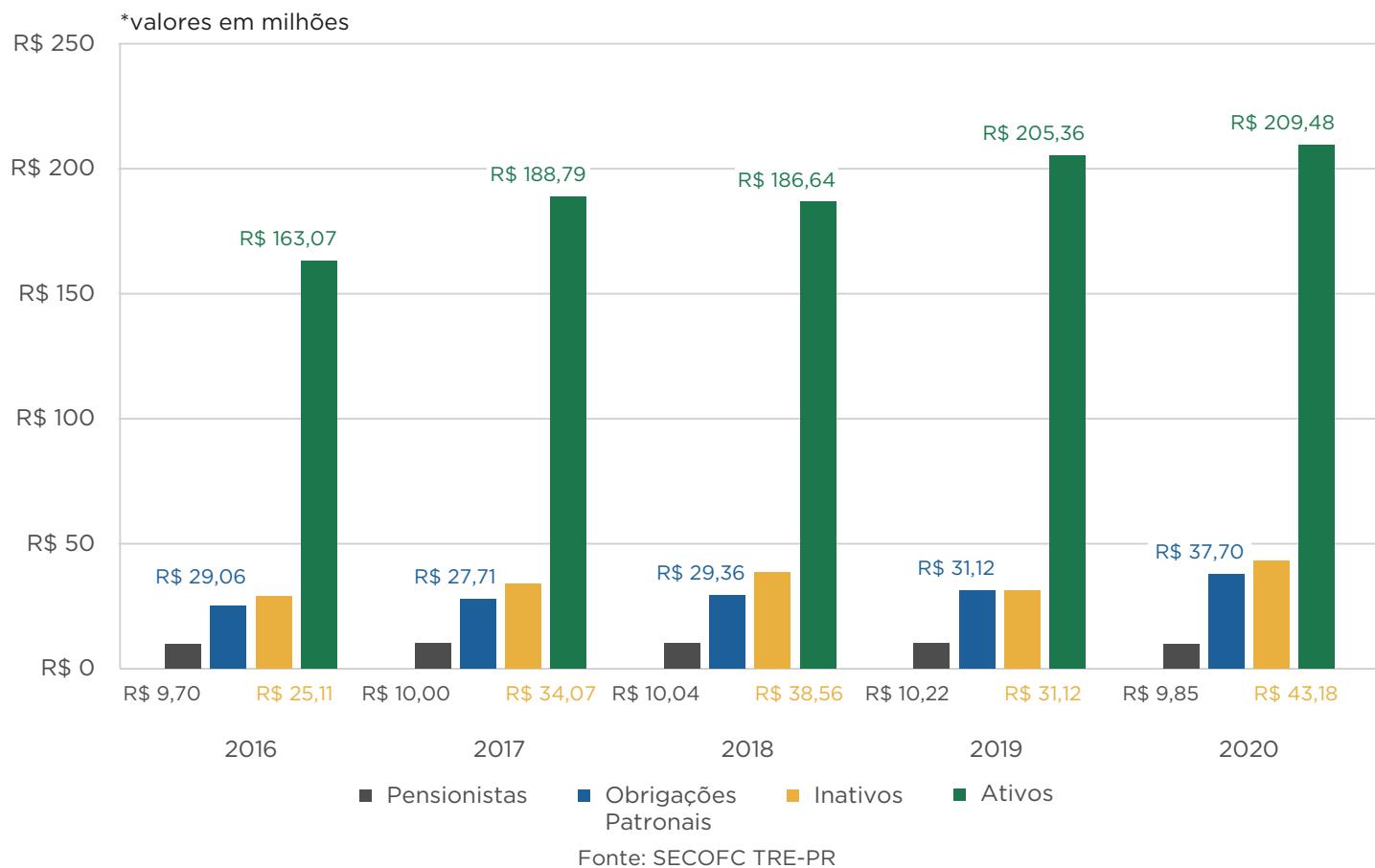
Fonte: SECGP TRE-PR

PENSIONISTAS - ACUMULADO



Fonte: SECGP TRE-PR

DETALHAMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL



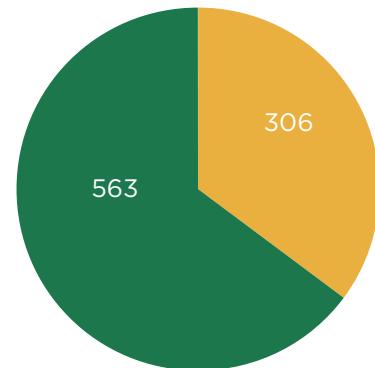
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO, CARGOS GERENCIAIS E FUNÇÕES COMISSIONADAS

Avaliação de Desempenho e Estágio Probatório

Todos os servidores do Tribunal são submetidos, anualmente, à avaliação periódica. Trata-se de obrigação imposta pela Constituição Federal, Legislação Federal e Regulamentos Internos. Os critérios para avaliação são previstos na Resolução TRE-PR nº 865/2020 (servidores em estágio probatório e servidores estáveis). Para avançar na carreira o servidor precisa ter avaliação satisfatória no desempenho igual ou superior a 70%.

O estágio probatório dura 36 meses. Durante esse período, os servidores são submetidos à 4 avaliações de desempenho sendo considerados aprovados no estágio probatório os servidores que obtiverem 105 pontos ou mais, correspondente ao mínimo de 70% da pontuação máxima.

PROGRESSÃO NA CARREIRA



- Em progressão
- Última classe e último padrão

Fonte: SECGP TRE-PR

Remuneração

Atendendo às determinações da Resolução CNJ nº 102/2009 são divulgados na página do Tribunal os [padrões de vencimento/tabela de remuneração dos servidores](#) e também o [detalhamento da folha de pagamento de pessoal](#). Não há política de participação de empregados e administradores nos resultados do Tribunal, que não se dedica ao exercício de atividade econômica.

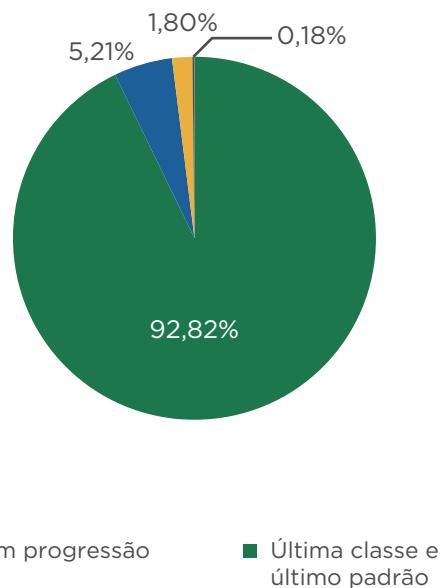


Cargos em Comissão e Funções Comissionadas

Os valores dos cargos em comissão (CJ-1, CJ-2, CJ-3 e CJ-4) e funções comissionadas (FC-6, FC-5, FC-4, FC-3 e FC-1) estão previstos na lei nº 13.317/2016 e divulgado na [página do Tribunal](#).

Em 2020 todos os cargos em comissão foram ocupados por servidores.

FUNÇÕES COMISSIONADAS



Fonte: SECGP TRE-PR

Capacitações

Procurando aprimorar a qualidade técnica do trabalho, buscando mais eficiência nas entregas e estimulando o aperfeiçoamento contínuo, no ano de 2020 foram realizados 62 cursos, com 2.762 capacitados. A maioria das capacitações foi concentrada na área judiciária (1.819), tendo em vista os temas relacionados às Eleições 2020, seguidas das relacionadas à área de administração e gestão (428).

Em decorrência da pandemia, o Plano Anual de Capacitação sofreu ajustes no decorrer da execução, com vistas a alinhar as ações de capacitação anteriormente previstas à realidade enfrentada.

Dessa forma, a estratégia definida para a realização dos cursos foi promovê-los na modalidade à distância,

de maneira a possibilitar o desenvolvimento do corpo funcional do Tribunal, durante o período pandêmico, e oportunizar a participação de todos os servidores do Tribunal, inclusive aqueles lotados no interior do estado.

Destaca-se a realização de ações voltadas ao gerenciamento de riscos, à gestão e fiscalização de contratos, ao aprendizado da ferramenta Microsoft Power BI e ao aprendizado e desenvolvimento de técnicas de comunicação, além da Ciclo de Capacitações Eleições 2020, que contabilizou 1.968 capacitações direcionadas a servidores, requisitados e estagiários em seus 4 módulos: Prestação de Contas, Propaganda, Registro de Candidaturas e Acessibilidade.

Houve também o pagamento de

10 bolsas de estudo para graduação; 7 bolsas para pós-graduação lato sensu, sendo 6 bolsas para servidores e 1 bolsa para Membro da Corte; e 3 bolsas para pós-graduação *stricto sensu*, sendo 2 para mestrado e 1 para doutorado. No total, foram custeadas 20 bolsas de estudo pelo Tribunal.

Áreas temáticas	Cursos ofertados	Capacitados
Administrativa e Gestão	42	428
Judiciária	7	1819
Tecnologia da Informação	10	84
Responsabilidade Social	1	352
Saúde e Qualidade de Vida	2	79



Estratégia para definição das necessidade de treinamento

As necessidade de treinamento são definidas no Plano Anual de Capacitação (PAC), que é o instrumento de efetivação das ações de capacitação e desenvolvimento instituído na Lei n.º 11.416/2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e na Resolução TSE n.º 22.572/2007, que regula o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da Justiça Eleitoral.

O PAC contempla ações de capacitação organizadas em três eixos:

Ações Gerais - ações priorizadas de acordo com o Planejamento Estratégico do Tribunal e para atender à implementação de projetos, no-

vas tecnologias e demais demandas institucionais;

Ações Técnicas - ações identificadas a partir do levantamento de necessidades de capacitação, realizado junto aos gestores das secretarias, e/ ou indicadas nos Planos de Desenvolvimento Individuais; e

Ações Gerenciais - ações destinadas aos gestores do Tribunal, conforme estabelecido no Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da Justiça Eleitoral e no Plano de Gestão do Tribunal.

Teletrabalho

O teletrabalho – modalidade de trabalho executado fora das dependências do Tribunal, com a utilização de recursos tecnológicos – foi instituído no âmbito da Justiça Eleitoral pela Resolução TSE nº 23.586/2018 e regulamentado pela Portaria TSE nº 708/2018. Tem como objetivos: promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade; aumentar a produtividade e a qualidade do trabalho dos servidores; contribuir para a melhoria da sustentabilidade socioambiental; ampliar a possibilidade de trabalho a servidores com dificuldade de deslocamento.

Conforme prevê o artigo 2º da Resolução TSE nº 23.586/2018, a reali-

zação do teletrabalho é facultativa aos Tribunais Regionais Eleitorais, a critério dos gestores de cada unidade, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do servidor.

Em 2018 foi implantado um projeto piloto de teletrabalho no TRE-PR, submetendo 2 servidores ao regime. Em 2019 havia 8 servidores em Teletrabalho e, em 2020, temos 14 servidores. O sucesso do projeto pode ser constatado em números, visto que os servidores envolvidos não só alcançaram a meta estabelecida no plano de trabalho inicial como também superaram o índice de produtividade do próprio setor.

Trabalho Remoto

Considerando a pandemia (COVID-19) ocorrida em 2020, foi publicada a Portaria TRE-PR nº 199/2020, que suspendeu o atendimento presencial ao público, permitiu a realização de trabalho remoto (*home office*) e dispensou o registro de ponto biométrico por parte de todos os servidores no âmbito do TRE-PR, no período de 19/03/2020 a 31/03/2020. Na sequência foram publicadas a Portaria TRE-PR nº 210/2020, prorrogando o prazo da Portaria TRE-PR nº 199/2020 para o dia 30/04/2020, e a Portaria TRE-PR nº 238/2020, prorrogando a vigência da Portaria TRE-PR nº 210/2020 por prazo indeterminado. Em agosto foi publicada a Portaria TRE-PR nº 428/2020, revogando as anteriores e determinando o retorno dos servi-

dores e magistrados para o trabalho presencial, em razão da realização do pleito eleitoral, com exceção daqueles que se declararam pertencentes ao grupo de risco, os quais permaneceram em trabalho remoto. Em dezembro haviam 82 servidores no grupo de risco. Ressalta-se que a Resolução TRE-PR nº 863/2020 vedou a realização de serviço extraordinário (pagamento de horas extras) para aqueles servidores em teletrabalho ou trabalho remoto.

PRINCIPAIS METAS NÃO ALCANÇADAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Principais Metas não Alcançadas

- Implantação do sistema de avaliação de desempenho

Principais Desafios

- Estabelecer novas configurações para controle da jornada e produtividade, em razão da tendência mundial de adoção do regime de trabalho remoto.
- Consolidar e aprimorar a cultura do trabalho remoto.
- Adaptação dos servidores às novas tecnologias.
- Realizar distribuição da força de trabalho (DFT) de acordo com as necessidades de cada unidade.
- Implantação de sistema de avaliação de desempenho e aumento da eficácia das avaliações.

Ações e Perspectivas Futuras

- Contratação de Psicólogo.
- Realização de ações para preservação da saúde dos servidores.
- Implantação do Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho.
- Continuidade e aprimoramento dos controles de gestão de banco de horas e serviço extraordinário.
- Implantação de sistemas informatizados para facilitar a visualização de discrepâncias e facilitar a tomada de decisões estratégicas.
- Consolidação do processo de perícias para estabelecimento dos graus de deficiências.
- Implantação do Sistema de Avaliação de Desempenho.
- Implantação do Sistema de Estagiários.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade Legal

Para o desempenho das atividades relacionadas às licitações e contratos, o TRE-PR observa, principalmente, as seguintes disposições legais: Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002, 13.979/202 e 14.065/2020; Decretos nº 93.872/86, 10.024/2019, 7.892/2013, 8.250/2014, 9.488/2018 e 6/2020; Instrução Normativa do Ministério da Economia nº 05/2017; Resoluções TRE-PR nº 756/2017, 759/2017, 766/2017 e 815/2018; Ordem de Serviço TRE-PR nº 01/2017.



Mecanismos de controle e prevenção de irregularidades

- Implantação da política de integridade do TRE-PR.
- Elaboração de manual de conduta ética para área de contratações, incluindo exigências de termos de sigilo e responsabilidade, de declaração de inexistência de nepotismo e não filiação partidária (se for o caso).
- Segregação de funções nas atividades do processo de contratação, bem como estrutura hierárquica no órgão que faz com que os processos de contratações sejam analisados em diversas áreas e fases, facilitando o processo decisório com a coparticipação das áreas envolvidas.
- Processos de apuração de responsabilidades instaurados e monitorados pela área competente.
- Avaliação periódica dos processos e dos procedimentos pela Secretaria de Auditoria Interna.
- Controles internos instituídos nos papéis de trabalho na área de contratações e divulgadas na wi-ki.
- Check-list implementados para contratações diretas e para pregões eletrônicos.
- Elaboração de modelos padronizados para minutas de contratos, adesão de atas de registro de preços, dentre outros.
- Publicação de todos os questionamentos, bem como suas respostas, impugnações, recursos e decisões dos processos licitatórios no site da transparência para que todas as informações sejam divulgadas de forma imparcial.
- Mapeamento de riscos dos 4 processos de eleição escolhidos pelo Comitê de Gestão de Riscos para monitoramento da fase de contratação.

Contratações e Gastos

Em 2020, foram realizados 229 procedimentos de contratação, sendo:

- Dispensa de Licitação: 83, sendo 02 pela Lei nº 13.979/2020 e 81 pela Lei nº 8.666/93.
- Inexigibilidade de Licitação: 75 pela Lei nº 8.666/93.
- Pregão Eletrônico: 71 licitações.

O Plano Anual das Contratações de 2020 está disponível no [link](#)

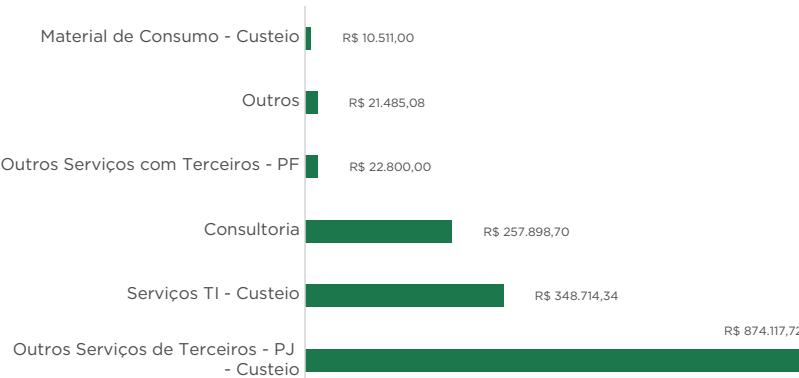
Principais Finalidades das Contratações

DISPENSA DE LICITAÇÃO



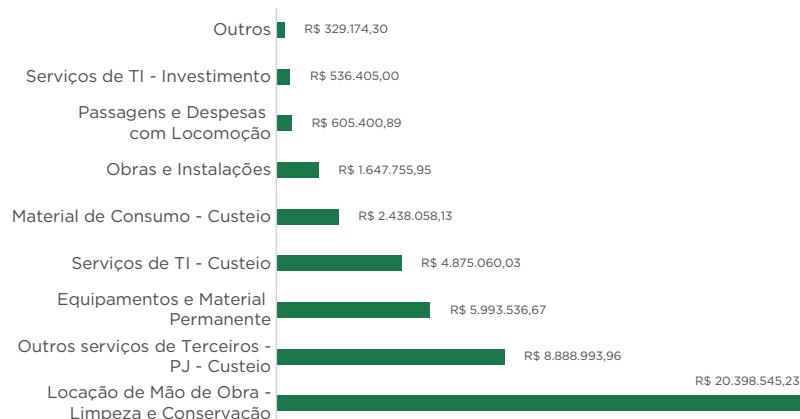
Fonte: SECOFC TRE-PR

INEXIGIBILIDADE



Fonte: SECOFC TRE-PR

PREGÃO



Fonte: SECOFC TRE-PR

Principais Contratações Precedidas de Licitação

As principais contratações em 2020 foram relacionadas ao apoio operacional e administrativo para a realização das eleições, bem como a aquisição de bens de consumo para a segurança sanitária exigida durante o período da pandemia (COVID-19). São elas :

Auxiliares Administrativos

Finalidade: oferecer apoio operacional para execução de atividades essenciais relacionadas às diversas áreas, seja administrativa, no atendimento ao eleitor, auxílio nos treinamentos, preparação das urnas eletrônicas, vistoria dos locais de votação, realização de simulados, etc.

Objetivos Estratégicos: Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Aprimorar a gestão de execução orçamentária e financeira

Modalidade de Licitação: pregão eletrônico (registro de preços)

Principais Serviços contratados: postos de trabalho de supervisores e auxiliares administrativos

Valor Total homologado: R\$ 18.814.850,00

Valor Total empenhado: R\$ 10.184.327,11

Contratada: Flamaserv Serviços Terceirizados Eireli

Logística de Urnas

Finalidade: garantir a presença da urna eletrônica no local de votação no dia e hora esperados para o início da votação. Ainda, a integridade da urna deve ser mantida, para isso, o transporte deve ser realizado por empresa capacitada e responsável

Objetivos Estratégicos: Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; Fomentar a aproximação da Justiça Eleitoral com a Sociedade

Modalidade de Licitação: pregão eletrônico

Principais Serviços contratados: serviços de transporte para realizar a entrega e o recolhimento das urnas eletrônicas e cabines de votação, por ocasião das Eleições Municipais de 2020

Valor Total homologado: R\$ 1.164.908,60

Valor Total empenhado: R\$ 932.886,70

Contratada: Intermodal Brasil Logística Ltda.

Aquisição de Estações de Trabalho Tipo Desktop

Finalidade: atualização do parque computacional, adequando-o à vida útil recomendada, bem como suprir o aumento do número de colaboradores

Objetivo Estratégico: Aprimorar a gestão dos processos organizacionais; Garantir a eficiência na prestação de serviços de tecnologia da informação

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico (Registro de preços)

Valor Total homologado: R\$ 3.592.000,00

Valor Total empenhado: R\$ 1.953.150,00

Contratada: Daten Tecnologia Ltda.

Material de Expediente e Embalagem - COVID - 19

Finalidade: aquisição de materiais a serem utilizados nas seções eleitorais diante dos impactos da pandemia COVID 19, de forma a promover constante higienização e prevenção dos colaboradores e mesários

Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar o desenvolvimento pessoal e técnico de servidores e colaboradores e promover a saúde e o bem estar no trabalho; Fortalecimento da segurança do processo eleitoral.

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico (registro de preços) - PAD 9835/2020

Valor Total homologado: R\$ 290.075,90

Valor Total empenhado: R\$ 148.407,48

Contratada: diversos

Contratações Diretas

As contratações celebradas de forma direta foram justificadas nos incisos I, II, IV, V, VIII, XI, XIII, XXII do art. 24, da Lei 8.666/93; caput, inciso I e II, do art. 25, da Lei 8666/93 e, excepcionalmente, na legislação elaborada para auxiliar no combate ao Covid-19: MP 961/2020, Lei nº 13.979/2020 e Lei nº 14.065/2020, conforme detalhamento seguinte.

Dispensa de Licitação

Lei nº 13979/2020	
Aquisição ou contratação de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional	R\$ 60.150,00
Lei nº 8666/93	
Contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional	R\$ 3.584.730,06
Energia elétrica e gás natural	R\$ 1.482.613,77
Emergência	R\$ 724.607,41
Aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico	R\$ 506.095,62
Baixo valor	R\$ 419.507,83
Obras e serviço de engenharia	R\$ 305.584,50
Licitação anterior deserta	R\$ 57.305,57
Remanescente de obra	R\$ 38.944,16

Inexigibilidade

Lei 8666/93

Inviabilidade de competição	R\$ 1.069.542,68
Contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular	R\$ 455.473,16
Aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo	R\$ 10.511,00

METAS NÃO ATINGIDAS, DESAFIOS, AÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Metas não Atingidas

Todas as metas estabelecidas pela área para 2020 foram atingidas.

Desafios

- Cadastrar, no SPIUNet, 70% dos imóveis em uso pelo Tribunal.
- Regularizar a documentação de 20% dos imóveis do interior que ainda apresentam inconsistências.
- Promover o inventário de bens de consumo com critérios de sustentabilidade no formato do Guia Verde.
- Dar melhor aproveitamento aos bens permanentes existentes no TRE e otimizar a utilização dos espaços, plano de ação interno.
- Promover a conscientização dos servidores quanto a necessidade de melhorar o acondicionamento dos materiais de consumo para viabilizar a reutilização dos materiais e, com isso, promover a redução do consumo, prolongando a vida útil dos bens (projeto “Cada Coisa no Seu Lugar”).
- Identificar os materiais plásticos que são passíveis de descontinuidade ou substituição por materiais sustentáveis, de forma a contribuir para a redução do impacto ambiental (projeto “Atitude Consciente – Estudo para Descontinuidade de Aquisições de Materiais Plásticos”).
- Dar melhor aproveitamento aos bens permanentes existentes no TRE-PR e otimizar a utilização dos espaços, plano de ação interno (projeto “Avaliação de Bens Permanentes no Interior”).

Desafios Atingidos

- Efetuado inventário de bens com critérios de sustentabilidade, onde verificou-se que já possuímos 15.557 materiais permanentes com critérios de sustentabilidade cadastrados numa proporção de 13,24% dos 117.400 bens permanentes do nosso acervo. Registra-se que grande parte dos bens registrados foram adquiridos antes da determinação legal.
- Inclusão de 160 imóveis em uso pelo TRE no SIAFI.
- Para viabilizar as atividades laborais dos servidores nos cartórios do interior e Capital, bem como na sede do TRE-PR, em função da pandemia e no combate/prevenção à COVID-19, obtivemos o recebimento de milhares de materiais de EPIs por doação e outros por aquisições.
- Foram encaminhadas 1.036.270 unidades de EPIs e 1.417.365 unidades dos demais materiais para realização da eleição. A atividade representou um grande desafio para área de logística de material de consumo do TRE-PR, a qual contou uma equipe de servidores que realizaram um trabalho exemplar no recebimento, separação, embalagem e remessa de todos esses materiais em tempo recorde para que pudéssemos fazer as eleições 2020.

Ações e Perspectivas Futuras

- Elaborar manual de fiscalização de contratos.
- Elaborar manual de procedimentos de sanção administrativa.
- Elaborar catálogo de bens permanentes com descritivos padronizados para sua aquisição.
- Realizar pesquisa sobre a satisfação dos usuários referente aos materiais de consumo/permanentes encaminhados para sua utilização.
- Mapear a redução de materiais de consumo no ano de 2020 e 2021 (comparativo entre anos pares e ímpares) em decorrência do trabalho remoto devido à pandemia e aumento do *home office*.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade Legal

Na execução da gestão patrimonial e da infraestrutura são observados pelo TRE-PR os princípios e regras norteadores da Administração Pública, em especial: Instrução Normativa MPOG nº 01/2010 e 04/2014); Norma Técnica nº 01/2014 da Política da TI do TRE-PR; NBR 9050:2015 (acessibilidade); Resolução TSE nº 23.474/2016; Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Resoluções TRE-PR nº 654/93, 756/2017; 766/17, 790/2017, 807/2018, 815/2018 e 862/2020; Instruções Normativas TRE-PR nº 01/2017, 03/2020 e 05/2020; Resolução CNJ nº 291/2019.

Entre as principais medidas

para controle e prevenção de falhas e irregularidades destacam-se:

Segurança

- Implantação do sistema de controle de acesso no prédio Sede e Fórum Eleitoral de Curitiba.
- Aprovação da Resolução TRE-PR nº 862/2020 (Política de Segurança Institucional do TRE/PR) e a IN nº.º 003/2020-DG (Política de Segurança Institucional do TRE-PR).

Planejamento, Execução e Fiscalização das Contratações

- Observância às exigências de cada fase da contratação, de acordo com o objeto e em consonância com as normas vigentes, em especial a IN 05/2017 do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, incluindo gerenciamento de riscos, e normas internas do TRE.
- Utilização do Manual de Gestão e Fiscalização do TSE, bem como Orientações de Licitações e Contratos do TCU.
- Elaboração da Norma de Planejamento das Contratações do TRE-PR (IN TRE-PR) 05/2020.

- Utilização do Sistema Contratos Gov para auxílio à gestão contratual, sendo importante ferramenta na mitigação de riscos na fase de fiscalização e execução dos contratos continuados.
- Utilização do Sistema Engeman para manutenção e conservação dos imóveis, para controle das necessidades e chamados, assim como para registros das condições dos imóveis.

Parque Imobiliário

O parque imobiliário utilizado pelo TRE-PR é composto por 159 imóveis (patrimônio imobiliário da União).

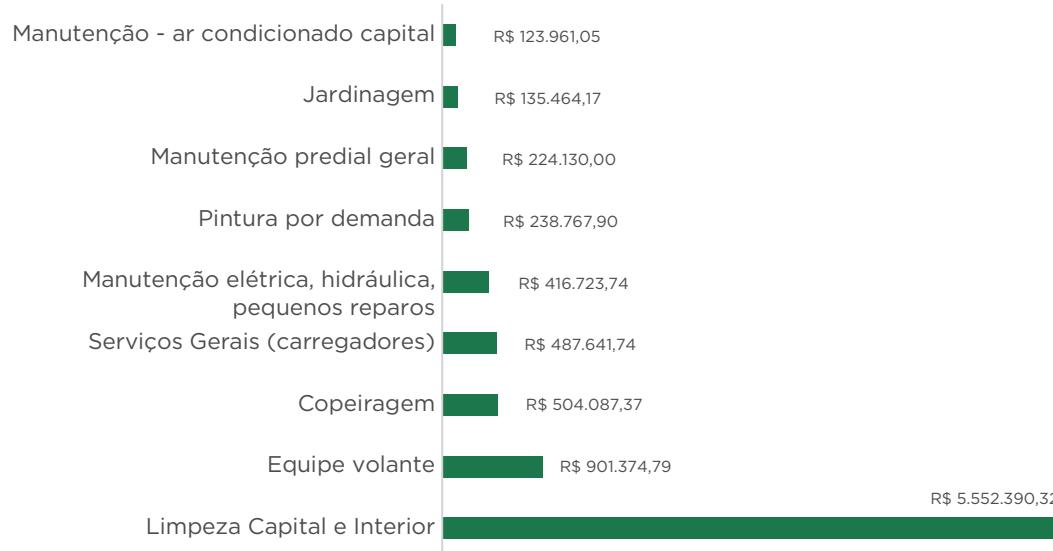
Capital: 5 imóveis, sendo: 1 sede administrativa do TRE-PR, 1 Fórum Eleitoral, 2 depósitos e 1 anexo.

Interior do Estado: 154 imóveis, sendo: 153 destinados aos Fóruns Eleitorais e 1 à usina fotovoltaica do TRE-PR.

Há convênio com o TJ-PR para cessão de 4 imóveis onde estão alocadas as Zonas Eleitorais de Congonhinhas – 99^a ZE, Nova Fátima – 108^a ZE, Primeiro de Maio – 104^a ZE e Xambrê – 117^a ZE).

A relação completa dos imóveis pode ser acessada em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-informacoes-imoveis>.

PRINCIPAIS DESPESAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO



Fonte: SECGS TRE-PR

Manutenção e Conservação Predial

A manutenção e conservação das instalações do TRE-PR é gerenciada pela Secretaria de Gestão de Serviços. Entre as atividades realizadas durante o exercício destacaram-se: serviços de limpeza; copeiragem; manutenção de equipe volante para prestação de serviços técnicos no interior do Estado; serviços gerais; manutenção elétrica, hidráulica e pequenos reparos; manutenção de ar-condicionado; manutenção predial geral e jardinagem. Apesar dos custos de manutenção, a prestação de serviços em Fóruns Eleitorais instalados em imóveis pertencentes à União mostra-se vantajosa, principalmente quando considerados aspectos como despesas com a locação de imóveis, a proximidade para eleitores e partidos políticos, o in-

centivo à democracia, a qualidade no atendimento dos eleitores e a produtividade dos servidores.

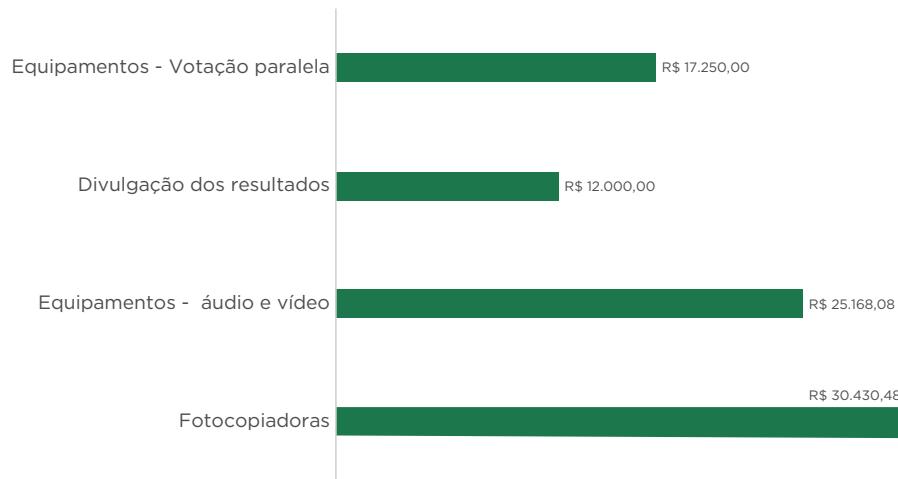


Locação de Imóveis e Equipamentos

Em 2020 não foram celebrados contratos para locação de imóvel.

Foram firmados 4 contratos para locação de equipamentos, , no total de R\$ 84.848,56.

LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS



Fonte: SECOFC TRE-PR

Mudanças e Desmobilizações

Não foram realizadas mudanças ou desmobilizações relevantes em 2020.

Principais Investimentos

Em 2020 o TRE-PR priorizou investimentos em infraestrutura e equipamentos, especialmente aqueles voltados às eleições. Os investimentos visaram sobretudo a melhoria da infraestrutura interna da Justiça Eleitoral paranaense e a eficiência na prestação do serviço público, permitindo a concretização dos objetivos estratégicos da instituição.

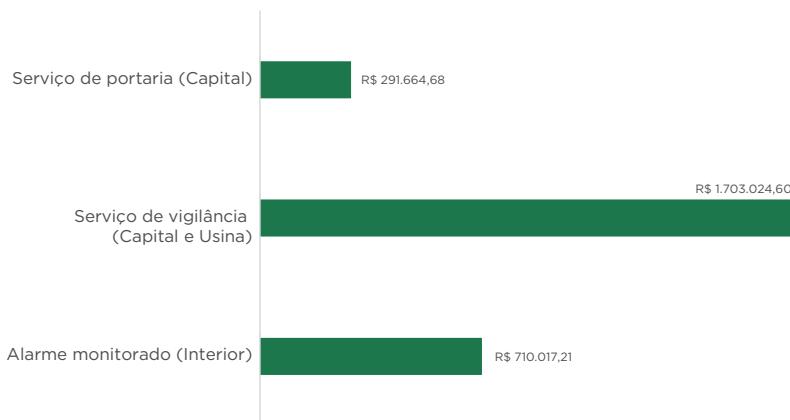
Além disso, a pandemia exigiu especial atenção às adaptações e cuidados necessários, de modo a garantir a segurança dos Juízes Eleitorais, autoridades, servidores e colaboradores na volta ao trabalho presencial, previamente às eleições, bem como aos eleitores no dia do pleito. Para tanto, foram providenciadas adequações nos Fóruns Eleitorais, como instala-

ção de pias externas para lavagem das mãos em alguns Fóruns Eleitorais e aquisição de pedestais de álcool gel, além da orientação para maiores cuidados, limpeza e a sanitização de ambientes.

Houve ainda força tarefa logística para separação e distribuição, aos Fóruns Eleitorais do interior, de materiais prevenção à COVID-10 (álcool gel, álcool líquido, máscara e face shield), bem como cartazes informativos para todos os locais de votação. As entregas ocorreram entre 21/09/2020 e 16/10/2020, estimando-se o total de 33.000 km rodados e um gasto com combustível de aproximadamente R\$ 35.000,00, como também um gasto estimado de R\$ 9.000,00 com correios para o envio de máscaras e álcool.

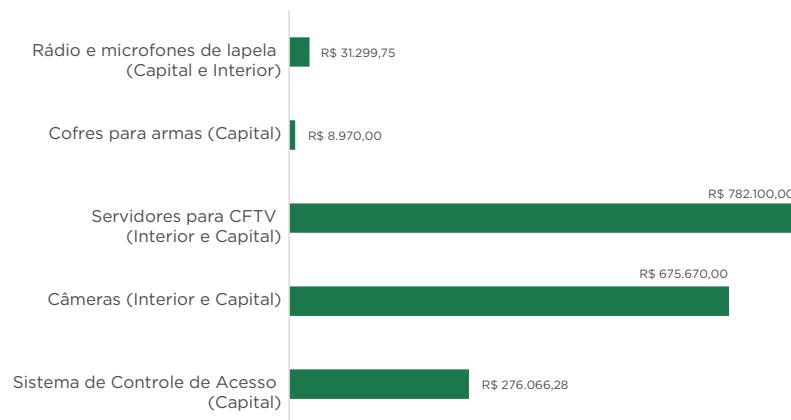
Os principais investimentos realizados no tocante à infraestrutura e equipamentos foram: início da implantação de projeto de Prevenção de Incêndio na sede e Fórum Eleitoral de Curitiba, execução da obra de contenção de cheias no Fórum Eleitoral de Curitiba, reformas para readequação e acessibilidade em 3 Fóruns Eleitorais do interior (Pérola, Corbélia e Curiúva), reformas para adequação da segurança de trabalho na Sede e em 48 fóruns eleitorais), reformas para readequação da infraestrutura possibilitando uma melhor utilização dos ambientes e investimentos em segurança, no importe de R\$ 4.504.562,52.

SERVIÇOS CONTINUADOS



Fonte: SECGS TRE-PR

BENS PATRIMONIADOS



Fonte: SECGS TRE-PR

OUTROS INVESTIMENTOS



Fonte: SECGS TRE-PR

Gestão da Frota de Veículos

Após a realização de estudos, o TRE-PR concluiu que a forma mais econômica para atendimento das demandas de transporte é a utilização de um método misto, com veículos de frota própria e terceirizados.

A frota atual possui 44 veículos, avaliados em R\$ 2.961.416,30. Há processo de aquisição de mais duas vans, com valor total de R\$ 320.000,00, em andamento.

Em 2020 todos os veículos passaram a ser classificados como de “serviços”, sendo extinta a denominação daqueles chamados de veículos de representação. Esses veículos são utilizados para o atendimento de situa-

ções emergenciais, deslocamento de autoridades, realização de correições e inspeções, bem como para o transporte de materiais e equipamentos, inclusive urnas eletrônicas. O gasto total com veículos no período foi de R\$ 1.494.554,91.

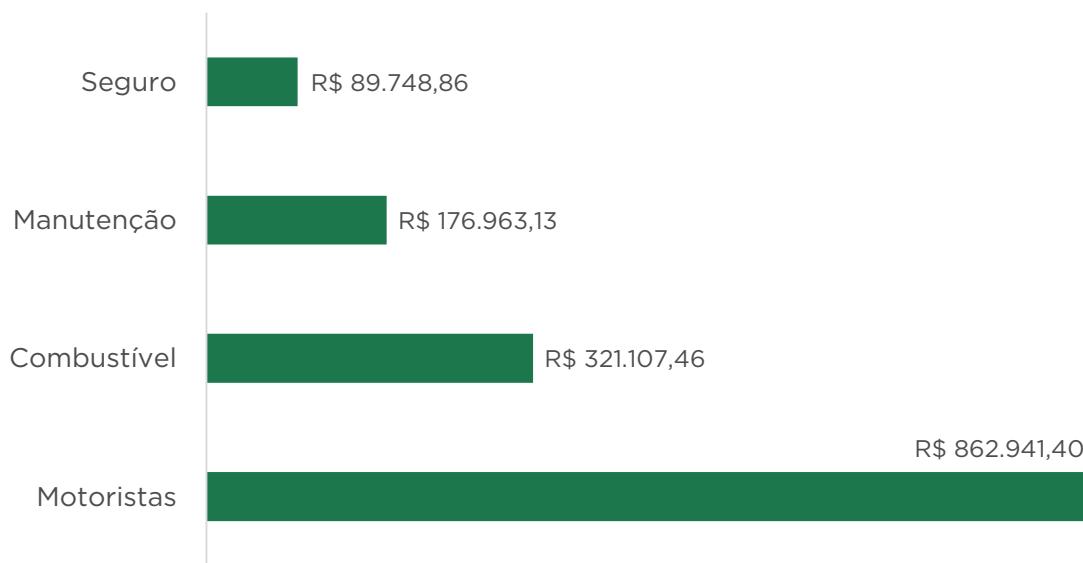
A despesa com o uso de veículos por meio de aplicativo para as demandas de transporte do TRE-PR por meio do contrato 63/2018 com a empresa Wappa, entre janeiro/2020 e dezembro/2020, foi de R\$ 236.501,72.

A relação completa de veículos pode ser acessada [no link](#).

Informa-se que houve o desfazimento de 1 veículo, conforme PAD

16343/2019, o qual se envolveu em um sinistro com perda total. O valor líquido contábil do bem à época era de R\$ 21.283,78, porém, seguindo o valor da tabela FIPE, a seguradora recolheu para a União o valor de R\$ 56.147,00.

VEÍCULOS - PRINCIPAIS DESPESAS



Fonte: SECGS TRE-PR

Desfazimento de Ativos

Ocorreu o desfazimento de 30.681 itens durante o exercício de 2020, totalizando o montante de R\$ 379.408,75, entre eles embalagens, pen drives, lacres de urnas, cédulas, manuais e equipamentos de informática e moveis.

A relação dos desfazimentos encontra-se disponível em www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-patrimonial/desfazimento-de-bens-inserviveis



PRINCIPAIS DESAFIOS, AÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Desafios

- Adaptações necessárias para o seguro retorno ao trabalho presencial em meio à pandemia.
- Priorizar as medidas de segurança necessárias aos Fóruns Eleitorais com índices deficitários, haja vista o restrito orçamento anual.
- Continuidade da implantação do sistema de controle de acesso no edifício sede do Tribunal e Fórum Eleitoral de Curitiba.
- Reduzir custos dos contratos continuados, em razão da restrição orçamentária, mantendo-se qualidade dos serviços prestados.
- Aperfeiçoar os procedimentos de gestão e fiscalização dos contratos, de forma a não sobreregar os servidores.

Ações e Perspectivas Futuras

- Estudo para implantação da gestão integrada para inclusão em única contratação os serviços de administração predial para os imóveis da Capital e Região Metropolitana.
- Elaboração de manuais sobre procedimentos de gestão e fiscalização dos contratos.
- Continuidade da implementação de adequações dos trabalhos na área de segurança, como a instalação de Sistema Eletrônico de Monitoramento (CFTV) nos Fóruns Eleitorais - de forma escalonada, dentre outros, incluindo área de inteligência, comissão permanente de seguran-
- ça, brigada de incêndio, apoio operacional da Polícia Militar do Paraná e outros órgãos.
- Implementar um novo formato para os serviços de manutenção predial dos Fóruns do interior do estado por pólos.
- Elaborar proposta para adoção de mecanismo/procedimento para priorização das demandas relacionadas à gestão da infraestrutura dos imóveis.
- Modernização da prestação dos Serviços de Telefonia.
- Continuidade da capacitação dos servidores do interior quan-
- to à fiscalização na execução de contratos.
- Continuidade do processo de regularização dos imóveis da Capital.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade Legal

No exercício de suas atividades são observadas as orientações e determinações dos Tribunais Superiores (TSE, STF e STJ), do Tribunal de Contas da União e do Conselho Nacional de Justiça, especialmente a Resolução CNJ nº 211/2015 que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário para o período de 2015-2020.

Quanto às normas editadas pelo próprio TRE-PR tem grande relevância para a gestão da tecnologia da informação, entre outros normativos: a Resolução TRE-PR nº 756/2017, que instituiu o Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação; a Portaria TRE-PR DG nº 425/2018, que institui o Comitê Executivo de Tecnologia

da Informação (CETI); a Resolução TRE-PR nº 735/2016, que institui o Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informação – PETI para o período 2016-2020; e a Portaria TRE-PR nº 572/2018, que aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o biênio 2018/2019.

Modelo de governança de TI

O modelo de governança de TI adotado pelo TRE-PR prevê a atuação em três esferas.



PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES, INICIATIVAS E SISTEMAS

Principais Contratações

- Executados diretamente pela SECTI: R\$ 8.114.270,45
- Executado por outras Secretarias: R\$ 1.569.155,22
- Total: R\$. 9.683.425,67

Contratações em Destaque

Aquisição de 430 estações de trabalho - desktop	R\$ 1.930.700,00
Serviços de telecomunicações - “backbone secundário”	R\$ 681.555,91
Aquisição de infraestrutura de datacenter	R\$ 653.994,70
Appliance integrado para armazenamento de banco de dados oracle	R\$ 603.000,00
Aquisição de solução de comunicação (roteadores - concentrador e remoto sd-wan, e pontos de acesso wi-fi)	R\$ 555.000,00

Principais iniciativas

- Apoio técnico e de infraestrutura às atividades das Zonas Eleitorais e sede para que fosse possível o trabalho remoto durante a pandemia (COVID-19).
- Disponibilização de plataformas de videoconferência para suporte às atividades jurisdicionais.
- Implantação de novo contrato de prestação de serviços de campo, com objetivo de aprimorar o atendimento da TI aos usuários internos.
- Estruturação do Portal de Governação de TI.
- Estruturação do Portal de *Business Intelligence* (BI).
- Aprimoramento do Portal da Transparência.
- Apoio logístico e de totalização às Eleições Municipais de 2020
- Atualização tecnológica de mais de 800 computadores (migração Windows 10).
- Direcionamento financeiro nas aquisições com troca de custeio por investimento.

Principais sistemas de TI em 2020

- **Agendamento Biometria:** serviço disponível na página da internet do Tribunal destinado ao agendamento de data e horário para comparecimento do eleitor à Central de Atendimento para a fim de realizar alistamento, transferência ou revisão eleitoral.
- **Diário da Justiça Eletrônico (DJE):** utilizado para realização de publicações no Diário da Justiça Eleitoral.
- **Sistema de Atendimento ao Eleitor (ELO):** responsável por manter o Cadastro Eleitoral.
- **Sistema de Informação de Óbitos e de Direitos Políticos (InfoDip):** responsável pelo encaminhamento e tratamento das comunicações de direitos políticos e óbitos.
- **Sistema de gestão do Pleno do TRE-PR (Ipleno):** utilizado para gerenciamento das sessões plenárias, passando pelos julgamentos dos processos, registro dos votos de cada membro, até o efetivo encerramento sessão.
- **Sistema Processo Administrativo Digital (PAD):** responsável pelo registro e tramitação dos processos administrativos.
- **Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe):** responsável pelo registro e tramitação dos processos judiciais em 1º e 2º Graus de jurisdição.
- **Sistemas de Eleição:** conjunto de sistemas destinados a supor tar as diferentes fases do processo eleitoral, do tratamento das candidaturas à prestação de contas eleitorais, passando pela captação e totalização de votos.



INFODIP - SISTEMA DE
INFORMAÇÕES DE ÓBITOS E
DIREITOS POLÍTICOS

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

- O Sistema de Informações de Óbitos e de Direitos Políticos (Infodip), desenvolvido pelo TRE-PR, foi premiado em 2020 com o Selo CNJ de Desburocratização.
- O sistema que permite o tratamento eletrônico para as comunicações sobre restrições de direitos políticos ou que impliquem cancelamento no cadastro eleitoral e confere celeridade, segurança e economia para a Administração Pública, ao eliminar a comunicação em papel enviada à Justiça Eleitoral pelos órgãos competentes (cartórios, órgãos do Judiciário e do Exército).
- O TRE-PR recebe, por ano, 155 mil comunicações de condenações criminais e óbitos, entre outras desta natureza.

Segurança da informação

A **Comissão de Segurança da Informação**, cujos membros foram nomeados pela Portaria TRE-PR nº 307/2017, organiza e mantém o Sistema de Gestão de Segurança da Informação na Justiça Eleitoral do Paraná, de acordo com a Resolução TSE nº 23.501/2016 (Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral) e com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 e 27002:2013.

Entre as principais medidas adotadas pela Comissão de segurança da informação pode-se destacar:

- Elaboração da Política de Classificação da Informação.

- Implantação efetiva da política de senhas, em atendimento à Instrução Normativa nº 08/2018.
- Acompanhamentos de diversos riscos para o período eleitoral, através de colaboração entre os diferentes entes da Justiça Eleitoral.

PRINCIPAIS METAS NÃO ALCANÇADAS E DESAFIOS

Principais Metas não Alcançadas

- Implementação do *Outsourcing* de Impressão.

Principais Desafios

- Assegurar o atendimento da Resolução CNJ nº 211/2015, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
- Desenvolver uma cultura voltada para a inovação.
- Desenvolver perfis de pessoal para os novos desafios.
- Estabelecer de uma estratégia de terceirização que permita ampliar a capacidade de entrega de soluções.
- Adequar orçamento à mudança de paradigma investimento x custeio na contratação de soluções de TI.
- Apoiar o funcionamento dos trabalhos da Justiça Eleitoral no contexto da pandemia (COVID-19).

Ações e Perspectivas Futuras:

- Aperfeiçoamento da gestão de capacidade e recursos.
- Aperfeiçoamento do *compliance* com regulamentações internas e externas.
- Assegurar o atendimento da nova Resolução CNJ, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o período 2021-2026.
- Apoiar a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados.
- Atender às determinações da Resolução CNJ nº 182/2013, que trata das contratações de solução de tecnologia da informação e comunicação.
- Unificar os serviços de suporte.
- Aperfeiçoar a capacidade de desenvolvimento de aplicações móveis.
- Aproximação com o mundo acadêmico através de Programa de Residência em TI.
- Evolução da infraestrutura de Datacenter.
- Plataforma de colaboração em nuvem.
- Avanços em tecnologias de Business Intelligence e Inteligência Artificial.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

As atividades relativas à gestão sustentável objetivam: incentivar o combate ao desperdício, promovendo ações voltadas para práticas de consumo consciente e à eficiência do gasto público; promover a gestão adequada dos resíduos gerados; promover e consolidar a política de sustentabilidade; promover campanhas de educação ambiental; planejar e propor acordos técnicos, parcerias e intercâmbio de experiências com órgãos e entidades do poder público que possam contribuir com as metas da Justiça Eleitoral.

O Plano de Logística Sustentável – PLS – Ações 2020 contemplou objetivos e responsabilidades, ações, metas, prazos de execução, como também mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados que permitiram estabelecer e acompan-

nhar as práticas de sustentabilidade, a racionalização, a eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica da Justiça Eleitoral, conforme preconiza o art. 10 da Resolução TSE nº 23.474/2016.

A normatização da política de sustentabilidade deu-se por meio da Resolução TRE-PR nº 807/2018, utilizada como fundamento para instituição, planejamento e execução de importantes ações, contemplando princípios e diretrizes para o desenvolvimento sustentável da instituição, abrangendo aspectos físicos, tecnológicos e humanos da organização.

- Saiba mais em [www.tre-pr.jus
.br/transparencia/gestao-socioambiental](http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/gestao-socioambiental)

- Saiba mais em [apps.tre-pr.jus
.br/files/legislacaocompilada/res/
2018/Res08072018.html](http://apps.tre-pr.jus.br/files/legislacaocompilada/res/2018/Res08072018.html)

Conformidade Legal

No desenvolvimento das atividades relativas à sustentabilidade são observadas, entre outros, as disposições da Lei nº 12.305/2010, os Decretos 5940/2006 e 7.746/2012, a Resolução CNJ nº 201/2015, os princípios e recomendações expressas das Resoluções TSE nº 23.474/2016 e nº 23.505/2016 e as determinações da Resolução TRE-PR nº 807/2018.

Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

A Política de Gestão das Contratações do TRE-PR é disciplinada pela Resolução TRE-PR nº 815/2018. Entre as diretrizes estabelecidas destaca-se o incentivo à adoção de contratações sustentáveis, a fim de promover a aquisição e a utilização consciente de produtos e serviços.

As contratações efetuadas, conforme a Política Institucional de Sustentabilidade da Justiça Eleitoral do Paraná (Resolução TRE-PR nº 807/2018), deverão observar:

- critérios de sustentabilidade dentro da disponibilidade do mercado na fase de elaboração dos es-

tudos técnicos preliminares para aquisição de bens e serviços, com a adequação dos projetos básicos, adoção de critérios de fiscalização, bem como análise da economicidade dos bens e serviços.

- critérios e práticas de sustentabilidade nos projetos de execução de obras e serviços de engenharia.
- o desempenho ambiental, social e ético dos produtos ou serviços que estão sendo adquiridos ao longo de toda a sua vida útil, priorizando, sempre que possível, aqueles com impactos ambientais minimizados, com

sistemas de rotulagem confiáveis, eficazes e com verificação externa, como os selos verdes.

- emprego da logística reversa, sempre que possível, na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletrônicos e seus componentes, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, observadas as particularidades regionais.

Nas contratações sustentáveis, objetiva-se ainda:

- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas vigentes da ABNT.
- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances).
- que os bens guardem observância às normas técnicas da ABNT, e/ou estejam em conformidade com os regulamentos técnicos pertinentes expedidos pelo Inmetro e/ou com as exigências relativas à ergonomia, tratadas em Norma Regulamentadora

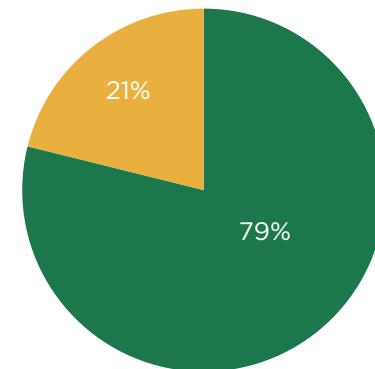
do Ministério do Trabalho e Emprego.

- que comprovem melhor desempenho energético.
- que apresentem critérios da rastreabilidade e/ou da origem dos insumos de madeira a partir de fontes legais e/ou de manejo sustentável ou de reflorestamento.
- que apresentem certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal (CTF), expedido pelo IBA-MA, para substâncias agressoras da camada de ozônio, dentre outros.

As práticas de consumo do TRE-PR são respaldadas nas diretrizes dos 5Rs:

- Repensar a necessidade de consumo e os padrões de produção e consumo.
- Recusar possibilidades de consumo desnecessário.
- Reduzir o consumo, optando por produtos que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade.
- Reutilizar, reaproveitando o que seria descartado.
- Reciclar, transformando materiais usados em matérias-primas para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais.

CONTRATAÇÕES COM CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE



■ Com ■ Sem

Fonte: TRE-PR (SECAGA)

Redução do Consumo de Recursos Naturais e Resíduos Poluentes

Desde o anúncio da Pandemia (COVID-19) foi instituída uma série de normativos com vistas a formalizar procedimentos e regras gerais e internas para prevenção e contenção da propagação da doença.

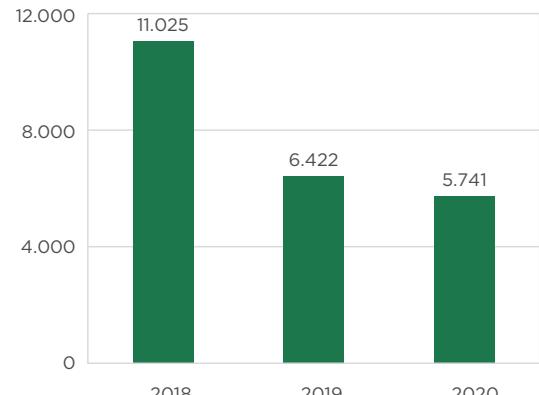
Dentre estas medidas, e de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, implantou-se o regime home office para grande parte de servidores e colaboradores, além da redução drástica da presença do público externo nos ambientes do TRE-PR, inclusive no período de regularização de pendências eleitorais, utilizando-se o meio virtual para a realização destes procedimentos.

Assim, é natural que os indicadores correspondentes ao consumo de recursos naturais tenham sofrido reduções, no período não eleitoral. Porém, no período eleitoral, houve elevação no consumo de alguns indicadores, em razão do acúmulo de trabalho para a realização das Eleições Municipais – 2020. Tais consumos tiveram a funcionalidade de suprir as necessidades laborativas e alguns, também, a funcionalidade de serem utilizados como instrumentos para a prevenção da COVID-19, como foi o caso do uso de copos plásticos, ressaltando que estes já se encontravam no depósito deste Tribunal, ou seja, não houve novas aquisições des-

te material.

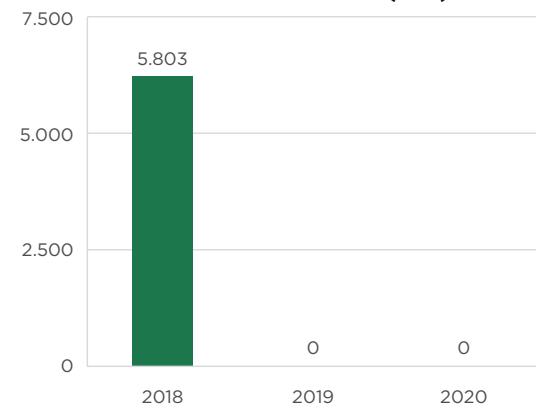
À título de exemplificação, quanto às ações que envolvem reduções de agentes poluentes: Em um intervalo de 521 dias de funcionamento da Usina Fotovoltaica do TRE/PR (19/08/2019 a 19/01/2021) a redução de emissão do CO₂ na atmosfera, por conta do uso da geração de energia elétrica por células fotovoltaicas, foi de 4.790.182,60 Kg. Fazendo-se uma proporção para 365 dias, pode-se concluir que em 2020 a UFV do TRE/PR contribuiu com uma redução de 3.355.886,08 Kg a emissão de CO₂.

CONSUMO - PAPEL (RESMAS)

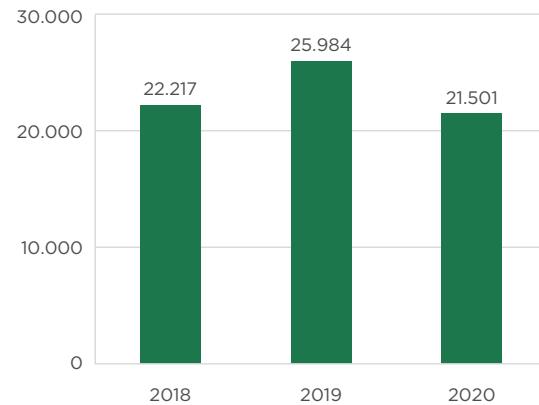


Fonte: SGS TRE-PR

CONSUMO - EMBALAGENS DE ÁGUA MINERAL (UN)

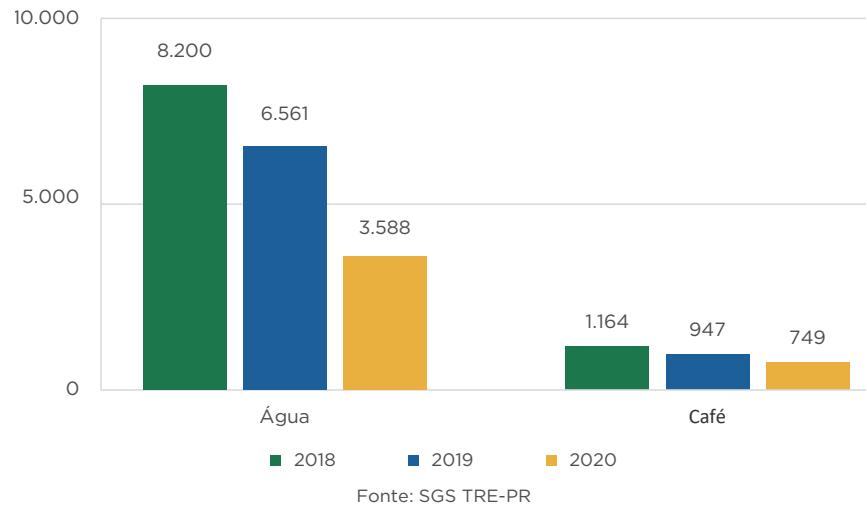


CONSUMO - ÁGUA E ESGOTO (M³)

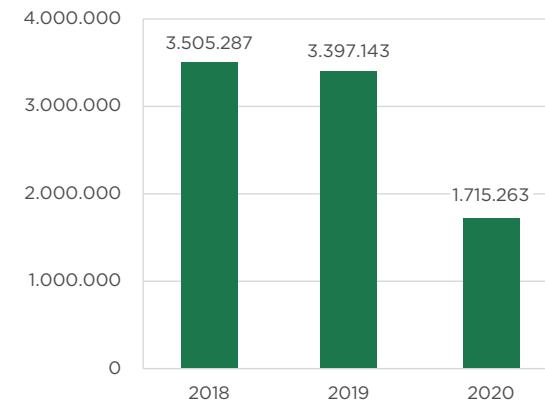


Fonte: SGS TRE-PR

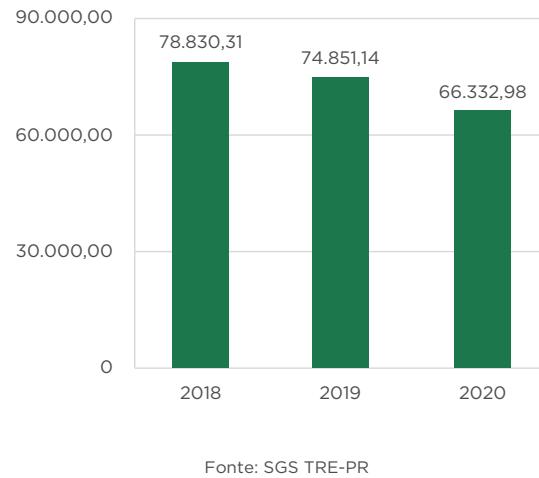
CONSUMO - COPOS DESCARTÁVEIS (CENTOS)



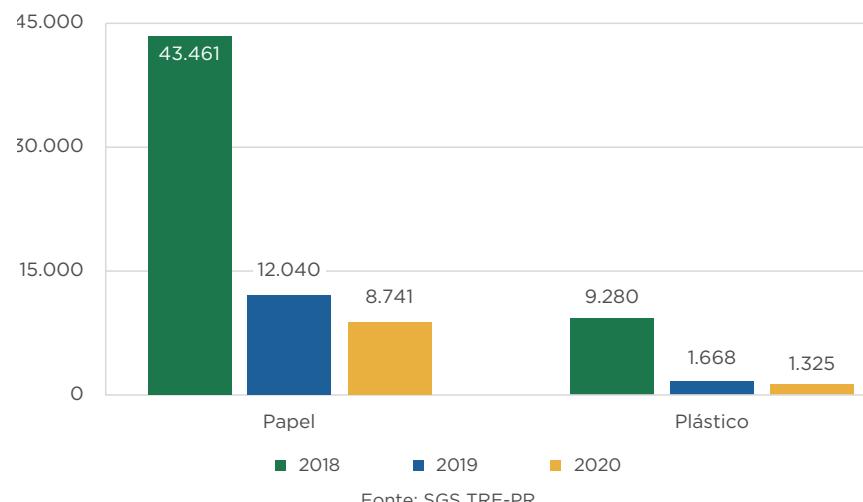
CONSUMO - ENERGIA ELÉTRICA (KWH)



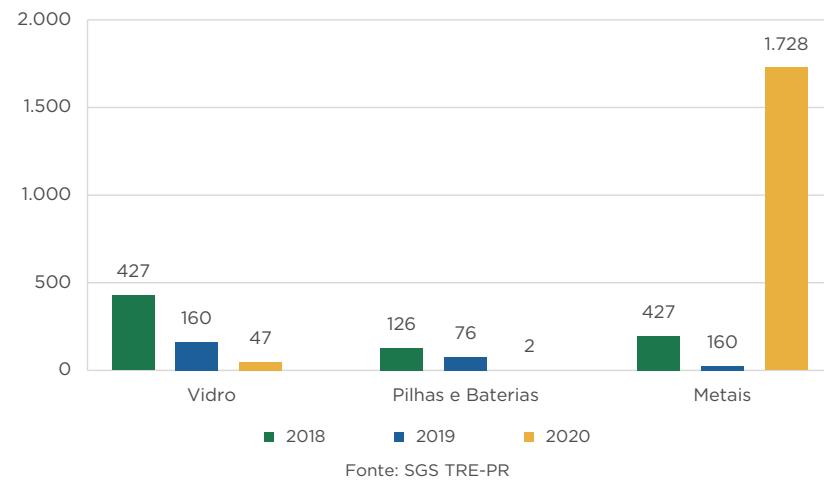
CONSUMO - COMBUSTÍVEL (L)



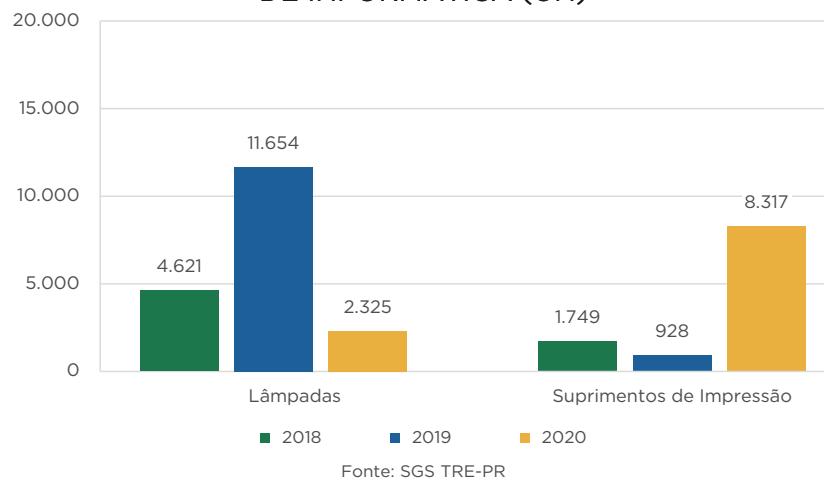
DESTINAÇÃO - PAPEL E PLÁSTICO (KG)



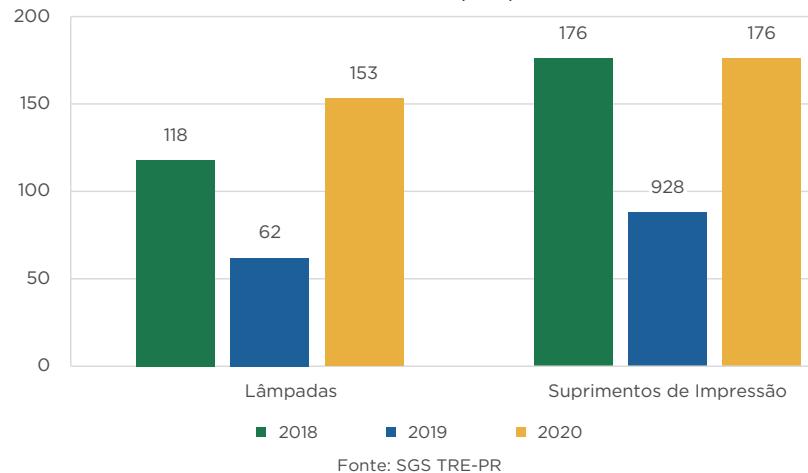
DESTINAÇÃO - METAIS, PILHAS E BATERIAS (KG)



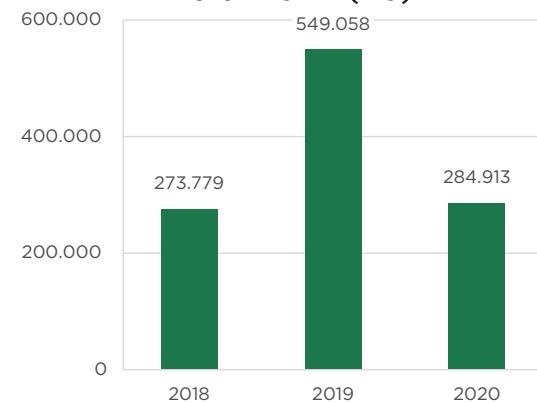
DESTINAÇÃO - LÂMPADAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (UN)



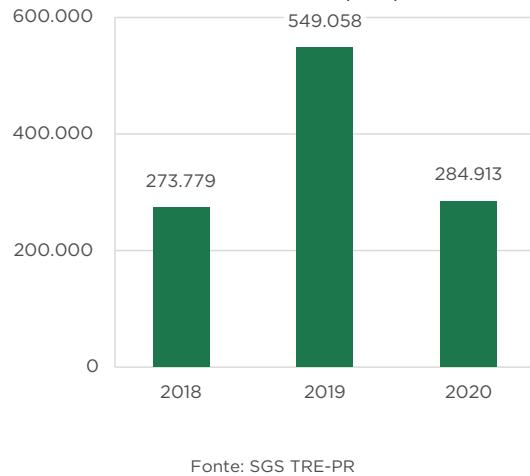
DESTINAÇÃO - RESÍDUOS DE INFORMÁTICA E SAÚDE (KG)



DESTINAÇÃO TOTAL PARA RECICLAGEM (KG)



DESTINAÇÃO TOTAL PARA RECICLAGEM (KG)



DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Desafios

- Gestão de resíduos - diagnosticar e avaliar o grau de sustentabilidade na gestão de resíduos do TRE-PR, com enfoque nas dimensões sociais, ambientais e econômicas.
- Reduzir e racionalizar o consumo de bens naturais.
- Intensificar contratações sustentáveis com o objetivo de assegurar que na contratação de bens, serviços ou obras por parte da Administração Pública, seja selecionada a proposta mais vantajosa, dentre aquelas que cumpram os padrões de qualidade socioambiental aplicáveis, conforme exposto no art. 3º, caput, Lei nº 8.666/93).

Ações Futuras

- Incentivar o combate ao desperdício, promovendo atividades voltadas para práticas de consumo consciente, bem como para a efetividade do gasto público.
- Promover campanhas de educação ambiental, com vistas à sensibilização e conscientização da força de trabalho e do público em área de influência do TRE-PR.
- Gerenciar e monitorar os indicadores de impacto ambiental em consonância com o Planejamento Estratégico, bem como revisar e fiscalizar ações, projetos e iniciativas das unidades do Tribunal que repercutam nesses indicadores.
- Promover a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, visando a sua redução, por meio de incentivo a coleta seletiva, reciclagem de materiais e a inclusão socioeconômica dos catadores de resíduos, em consonância com a Política de Resíduos Sólidos e as limitações regionais.

SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO

Visando garantir a legalidade, a eficiência, a economicidade, a eficácia e a legitimidade de atos, processos e procedimentos, o TRE-PR adota entre outras medidas a realização de cursos para capacitação, a contratação de treinamentos específicos, a edição de normas que orientam e disciplinam a atuação dos servidores, a elaboração de manuais, a adoção de mecanismos de controle interno, bem como a realização de auditorias, correções e inspeções.

Durante o ano de 2020 foram oferecidos 62 cursos de capacitação e treinamento, os quais abordaram, entre outros temas, gerenciamento de riscos, gestão e fiscalização de con-

tratos, ferramenta Microsoft Power BI, técnicas de comunicação e temas relacionados às Eleições Municipais de 2020.

Mecanismos de controle interno foram adotados pelas próprias unidades, visando sempre prevenir ou corrigir eventuais falhas na realização dos procedimentos.

A atividade correcional, exercida pelo Corregedor Regional Eleitoral em todo o Estado do Paraná e pelos Juízes Eleitorais, no limite de sua jurisdição, visou à orientação, fiscalização, padronização e inspeção dos serviços eleitorais, aferindo a qualidade e a regularidade do funcionamento dos cartórios. Em 2020, em razão da

pandemia, o Tribunal passou a realizar correições virtuais.

Entre as medidas adotadas pelo Tribunal cabe destacar, ainda, a realização de campanha para divulgação do Plano de Integridade aos Juízes Eleitorais, servidores e colaboradores.

Auditória Interna

A auditoria interna tem por objetivo primordial avaliar os resultados da gerência da coisa pública, auxiliando a instituição no alcance de seus objetivos estratégicos e no aprimoramento e fortalecimento de seus processos de trabalho.

O Plano de Auditoria de Longo Prazo –PALP, prevê as ações a serem realizadas no prazo de 04 anos enquanto Plano Anual de Auditoria – PAA estabelece as ações que serão executadas durante o exercício.

Ambos estão disponíveis no [link](#).

Em 2020 foram realizadas 10 auditorias.

Correição Ordinária

Efetivada anualmente pelo Juiz Eleitoral da Zona respectiva, em exercício, titular ou substituto, ou pelo Corregedor Regional Eleitoral.

Em 2020 todas as Zonas Eleitorais foram correições ordinariamente.

Correição Extraordinária

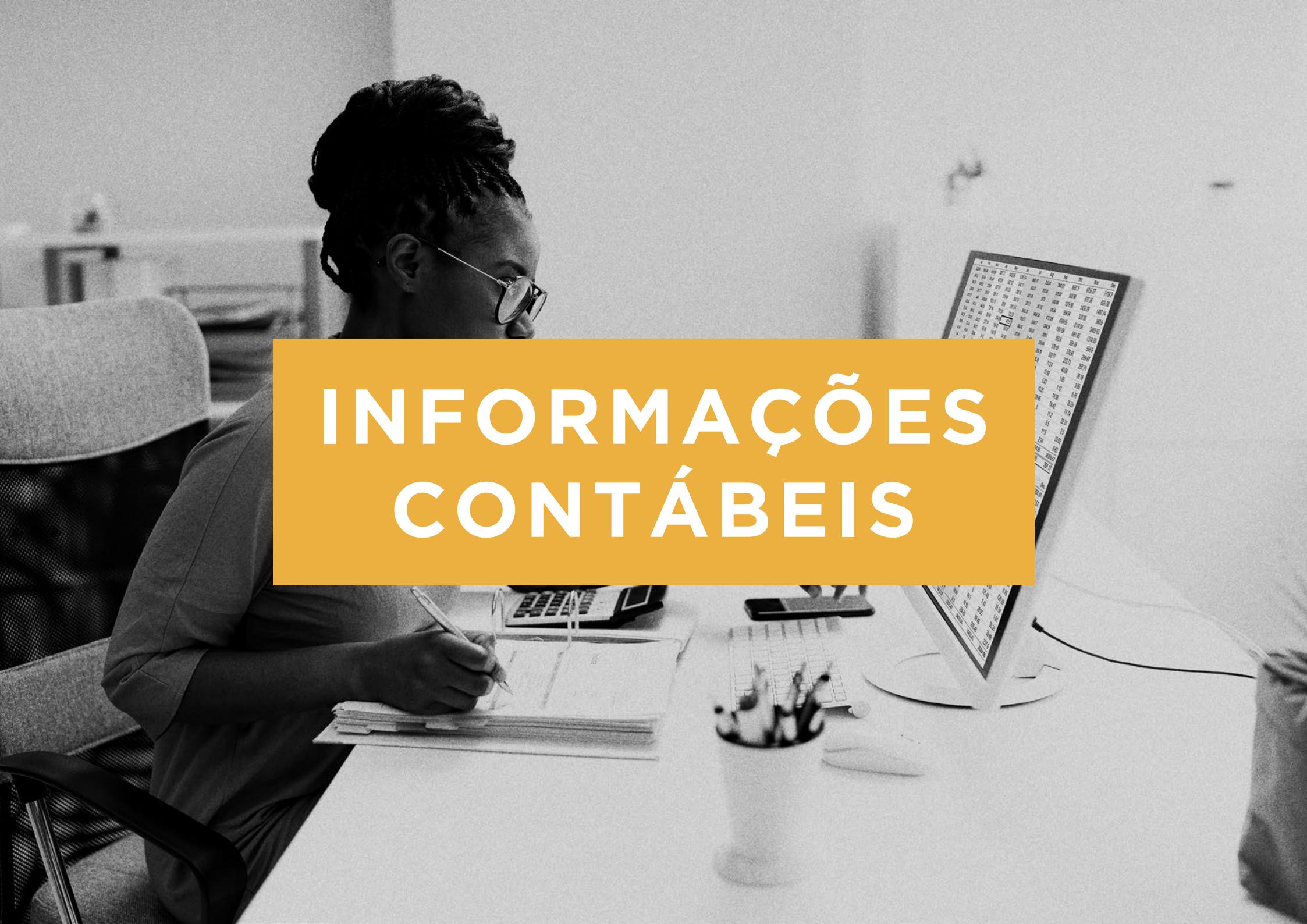
Fiscalização excepcional, realizada a qualquer tempo pelo Juiz Eleitoral, de ofício, sempre que tomar conhecimento de erros, abusos, ou irregularidades que devam ser corrigidos, evitados ou sanados, ou pelo Corregedor Regional Eleitoral, nessas situações ou quando entender necessário. Poderá ser geral ou parcial, conforme abranja ou não todos os serviços realizados na zona eleitoral.

Em 2020 foram realizadas 32 correições extraordinárias, sendo 26 destas realizadas virtualmente.

Inspeção Correcional

Destina-se a orientar e fiscalizar os serviços da Zona Eleitoral, sempre que o Corregedor Regional Eleitoral ou o Juiz Eleitoral entender necessário. É realizada a qualquer tempo, sem prévio aviso, facultada a elaboração de relatórios.

Em 2020 não foram realizadas inspeções.



INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

O TRE-PR exerce o papel de Setorial Contábil de Unidade Gestora sendo responsável apenas pela sua contabilidade.

A responsabilidade pela análise e validação das demonstrações contábeis fica a cargo da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, cuja titular é a servidora Cecília Maria Wosch Crisóstimo (Analista Judiciária – Área Administrativa), unidade vinculada à Secretaria de Orçamento Finanças e Contabilidade). As atribuições da Coordenadoria estão previstas no art. 99 da Resolução nº 860/2020 (apps.tre-pr.jus.br/files/legislacao compilada/res/2020/Res08602020.html).

A responsável pelo registro da con-

formidade contábil desde 15/10/14 é Angela Cristiane Sosnowski Cardoso (CRC/PR 032635/O-4). A servidora, lotada na Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, ocupa o cargo de Analista Judiciária – Especialidade Contabilidade.

Os procedimentos adotados baseiam-se nos Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no Plano de Contas da União e nos Manuais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as chamadas Macrofunções. Todas as atividades têm como objetivo assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade

das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, quais sejam: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBC TSP), Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8^a ed.– MCASP e Manual Siafi. São elas:

Balanço Orçamentário: compara os valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.

Balanço Financeiro: evidencia as

receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Balanço Patrimonial: evidencia ativos e passivos do órgão.

Demonstração das Variações Patrimoniais: demonstra o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Notas explicativas sobre as informações contábeis estão disponíveis, na íntegra, em www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/demonstrativos-contabeis.



Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

No ano de 2020, em comparação aos critérios contábeis adotados em exercícios anteriores, ocorreram mudanças nas práticas e procedimentos contábeis os quais produziram informações fidedignas e relevantes sobre os efeitos das transações e acerca da posição e resultado patrimonial.

Em decorrência da Orientação SOF/TSE Nº 12/2019 e da Auditoria de Gestão de Ativos, foram realizadas inúmeras reuniões nas quais se consolidou o entendimento de que, a depender da empresa, serviços contratados como aquisição de licenças de softwares referem-se, na prática, à subscrição de sistemas ou serviços de suporte os quais se contratados como despesas de custeio serão tratados como despesas pagas ante-

cipadamente, com acionamento de cronograma de realização de despesas no momento da liquidação das notas fiscais.

Em decorrência de sugestionamento do Tribunal de Contas da União e em cumprimento à deliberação da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SECOFC e Secretaria de Auditoria Interna- SECAUDI do TRE-PR, conjugada com orientações da Seção de Auditoria e Governança do TRE-PR e Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral – TSE e ainda, a Macrofunção 02.03.44, Mcasp 8ª edição e Pcasp, com vistas à evidenciação patrimonial e transparência das informações, foram efetuados registros extemporâneos de incorporações dos terrenos onde foram cons-

truídos os Fóruns Eleitorais. Os terrenos foram recebidos pelo TRE-PR em forma de doação pelas Prefeituras dos municípios onde foram instalados os Fóruns. Os valores foram levados à conta específica no Imobilizado em contrapartida à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores afetando de forma aumentativa e direta o Ativo e o Patrimônio Líquido.

Em decorrência da Orientação SOF/TSE Nº 12/2019 e da Auditoria de Gestão de Ativos, os bens intangíveis foram revisados em sua totalidade e reclassificados, baixados ou incorporados pela Seção de Gestão do Patrimônio a partir de informações prestadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação. Desta forma cumpriu-se integralmente as exigên-

cias das NBC TSP 08 Ativo Intangível, de 22 de setembro de 2017. NBC T 16.9 Depreciação, Amortização e Exaustão (Resolução CFC 1.136, de 21 de novembro de 2008) e NBC T 16.10 Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público (Resolução CFC n 1.137, de 21 de novembro de 2008, itens 32 a 34) *International Public Sector Accounting Standard IPSAS 31 Intangible Assets*.

Em decorrência de questionamentos internos, referentes à transformação de bens adquiridos como despesa de capital para material de consumo, foram abertos Processos Administrativos Digitais para análise pormenorizada dos itens e após reuniões entre as áreas envolvidas

e emissão de pareceres técnicos firmou-se o entendimento quanto a possibilidade de execução do pedido inicial. Desta forma os itens que dourante serão adquiridos como despesa de custeio e consequentemente levados à conta de variação patrimonial diminutiva são: persianas, cortinas e similares (Pad 310/2020), toldos laterais em rolô (Pad 386/2020) e componentes de informática tipo SSD (Pad 1399/2020). Observa-se que persianas e toldos foram enquadrados nos critérios de durabilidade e fragilidade conforme o item 4.6.1.1 – letras a e b do Mcasp 8^a Edição, à exceção de produtos denominados como “toldos para cobertura em policarbonato”, os quais permanecerão sendo adquiri-

dos como despesa de capital por suas características não se enquadram nas possibilidades descritas no item 4.6.1.1 do Mcasp 8^a Edição. Para os componentes de informática tipo SSD aceitou-se o critério da incorporabilidade como includente para material de consumo.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em restos a pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/64, que as distingue em processadas e não processadas.

O déficit orçamentário, no montante de R\$ 394.951.041,92, ocorre em função desta UPC não possuir receitas

orçamentárias, pois apenas executa despesas para a prestação dos serviços públicos e realização de investimento, não sendo, portanto um agente arrecadador. Observe-se que o valor do déficit orçamentário corresponde ao valor total das despesas empenhadas.

RECEITA

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Deficit			394.951.041,92	394.951.041,92
Total	-	-	394.951.041,92	394.951.041,92

DESPESA

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes	335.556.450,00	353.141.893,00	386.529.643,27	381.151.568,91	381.113.895,53	(33.387.750,27)
Pessoal e Encargos Sociais	286.983.895,00	304.399.852,00	315.963.337,42	313.494.031,51	313.494.031,51	11.563.485,42)
Outras Despesas Correntes	48.572.555,00	48.742.041,00	70.566.305,85	67.657.537,40	67.619.864,02	(21.824.264,85)
Despesas de Capital	2.400.000,00	8.431.620,00	8.421.398,65	8.006.123,39	8.006.123,39	10.221,35
Investimentos	2.400.000,00	8.431.620,00	8.421.398,65	8.006.123,39	8.006.123,39	10.221,35
Reserva de Contingência	296.009,00					
Total	338.252.459,00	361.573.513,00	394.951.041,92	389.157.692,30	389.120.018,92	(33.377.528,92)

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	32.354,56	1.664.301,75	1.546.032,75	1.514.970,76	150.623,56	31.061,99
Pessoal e Encargos Sociais	-	527.689,62	513.898,86	513.898,86	13.790,76	-
Outras Despesas Correntes	-	1.136.612,13	1.032.133,89	1.001.071,90	136.832,80	31.061,99
Despesas de Capital	346.912,78	685.178,07	916.959,26	916.959,26	115.131,59	-
Investimentos	346.912,78	685.178,07	916.959,26	916.959,26	115.131,59	-
Total	379.267,34	2.349.479,82	2.462.992,01	2.431.930,02	265.755,15	31.061,99

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro do Exer- cício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes		120.155,21	72.171,95	697,60	47.285,66
Outras Despesas Correntes		120.155,21	72.171,95	697,60	47.285,66
Despesas de Capital		11.270,00	11.270,00	-	-
Investimentos		11.270,00	11.270,00	-	-
Total		131.425,21	83.441,95	607,60	47.285,66

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro reflete os ingressos e dispêndios de natureza orçamentária e extra orçamentária, bem como os saldos provenientes do exercício anterior e aqueles transferidos para o exercício seguinte.

As transferências financeiras são realizadas mensalmente, por meio de sub-repasses, pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

BALANÇO FINANCEIRO EM REAIS

INGRESSOS

Especificação	2020	2019
Transferências Financeiras Recebidas	391.388.868,24	348.839.170,71
Resultantes da Execução Orçamentária	389.212.698,30	348.335.907,11
Sub-repasso Recebido	389.212.698,30	348.335.907,11
Independentes da Execução Orçamentária	2.176.169,94	503.263,60
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.116.246,14	497.760,13
Demais Transferências Recebidas	1.388,50	2.628,90
Movimentação de Saldos Patrimoniais	58.535,30	2.874,57

Especificação	2020	2019
Recebimentos Extraorçamentários	10.660.866,62	7.142.039,11
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	37.673,38	131.425,21
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	5.793.349,62	2.349.479,82
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	293.114,70	150.595,71
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.536.728,92	4.510.538,37
Arrecadação de Outra Unidade	4.505.372,86	4.331.395,49
Demais Recebimentos	31.356,06	179.142,88
Saldo do Exercício Anterior	498.360,88	4.497.526,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	498.360,88	4.497.526,13
Total	402.548.095,74	360.478.735,95

DISPÊNDIOS

Especificação	2020	2019
Despesas Orçamentárias	394.951.041,92	349.641.190,81
Ordinárias	331.325.332,69	301.873.762,49
Vinculadas	63.625.709,23	47.767.428,32
Seguridade Social (Exceto Previdência)	6.708.368,00	
Previdência Social (RPPS)	51.764.711,23	47.767.428,32
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.152.630,00	

Especificação	2020	2019
Transferências Financeiras Concedidas	4.565.296,66	4.952.931,06
Independentes da Execução Orçamentária	4.565.296,66	4.952.931,06
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		616.032,10
Movimento de Saldos Patrimoniais	4.565.296,66	4.336.898,96
Pagamentos Extraorçamentários	2.814.466,32	5.386.253,20
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	83.441,95	88.212,33
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.431.930,02	5.155.404,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	299.094,35	142.636,87
Saldo para o Exercício Seguinte	217.290,84	498.360,88
Caixa e Equivalentes de Caixa	217.290,84	498.360,88
Total	402.548.095,74	360.478.735,95

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que retrata a composição qualitativa e quantitativa do Patrimônio da Entidade Pública, constituído por bens, direitos (Ativo) e obrigações (Passivo), e pela situação líquida patrimonial representada pelo Patrimônio Líquido apurada pela diferença entre os elementos do ativo e do passivo.

Os atos e fatos da gestão foram registrados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes na Administração Pública Federal, na forma estabelecida pela legislação em vigor, complementada pelas orientações contidas no Ma-

nual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Disponibilidades: são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional.

Créditos e valores a receber: são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional. Para valores a receber referentes aos adiantamentos de auxílio alimentação e auxílio transporte são reconhecidos como despesa pelo regime de competência.

Estoques: é composto pelos materiais adquiridos, enquanto não utilizados, para a destinação específica. São mensurados pelo valor original,

incluem todos os custos de aquisição e o método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº. 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

Despesas pagas antecipadamente: os valores pagos antecipadamente com a aquisição de assinaturas de jornais, revistas, periódicos, contratação de seguros para veículos e imóveis e contratação de serviços técnicos de tecnologia da informação e subscrição de sistemas são registrados observando os princípios da competência e oportunidade por seu valor original e referem-se às aplicações de recursos em pagamentos de despesas

antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ao TRE ocorrerão durante o exercício de 2021 e serão reconhecidas à medida que incorridas ou realizadas.

Bens móveis do ativo imobilizado: são depreciados, em observância ao estabelecido nas normas de contabilidade e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional e seus respectivos valores contabilizados mensalmente durante o exercício. A metodologia de cálculo para o registro da depreciação no patrimônio é o de quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do bem, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balan-

ço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante. No ano de 2020 houve a atualização do valor patrimonial das urnas eletrônicas em conformidade aos valores apresentados no Ofício-Circular GAB-DG nº 179/2020 expedido pelo TSE, com vistas à equiparação, nos TRE's, da base de cálculo da depreciação mensal.

Bens Imóveis: os bens imóveis do ativo imobilizado dividem-se em duas categorias.

1 - Registrados no Spiunet: tiveram o cadastramento inicial realizado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a qual não se aproveita do custo efetivo da construção da obra pois se utiliza de parâmetros próprios de avaliação e análise de preço em seus registros. A reavalia-

ção ou atualização dos valores destes imóveis é realizada a partir do sistema Spiunet mediante o preenchimento de informações pela Coordenadoria de Material e Patrimônio com base nos parâmetros de mercado e do sistema.

2 - Não registrados no Spiunet: estão demonstrados pelo custo histórico efetivo da construção da obra. No ano de 2020 em decorrência de sugestionamento do Tribunal de Contas da União e em cumprimento à deliberação da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SECOFC e Secretaria de Auditoria Interna- SECAUDI do TRE-PR, conjugadas com orientações da Seção de Auditoria e Governança do TRE-PR e Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral – TSE e ainda a Ma-

crofunção 02.03.44, Mcasp 8º edição e Pcap, com vistas à evidenciação patrimonial e transparência das informações, foram efetuados os registros extemporâneo de incorporação dos terrenos recebidos em doação em contrapartida à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores afetando de forma aumentativa o Ativo e o Patrimônio Líquido.

Depreciação: a metodologia de cálculo para o registro da depreciação no patrimônio é o de quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do bem, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante. A depreciação dos bens móveis é calculada pelo sistema Asiweb cujos valores são lançados no sistema Siafi

pela Seção de Gestão do Patrimônio e a depreciação dos bens imóveis é calculada mensalmente pela Secretaria do Patrimônio da União e lançada automaticamente pelo sistema Spiu-net no Siafi.

Intangíveis: os bens intangíveis, em decorrência da Orientação SOF/TSE Nº 12/2019 e da Auditoria de Gestão de Ativos, foram revisados em sua totalidade e reclassificados, baixados ou incorporados pela Seção Gestão de Patrimônio a partir de informações prestadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação - SEC-TI. Desta forma cumpriu-se integralmente as exigências das NBC TSP 08 Ativo Intangível, de 22 de setembro de 2017. NBC T 16.9 Depreciação, Amortização e Exaustão (Resolução CFC 1.136, de 21 de novembro de 2008) e NBC T 16.10 Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em En-

tidades do Setor Público (Resolução CFC n 1.137, de 21 de novembro de 2008, itens 32 a 34) *International Public Sector Accounting Standard IPSAS 31 Intangible Assets*.

Amortização: em decorrência da Orientação SOF/TSE Nº 12/2019 e da auditoria de gestão de ativos, os bens intangíveis foram revisados em sua totalidade e reclassificados, baixados ou incorporados pela Seção de Gestão do Patrimônio a partir de informações prestadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação. Por consequência, fora implantada a amortização dos intangíveis com adoção da metodologia de cálculo por cotas constantes calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil dos softwares, informada pelas áreas técnicas competentes deste Tribunal, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado

como variação patrimonial diminutiva, e, no Balanço Patrimonial, representada em conta redutora do Ativo Não Circulante. Para a amortização acumulada de exercícios anteriores procedeu-se o registro em conta de “Ajustes de Exercícios Anteriores” no Patrimônio Líquido.

Passivos circulantes: são reconhecidos pelo regime de competência, com base de mensuração pelo valor histórico e estão classificados em passivos circulantes e passivos não circulantes em obediência ao prazo de 12 meses de exigibilidade.

Gratificação natalina: os duodécimos de gratificação natalina obedecem às orientações contidas na Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

Férias: os duodécimos de férias obedecem às orientações contidas na Macrofunção 02.11.42 – Folha

de Pagamento e a Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

Passivo anterior: o reconhecimento de passivos oriundos de despesas sem dotação orçamentária são registrados impreterivelmente com expressa autorização do ordenador de despesas do reconhecimento de dívida, lançadas em conta de passivo anterior com ISF P e a despesa realizada somente após comprovada, e suficiente, a disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Ajustes de Exercícios Anteriores: são registrados em decorrência de efeitos da mudança de política contábil para os ativos intangíveis, retificação de erro imputável a exercícios anteriores pela omissão do registro dos terrenos recebidos em doação e

estão relacionados às despesas orçamentárias com elemento de despesa 92 utilizado no orçamento do exercício corrente.

Receitas: o TRE-PR não tem fonte própria de receita. Suas despesas são liquidadas utilizando-se de sub-repasses financeiros efetuados mensalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Restos a Pagar (RP): sob o aspecto orçamentário o ato de emissão do empenho constitui a despesa orçamentária gerando os registros contábeis correspondentes para o seu reconhecimento. Para efeito do encerramento do exercício financeiro é considerada a definição de pertencimento ao exercício de competência da despesa para apropriação e classificação da despesa, identificando as regras que estabelecem a apuração das despesas que serão pagas no exercício seguinte.

BALANÇO PATRIMONIAL EM REAIS

Ativo	NE	2020	2019	AH
Circulante		6.209.707,17	5.509.485,59	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	217.290,84	498.360,88	-56,40%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	1.024.292,89	1.231.670,92	-16,84%
Estoques	3	3.323.183,96	3.265.443,90	1,77%
Despesas Pagas Antecipadamente	4	1.644.939,48	514.009,89	220,02%
Não Circulante		285.033.130,07	228.557.262,29	
Imobilizado	5	281.613.074,52	221.629.488,99	
Bens Móveis	6	90.788.938,08	119.094.617,98	-23,77%
(-) Depreciação Acumulada Bens Móveis		(54.790.036,77)	-80.329.407,86	-31,79%
Bens Imóveis	7	245.614.173,21	184.346.813,99	33,23%
(-) Depreciação Acumulada Bens Imóveis		(1.493.095,92)	-1.482.535,12	0,71%
Intangível		3.420.055,55	6.927.773,30	
Softwares	8	5.947.185,75	6.927.773,30	-14,15%
(-) Amortização Acumulada Softwares		(2.527.130,20)		
Total do Ativo		291.242.837,24	234.066.747,88	24,43%

BALANÇO PATRIMONIAL EM REAIS

Passivo	NE	2020	2019	AH
Circulante				
Obrigações Trabalhistas Curto Prazo	9	19.674.586,51	13.017.870,74	51,14%
Fornecedores e contas a Curto Prazo		1.184,04	-	
Demais Obrigações a Curto Prazo	10	126.756,27	148.390,10	-14,58%
Não Circulante		6.305,60	6.305,60	
Demais Obrigações a Longo Prazo		6.305,60	6.305,60	0,00%
Patrimônio Líquido		271.434.004,82	220.894.181,44	22,88%
Resultado do Exercício	11	13.347.643,11	(1.450.357,55)	-1020,30%
Resultados de Exercícios Anteriores		220.894.181,44	222.600.317,59	-0,77%
Ajustes de Exercícios Anteriores	12	37.192.180,27	(255.778,60)	-14640,77%
Total Do Passivo		291.242.837,24	234.066.747,88	24,43%

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Ativo		
Especificação	2020	2019
Ativo Financeiro	217.290,34	498.360,88
Ativo Permanente	291.025.546,40	233.568.387,00

Passivo		
Especificação	2020	2019
Passivo Financeiro	5.926.661,49	2.883.442,86
Passivo Permanente	19.674.586,51	12.663.203,30
Saldo Patrimonial	265.641.589,24	218.520.101,72

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

Ativo		
Especificação	2020	2019
Especificação / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
Saldo Dos Atos Potenciais Ativos	2.821.126,04	2.495.789,31
Atos Potenciais Ativos	2.821.126,04	2.495.789,31
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	2.753.772,96	2.425.225,51
Direitos Contratuais a Executar	67.353,08	70.563,80
Total	2.821.126,04	2.495.789,31

Passivo		
Especificação	2020	2019
Especificação / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Saldo Dos Atos Potenciais Passivos	60.991.268,89	56.829.617,26
Atos Potenciais Passivos	60.991.268,89	56.829.617,26
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-
Obrigações Contratuais a Executar	60.991.268,89	56.829.617,26
Total	60.991.268,89	56.829.617,26

Demonstrativo Do Superávit/Déficit Financeiro Apurado No Balanço Patrimonial

Destinação De Recursos	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários	(5.203.645,42)
Recursos Vinculados	(505.725,23)
Previdência Social (RPPS)	(880,00)
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	(504.845,23)
Total	(5.709.370,65)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

A DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Excepcionalmente no ano de 2020, em decorrência da Pandemia COVID19 e para auxiliar na segurança sanitária do processo eleitoral das

Eleições Municipais, o TRE-PR recebeu em doação itens como: máscaras descartáveis, máscaras tipo faceshield, álcool em gel 70% entre outros, os quais foram distribuídos entre os Fóruns Eleitorais e a sede administrativa para utilização de todos os que participaram da preparação do processo e/ou nos dias de pleitos. Foram recebidos ao todo R\$ 2.009.830,29 em materiais sendo que R\$ 1.982.418,79 foram consumidos entre 06/10 a 30/11 de 2020. Os R\$ 27.411,50 restantes, referentes à máscaras descartáveis, foram reclassificados contabilmente para serem consumidos internamente.

No ano de 2020 foi cumprido integralmente o Ofício-Circular TSE GAB-DG nº179/2020, enviado em

02/06/2020, informando os parâmetros para a atualização do valor patrimonial das urnas eletrônicas tendo em vista identificação, pelo TSE em âmbito nacional, de valores patrimoniais divergentes dos valores de referência obtidos com base no cálculo da depreciação mensal.

Durante o ano de 2020 as atividades contábeis estiveram focadas principalmente no atendimento de demandas advindas da publicação da Instrução Normativa nº 84 de 22/04/2020 expedida pelo Tribunal de Contas da União. Todas as ações derivadas da IN nº 84 – TCU foram coordenadas pela Seção de Auditoria e Governança que através PAD 12.743/2020 solicitou informações aos setores competentes as quais

culminaram em registros contábeis de incorporações, desincorporações e reclassificações. Por consequência deste movimento iniciado pelo Tribunal de Contas da União ocorreram reflexos nas Demonstrações Contábeis tais como: Incorporação do valor dos terrenos recebidos em doação para a construção dos 156 Fóruns Eleitorais; reclassificação de obras em andamento para conta de edificações; reclassificação total da conta de “Imóveis a Registrar” para conta de “Edifícios” (sem registro no Spiunet); incorporações, desincorporações e reclassificações de softwares com vida útil definida e vida útil indefinida; apropriação da amortização acumulada de softwares incorporados e softwa-

res reclassificados como de vida útil definida; incorporação de passivo relativo à licença prêmio, que poderá ser convertida em pecúnia, dos servidores que cumpriram os requisitos para aposentadoria. As informações na íntegra estão disponíveis no portal da transparência.



DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	NE	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		424.331.897,32	378.306.480,10
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		529,63	
Taxes		-	529,63
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		3.989,16	15.720,04
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		3.989,16	15.720,04
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		2.804,01	0,78
Juros e Encargos de Mora		2.804,01	0,78
Transferências e Delegações Recebidas		405.198.397,49	349.280.268,27
Transferências Intragovernamentais		381.389.527,49	349.018.313,59
Outras Transferências e Delegações Recebidas	13	13.808.870,00	261.954,68
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		14.572.544,47	24.694.770,67
Reavaliação de Ativos	14	13.835.201,77	24.583.636,08
Ganhos com Incorporação de Ativos	15	736.645,11	103.811,02
Ganhos com Desincorporação de Passivos		697,60	7.323,57

	NE	2020	2019
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		4.554.162,19	4.315.190,71
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	16	4.554.162,19	4.315.190,71
Multas código eleitoral			3.859.413,53
Outras		4.554.162,19	455.777,18

	NE	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		424.331.897,32	378.306.480,10
Pessoal e Encargos		279.944.316,40	252.633.133,06
Remuneração a Pessoal	17	229.627.496,43	209.292.234,30
Encargos Patronais		38.808.389,22	32.047.092,28
Benefícios a Pessoal		11.508.430,75	11.285.016,48
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	8.790,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		52.966.738,59	52.859.497,32
Aposentadorias e Reformas		43.051.223,41	42.535.102,50
Pensões		9.848.276,42	10.169.512,12
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		67.238,76	154.882,70

	NE	2020	2019
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		69.919.845,41	51.734.691,85
Uso de Material de Consumo	18	5.226.695,58	1.830.275,01
Serviços	19	53.000.251,05	39.284.809,21
Depreciação, Amortização e Exaustão		11.692.898,78	10.619.607,63
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		57.475,20	1.472,70
Juros e Encargos de Mora		1.910,25	1.434,05
Descontos Financeiros Concedidos	20	55.564,95	38,65
Transferências e Delegações Concedidas		5.414.321,44	5.349.876,28
Transferências Intragovernamentais	21	4.534.599,85	4.952.931,06
Outras Transferências e Delegações Concedidas		879.721,59	396.945,22
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		2.282.758,43	16.534.650,50
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	22	560.000,00	15.503.457,83
Perdas Involuntárias		42.011,48	17.219,96
Incorporação de Passivos		-	48.331,39
Desincorporação de Ativos	23	1.680.746,95	965.641,32

	NE	2020	2019
Tributárias		77.254,18	79.689,69
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.701,08	11.557,16
Contribuições		69.553,10	68.132,53
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		321.544,56	563.826,25
Premiações		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	24	321.544,56	563.826,25
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	25	13.347.643,11	-1.450.357,55

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2020 foi positiva, no montante de R\$ 217.290,84.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.653.282,61	3.117.592,36
INGRESSOS	396.218.711,86	353.500.304,79
Outros Ingressos Operacionais	396.218.711,86	353.500.304,79
Ingressos Extraorçamentários	293.114,70	150.595,71
Transferências Financeiras Recebidas	391.388.868,24	348.839.170,71
Arrecadação de Outra Unidade	4.505.372,86	4.331.395,49
Demais Recebimentos	31.356,06	179.142,88
DESEMBOLSOS	384.565.429,25	-350.382.712,43
Pessoal e Demais Despesas	344.932.655,32	-314.024.680,71
Judiciário	291.837.692,07	-261.224.860,49
Previdência Social	53.094.963,25	-52.799.820,22
Transferências Concedidas	37.768.382,92	-31.262.463,79
Intragovernamentais	37.768.382,92	-31.262.463,79
Outros Desembolsos Operacionais	4.864.391,01	-5.095.567,93
Dispêndios Extraorçamentários	299.094,35	-142.636,87
Transferências Financeiras Concedidas	4.565.296,66	-4.952.931,06

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2020	2019
DESEMBOLSOS	8.934.352,65	-7.116.757,61
Aquisição de Ativo Não Circulante	8.335.417,65	-6.406.118,79
Outros Desembolsos de Investimentos	598.935,00	-710.638,82
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	281.070,04	-3.999.165,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	498.360,88	4.497.526,13
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	217.280,84	498.360,88

ANEXOS



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Ofício-Circular GAB-DG nº 33/2021

Brasília, 17 de fevereiro de 2021.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)
Diretor(a)-Geral de Tribunal Regional Eleitoral

Assunto: Informações de Custos para o Relatório Integrado de Gestão 2020

Senhor(a) Diretor(a)-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria o relatório com as informações de Custos, referentes ao exercício financeiro de 2020, para subsidiar a elaboração do Relatório Integrado de Gestão desse Tribunal Regional Eleitoral, em atendimento à solicitação do Tribunal de Contas da União – TCU.

Esclareço que o relatório foi elaborado pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF deste Tribunal Superior, com base nas informações prestadas por esse Regional no Sistema Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC, em captação de dados realizada em janeiro de 2020.

Atenciosamente,

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR-GERAL



Documento assinado eletronicamente em **17/02/2021, às 17:50**,
conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em
https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1573705&crc=F4A9C61E, informando, caso não preenchido, o código verificador **1573705** e o código CRC **F4A9C61E**.

2021.00.000001249-1

Documento nº 1573705 v3

GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2020, Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 16, e parágrafo único do mesmo art. 16.

A inclusão das informações de custos no Relatório Integrado de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até a elaboração do relatório com os dados do exercício financeiro de 2017, foram prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir do relatório relativo ao exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir quase 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Dessa forma, além de atender à previsão legal, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral busca contribuir para uma melhor alocação dos recursos públicos, dotando os Tribunais Eleitorais de mais uma ferramenta na busca por uma melhoria contínua da qualidade do gasto público. Dado que a falta de informações de qualidade é um dos maiores desafios para os gestores públicos, a sistemática de custos pretende auxiliar na supressão dessa necessidade, usando as informações do passado para permitir planejar um futuro mais próspero e alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

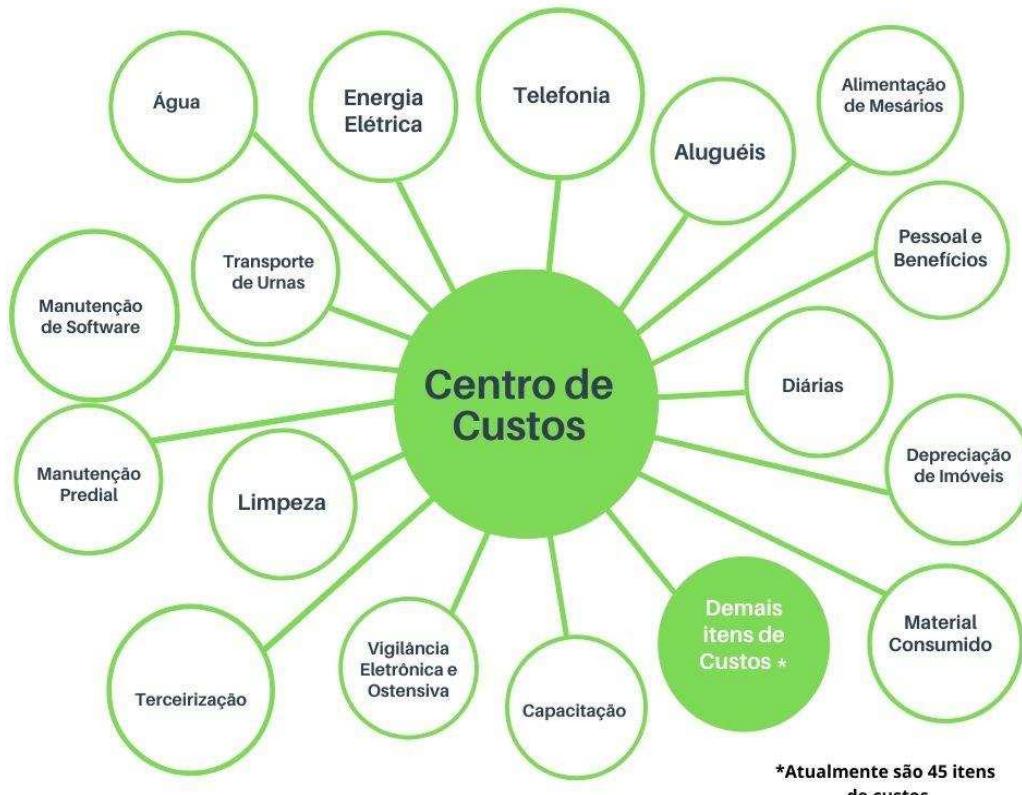
A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:

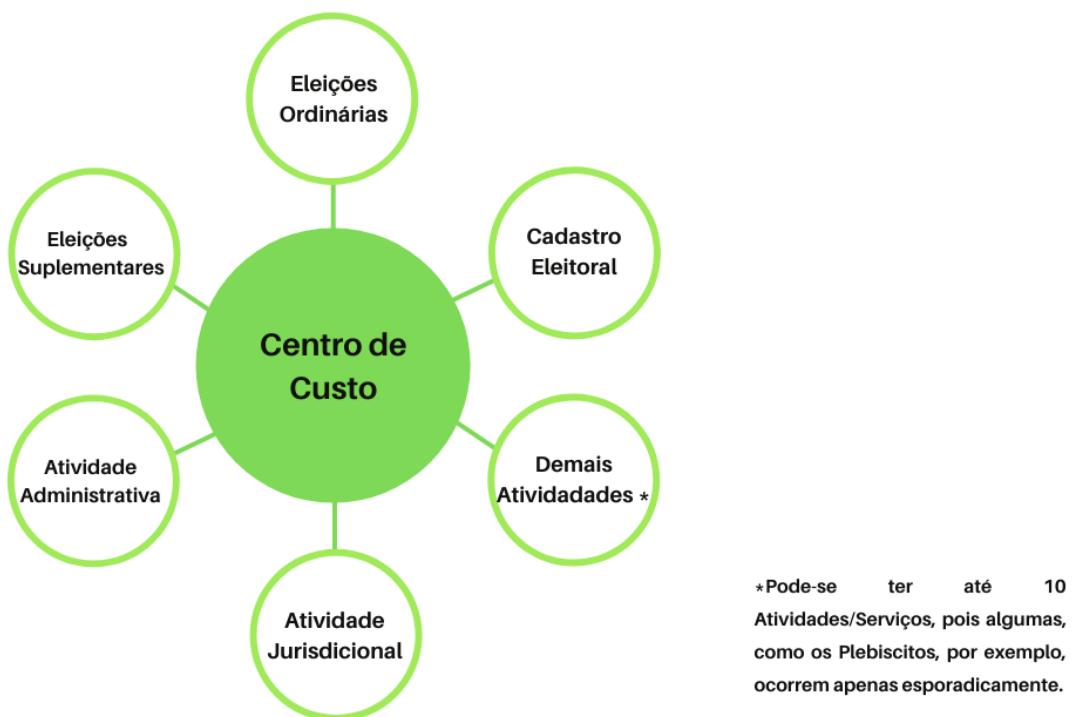


Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “Com o quê?”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.

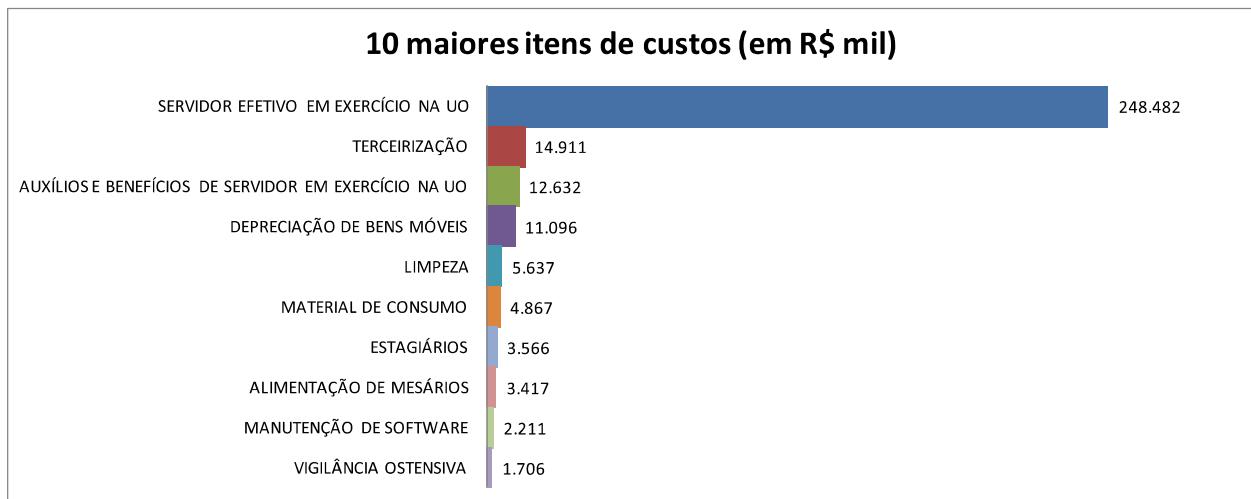


No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “**Para quê?**”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:

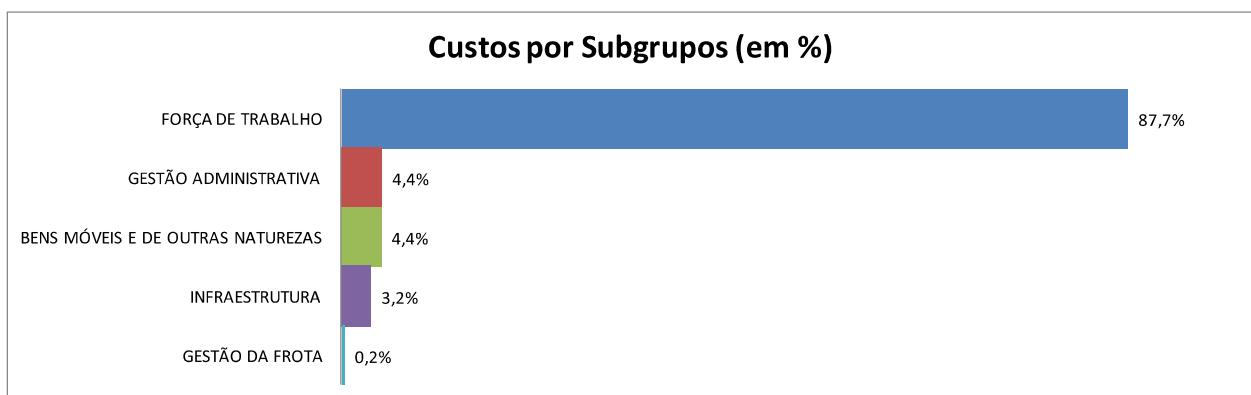


Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2020, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 45 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

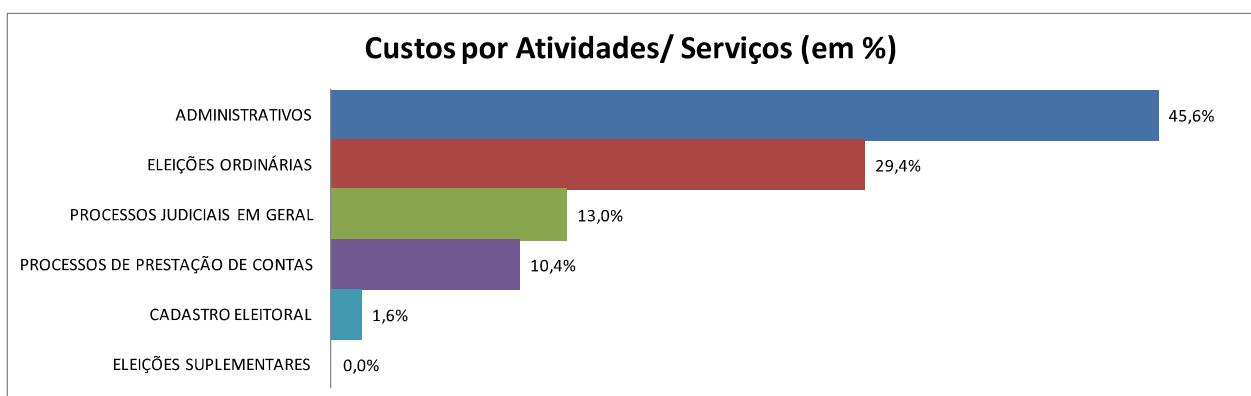
Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral do Paraná** no **exercício de 2020**, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



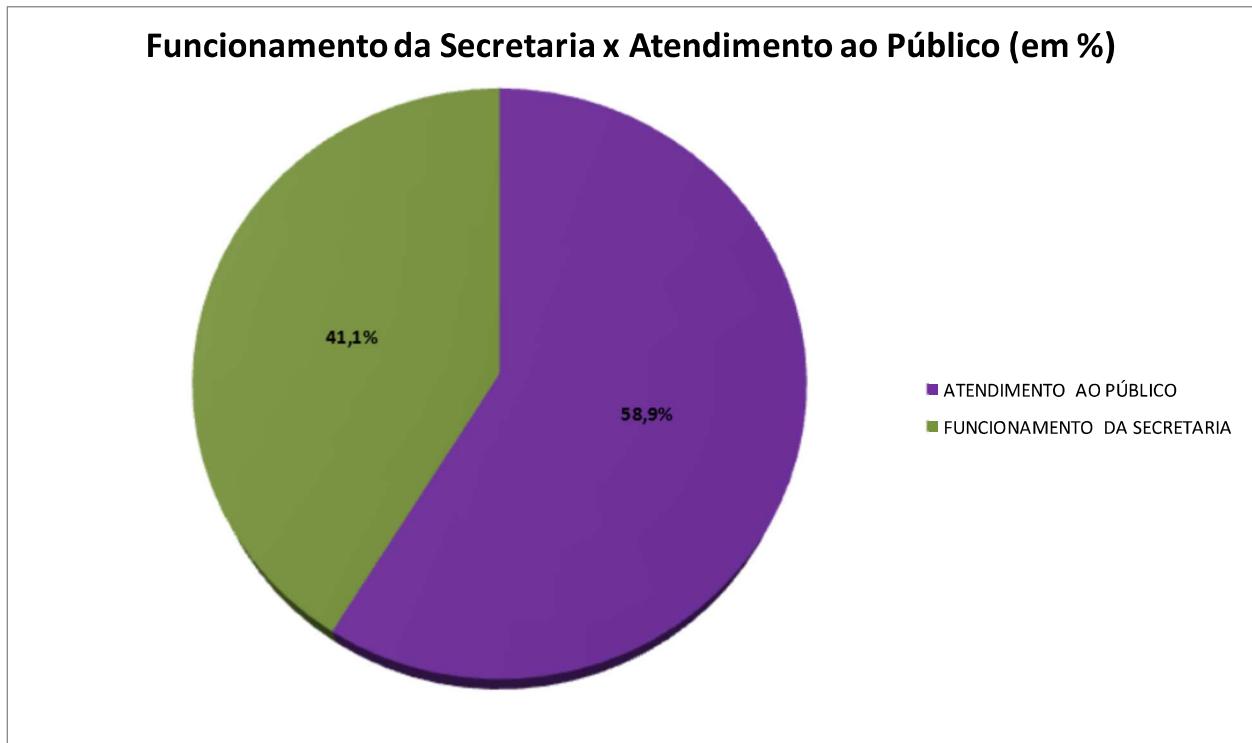
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:



Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que as informa es de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, em que a incorpora o de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos 茅rg os de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.